

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FACED)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPG/Edu)

Gabriel de Freitas Focking

**Ações educativas na Arqueologia Missioneira
(1985-1995)**

Porto Alegre

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FACED)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPG/Edu)

Gabriel de Freitas Focking

Ações educativas na Arqueologia Missioneira (1985-1995)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Zita Rosane Possamai

Porto Alegre

2018

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)

F652a Focking, Gabriel de Freitas
Ações educativas na Arqueologia Missioneira (1985-1995) /
Gabriel de Freitas Focking; Orientadora: Zita Rosane Possamai. --
Porto Alegre, 2018.
103 f. : il. + Anexos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018. Porto Alegre, BR-RS.

1. Ação educativa. 2. Patrimônio arqueológico. 3. Missões. I. Possamai, Zita Rosane. II. Título.

CDD – 930

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FACED)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPG/Edu)

Gabriel de Freitas Focking

Ações educativas na Arqueologia Missioneira (1985-1995)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dr^a. Zita Rosane Possamai (Orientadora) – UFRGS

Prof^a Dr^a. Gislene Monticelli (ULBRA)

Prof^a Dr^a. Maria Stephanou (PPG – Edu/UFRGS)

Prof^a Dr^a. Lizete Dias de Oliveira (PPG-COM/UFRGS)

Prof. Dr. Eduardo Santos Neumann (PPG-História/UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Após tantas idas e vindas, os agradecimentos tornaram-se uma das partes mais complexas deste trabalho. Ao colocar o desenvolvimento da pesquisa em retrospectiva, não reconheço com precisão o tempo e o espaço em que as ideias desta dissertação surgiram. Foram tantos os envolvidos em minhas inquietações e outros tantos que, ao longo da elaboração de uma proposta, sua transformação em projeto, a execução da pesquisa e a formulação de uma narrativa, contribuíram com apontamentos, sugestões e críticas, que tenho o temor de ser traído pela memória e esquecer alguém. Ainda assim, arriscarei, com a certeza que estas graças estarão repletas de falhas. Como forma de remediar tal situação, começo agradecendo a todos os que, de uma maneira ou de outra, estiveram envolvidos nesta empreitada, ajudando a entender melhor a própria pesquisa ou mesmo sendo um bom amigo naquelas horas que desejamos abandonar tudo e sumir.

Feitas tais considerações, não posso deixar de lembrar de algumas pessoas que foram bastante importantes para minhas reflexões iniciais sobre o tema: os arqueólogos Alberto Tavares Duarte de Oliveira e Angela Cappelletti e os colegas das equipes atuaram no Monitoramento Arqueológico na Restinga – Ponta Grossa – Carlos Casanova, Clóvis Schmitz, Mariana Neumann, Marcelo Lazarotti, Daniel Minossi, Rodrigo Fraga, Juliana Pozzo, Junior Domiks. Também preciso agradecer aos colegas do IPHAN-RS, especialmente ao arquivista Daniel, ao arqueólogo Tobias Vilhena, ao arquiteto Custódio, a arquiteta Candice Ballester e ao antropólogo Ivan Fontanari, com os quais tive o prazer de trabalhar nas atividades do Programa de Especialização do Patrimônio. A partir da convivência com alguns deles no Setor de Arqueologia do IPHAN-RS que o interesse por esta pesquisa tomou mais fôlego. Agradeço também aos colegas do PEP que ingressaram em 2009, pois com eles foi possível travar alguns debates sobre as questões de preservação (ou não) do patrimônio histórico e artístico nacional que ficaram como elementos para construção de minha proposta de pesquisa. Neste ponto, preciso destacar os nomes de João Marcos Charpinel, Deborah Kishimoto, Fabricio Prado, Paula Cardoso, Daniela Lira, Luana Teixeira, Wallace Fonseca, João Paulo, Juliana Morilhas e Raphael Fabrino. Ainda relacionados ao IPHAN e ao PEP, foram importantes não somente no desenvolvimento inicial, mas também no decorrer da

pesquisa, quando precisei acessar o arquivo Noronha Santos, os profissionais do COPEDOC/IPHAN, Hilário Pereira Filho, Adriana Nakamuta e Juliana Sorgine.

Agradeço também de forma bastante especial à Prof. Zita Possamai, que aceitou a árdua tarefa de orientação neste trabalho. Sem a orientação, incentivo, paciência e perseverança da Prof^a Zita, essa dissertação jamais teria saído da minha cabeça. Juntamente com a Prof^a Zita, agradeço as queridas colegas de orientação, Maria Cristina Liedke, Ana Carolina Gelmini e Cláudia Feijó: o apoio de vocês foi imprescindível. Agradeço também as Professoras Maria Stephanou, Lizette Dias de Oliveira, Gislene Monticelli e ao Prof. Eduardo Neumann, por terem aceitado participar como avaliadores da minha defesa de dissertação.

Aproveitando que estou falando da UFRGS, queria também agradecer os colegas técnico-administrativos do IFCH e aqui não é demais citar Paulo Terra, Fabiano Rosa e Tiago Ribeiro, que sempre me incentivaram a concluir a dissertação. Além de colegas, eles também são amigos. Agradeço ao próprio IFCH, na pessoa do Prof. Temístocles Cezar, diretor à época de realização do Mestrado e que sempre incentivou os técnico-administrativos a realizarem cursos de pós-graduação. Agradeço também ao PPG-História/UFRGS, que durante as coordenações da Prof^a Regina Weber e Prof. Benito Schmidt e depois do Prof. Luiz Alberto Grijó e Prof. Eduardo Neumann, foram flexíveis para que eu pudesse desenvolver algumas atividades necessárias à realização da pesquisa e do curso. Devo agradecer aos graduandos Janaína Contreiras, Rogério Link, Karen Garbo, Carolina Suriz e Guilherme Cardoso, que “seguraram as pontas” como bolsistas do PPG-História em tempos difíceis para o secretário do programa, já que tanto as atividades na secretaria de um PPG quanto a atividade como aluno na pós-graduação exigem muito de qualquer pessoa.

Além de todos os já lembrados, ainda preciso destacar alguns colegas com os quais foram travadas as lutas pela melhoria das condições de trabalho e vida dos técnico-administrativos da IFES. Com eles participei de duas greves durante a realização do curso de mestrado e se não fosse por eles, eu teria ficado mais na greve que na pesquisa. Entre muitos, Daniel Escouto, Rafael Bortoli, Antonieta Xavier, Bernadete Menezes, Ricardo Souza, Charles Almeida, Frederico Bartz, Jeronimo Menezes, José Vanderlei Feltrin e Mariane Quadros.

Antes de finalizar, devo ainda destacar aqueles que, a princípio, não tinham nada a ver com esta dissertação, mas que para a minha felicidade, resolveram ser meus amigos: Nauber Gavski da Silva, Barbara Lovato, Tiago Ribeiro, Cassia Silveira, Guinter Leipnitz, Alessandra Gasparotto, Rodrigo Bonaldo, Gabriel Berute, Fernando Pureza, Rodrigo Weimer – de uma forma ou de outra, a nossa amizade foi sempre importante para que eu concluísse esta dissertação. Aproveito o momento para agradecer a compreensão de meus pais, irmãos e familiares, pois foram incontáveis os momentos que eu deixei de estar com eles, devido às necessidades do mestrado. Enfim, ainda é preciso agradecer à Thaíla Tanccini, que devido a escolhas alheias, acabou dividindo o mesmo teto comigo. Se não fosse pela sua capacidade de compreender que em determinados momentos a vida “vira de pernas pro ar”, não teria vencido a pós-graduação concomitantemente à sempre difícil reforma e mudança de apartamento.

Por fim, agradeço à Thaís Tanccini, que por motivos que desconheço, foi a companheira de todas as horas, de todas as ideias, de todas as angústias, todas as frustrações, mas também de todas as alegrias e todos os sucessos. Sem dúvida nenhuma, sem ela não haveria nenhum agradecimento a ser feito, pois este trabalho não teria sequer começado.

RESUMO

Esta dissertação trata da ação educativa no âmbito do Projeto Arqueologia Histórica Missioneira, desenvolvido em cooperação técnica entre o IPHAN e universidades gaúchas entre os anos 1985 e 1995, sob a coordenação do Professor Arno Alvarez Kern. Para conduzir a análise do tema, a dissertação inicia com uma leitura sobre o processo de incorporação das ruínas missioneiras em território brasileiro, ao patrimônio e à memória nacional. Em seguida, é colocada a problemática do surgimento da arqueologia histórica no Brasil e a relação que esta tem com o desenvolvimento dos dispositivos legais de preservação e das políticas para o patrimônio arqueológico emanadas do IPHAN. Assim referenciado, a terceira parte do trabalho consiste em perseguir as condições em que foram realizadas as ações educativas no Projeto Arqueologia Histórica Missioneira, bem como demonstrar o sentido que essas ações adquiriram ao longo de sua realização.

Palavras-chave: Ação educativa. Patrimônio arqueológico. Missões.

ABSTRACT

This dissertation deals with the educational activities under “Arqueologia Histórica Missioneira” project, developed in technical cooperation by IPHAN and Rio Grande do Sul’s universities between 1985 and 1995, under scholar Arno Alvarez Kern coordination. To conduct the analysis of the topic, the dissertation begins with a reading about the incorporation process of Missions ruins into Brazilian national heritage and memory. After that we present the question regarding the rise of Historical Archeology in Brazil and its relations with the laws for preservation and policies by IPHAN’s archaeological heritage. Finally we present the conditions under which educational actions of “Arqueologia Histórica Missioneira” project were performed and show off the meaning that these actions have acquired throughout their achievement.

Keywords: Educational action. Archaeological heritage. Missions.

LISTA DE SIGLAS

- CNRC** – Centro Nacional de Referência Cultural
- DMAE** – Departamento Municipal de Água e Esgotos de Porto Alegre
- DPHAN** – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- DTC** – Divisão de Tombamento e Conservação da SPHAN
- EIA-RIMA** – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental
- IBPC** – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
- IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- PEP** – Programa de Especialização em Patrimônio Cultural do IPHAN
- PISA** – Programa Socioambiental da Prefeitura Municipal de Porto Alegre
- PRONAPA** – Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas
- PUC-RS** – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
- SAB** – Sociedade de Arqueologia Brasileira
- SPHAN** – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- SPHAN/FNpM** – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Fundação Nacional Pró-memória
- UFRGS** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
- URI** – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO MISSIONEIRO.....	22
2.1	A CONFIGURAÇÃO DOS SÍTIOS: O PROCESSO DE PRESERVAÇÃO INICIADO PELO IPHAN.....	23
2.2	A INCORPORAÇÃO DO PROCESSO MISSIONEIRO NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NACIONAL.....	31
2.3	AS FORMAS DE APROPRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL: DA DEPREDAÇÃO ÀS INICIATIVAS DE PRESERVAÇÃO.....	40
3	A ARQUEOLOGIA HISTÓRICA E AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO EM ARQUEOLOGIA NO BRASIL.....	50
3.1	A ARQUEOLOGIA HISTÓRICA NO BRASIL E A ARQUEOLOGIA HISTÓRICA NAS MISSÕES.....	51
3.2	OS DISPOSITIVOS LEGAIS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO.....	56
4	A ARQUEOLOGIA HISTÓRICA MISSIONEIRA E A AÇÃO EDUCATIVA.....	66
4.1	UMA “CÉLEBRE ALIANÇA ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA”.....	67
4.2	DA CONQUISTA À INTERAÇÃO: UMA NOVA MEMÓRIA SOCIAL DA EXPERIÊNCIA MISSIONEIRA.....	73
4.3	POR UMA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO MISSIONEIRO.....	76
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS.....	95
	ANEXOS.....	100

1

INTRODUÇÃO

As atividades de Educação Patrimonial¹ e de valorização do potencial científico e cultural são exigências legais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na execução de atividades de prospecção e escavação de sítios arqueológicos. Considerando essa condição, pretendi compreender, num recuo no tempo, como a ação educativa se efetivou no seio destes projetos.

Para abordar essa questão, escolhi o Projeto Arqueologia Histórica Missioneira, desenvolvido sob a coordenação científica do Professor Arno Alvarez Kern², em cooperação técnica entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), entre os anos de 1985 e 1995. A escolha deste projeto se deve em princípio, ao momento em que o projeto surge no cenário da Arqueologia Histórica no Brasil.

O Projeto Arqueologia Histórica Missioneira desenvolveu-se em um período intermediário da produção arqueológica no país, iniciando após as primeiras investigações arqueológicas sistemáticas de períodos pós-contato entre ameríndios e europeus, denominado como “histórico” no âmbito do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) nas décadas de 1960 e 1970. O encerramento do projeto, por outro lado, se dá em um momento em que as pesquisas em arqueologia histórica, ou seja, de períodos posteriores ao contato colonial, estão se estabelecendo de forma mais presente no cenário nacional.

¹ O IPHAN exige ações de Educação Patrimonial, especificamente usando este termo, desde 2002, através da Portaria 230. No capítulo 3 serão fornecidos maiores detalhes sobre essa questão.

² Podemos considerar que a dissertação de mestrado do Prof. Arno Kern foi uma obra seminal para o desenvolvimento das pesquisas com essa temática. Conforme podemos verificar no Posfácio escrito por Arthur Henrique Franco Barcellos para a reedição do livro, intitulado "Missões, uma utopia política", produção que foi resultado da dissertação de Kern, esse estudo e sua publicação renovaram definitivamente o interesse pela discussão historiográfica das Missões Jesuíticas de guaranis na América Meridional. A produção do Prof. Arno Kern relativa ao tema das Missões Jesuíticas, informa Barcellos, abrange dois segmentos interligados: a História e a Arqueologia. No primeiro segmento, foram desenvolvidas diversas dissertações e teses sobre o tema sob a orientação do Prof. Arno Kern, ao longo de mais 30 anos. No campo da arqueologia, com Projeto Arqueologia Histórica Missioneira, o Prof. Kern pode trazer experiências adquiridas durante sua formação na Europa, podendo realizar intervenções em quatro sítios missioneiros. Uma abordagem detalhada sobre a atuação do Prof. Arno Kern e de sua relevância para a pesquisa em história e arqueologia das Missões pode ser vista no Prefácio e no Posfácio produzidos, respectivamente, por Eduardo Santos Neumann e Arthur Henrique Franco Barcellos para a reedição “Missões, uma utopia política”(KERN, 2015).

Nesse espaço de experiência aberto pelas pesquisas orientadas pelo Professor Arno Alvarez Kern, surgiram diversas ações que visaram, em diferentes graus, a formação de pesquisadores, bem como de multiplicadores em nível local do conhecimento novo que se pretendeu produzir. Assim, houve a expectativa de se criar, a partir das pesquisas do Projeto Arqueologia Histórica Missioneira, novas formas de construção de conhecimento acerca do passado missioneiro, devendo retornar à população através da formação de uma “nova memória”. Com efeito, a consecução desse objetivo ocorreria, entre outras formas, através da ação educativa. Dessa maneira, a análise das condições em que foram desenvolvidas as ações educativas no âmbito do Projeto Arqueologia Histórica Missioneira pode ajudar na compreensão das possibilidades e dos limites que a ação educativa em arqueologia apresenta para as lutas de representações na constituição do mundo social, conforme Chartier (2009).

Frente à ideia inicial de compreender a contribuição da arqueologia histórica missioneira para a consolidação da educação patrimonial no âmbito da pesquisa arqueológica, foi colocada a dificuldade de identificar uma origem das práticas educativas na arqueologia missioneira. Dessa forma, ao invés de buscar compreender se coube ao IPHAN ou aos arqueólogos as primeiras iniciativas no sentido de um programa de valorização do patrimônio arqueológico missioneiro, cedi à tentação de uma pesquisa diferente. Para ser honesto, cedi mais a uma pressão que os próprios documentos, a cada momento, passaram a impor. A cada passo em direção a uma identificação de qual representação dos índios guaranis a arqueologia histórica missioneira havia construído, encontrei uma multiplicidade de formas de relação com os remanescentes missioneiros - e com os passados que elas evocam – entre os envolvidos com o projeto. Além disso, a incompletude e a fragmentação características dos arquivos, acabaram levando a realizar conexões próprias entre os acontecimentos selecionados para a formação da narrativa.

Assumo, desde já, os riscos de interpretações que podem ser, por vezes, demasiado tímidas ou, em muitas outras, exageradas. A timidez surge justamente quando a pesquisa poderia ter tido uma maior amplitude documental, proporcionando um espectro maior de confrontos entre narrativas de um mesmo acontecimento. O exagero, por seu turno, ocorre naqueles momentos em que, de tão envolvido com o objeto de pesquisa, o pesquisador passa a conceber como

realidades objetivas e sem necessidade de explicação as conexões que somente ele conseguiu fazer. Para ajudar a identificar os momentos de acanhamento e os de intemperança, contei com o apoio da professora Zita Possamai, orientadora e também aconselhadora nos momentos de maior necessidade.

A motivação em investigar as ações educativas realizadas no Projeto Arqueologia Histórica Missioneira está intimamente relacionada com diversas questões surgidas durante minha formação acadêmica no curso de Licenciatura em História. Enquanto graduando, comecei a perceber uma interessante relação transversal entre arqueologia e patrimônio histórico-cultural. Na expectativa de aprofundar minhas noções de arqueologia enquanto uma ciência social e do seu potencial explicativo sobre o passado humano, procurei participar, o quanto possível, das atividades extracurriculares relacionadas à pesquisa arqueológica que foram oferecidas na Universidade. Nesse percurso, minhas noções sobre essa área de conhecimento foram ampliadas, na mesma medida em que a compreensão de seus limites se tornou mais clara. Enfim, ao longo do tempo, senti a necessidade de compreender a Arqueologia na sua relação mais estreita com a História, com o patrimônio e com a educação. Tal movimento tem como elemento motivador outros caminhos que tive oportunidade de trilhar durante minha formação intelectual.

Em meados de 2005, surgiu a oportunidade de trabalhar como educador no ensino fundamental de jovens e adultos, através do Projeto Compartilhar, programa oferecido aos servidores dos diversos órgãos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. A experiência docente nos dois anos que permaneci como estagiário no Projeto teve uma importante influência no desenvolvimento de meus interesses acadêmicos. Baseado nos princípios de Paulo Freire, o Projeto Compartilhar buscava capacitar os servidores da Prefeitura Municipal de Porto Alegre nas competências pertinentes ao Ensino Fundamental, visando contribuir para a construção de cidadãos/servidores públicos capazes de se compreenderem enquanto sujeitos sócio históricos.

A partir dessa experiência docente, foi possível observar não apenas as potencialidades do trabalho integrado a outras disciplinas, mas também os seus limites e dificuldades. Ainda assim, frente às possíveis limitações da interdisciplinaridade no ensino de história, a arqueologia muitas vezes mostrou-se como o “fio de Ariadne”, permitindo à história permear outros campos de

conhecimento. Ao utilizar-me da arqueologia como recurso ao ensino de história, também acabei por retornar à questão do patrimônio histórico-cultural, mas agora refletindo sobre sua interface pedagógica.

Nos anos de 2007 e 2008, tive a oportunidade de atuar como auxiliar técnico de campo junto à "Pesquisa Arqueológica na Implantação da Rede de Esgoto Sanitário Restinga-Ponta Grossa, Porto Alegre – RS", sob a responsabilidade técnica da Arqueóloga Ângela Maria Cappelletti e do Arqueólogo Alberto Tavares Duarte de Oliveira. O objetivo desta pesquisa era realizar sondagens nas áreas que seriam impactadas pela instalação das redes de esgoto cloacal, bem como monitorar as escavações realizadas para esse fim e realizar atividades de educação patrimonial junto à comunidade local. Tais objetivos foram traçados de acordo com exigências feitas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para o Departamento Municipal de Água e Esgotos de Porto Alegre (DMAE), no licenciamento³ ambiental das obras relacionadas ao Programa Socioambiental (PISA).

Assim, naqueles anos estive envolvido profissionalmente com a arqueologia "de contrato", ou seja, com pesquisas arqueológicas que tem como finalidade apresentar um diagnóstico do potencial arqueológico de áreas que serão objeto de obras de engenharia. Essas pesquisas, na grande maioria dos casos, são encomendadas pelos empreendedores durante as fases do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), geralmente o momento em que é exigida a manifestação do IPHAN para emissão das licenças – licença prévia, de instalação ou de operação. Dessa forma, os arqueólogos contratados e sua equipe estabelecem um plano de trabalho que deve resultar em um mapeamento arqueológico e etno-histórico das localidades em que se situam os empreendimentos. Nesse mapeamento devem ser apontados o potencial arqueológico das áreas, a necessidade de monitoramento das obras e as possibilidades de "salvamento" do patrimônio arqueológico. Ao ser constatada a

³ Conforme informações da Prefeitura Municipal, o PISA – Projeto integrado Socioambiental de Porto Alegre foi produto do 3º Congresso da Cidade, em 2000 e tem como objetivo ampliar a capacidade de tratamento de esgotos da cidade, contando com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Caixa Econômica Federal e com recursos do município. O Programa é coordenado pela Secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico (Smgae) e envolve diversos departamentos. A Componente 1- Melhoria das Águas do Lago Guaíba - está sendo executada pelo Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae). Mais informações ver: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/pisa/default.php?p_secao=3, último acesso em 06/07/2018.

necessidade de monitoramento e/ou salvamento de áreas com potencial arqueológico, devem ser desenvolvidas propostas de “valorização do potencial científico, cultural e educacional”, conforme Portaria IPHAN 07/88. Dessa maneira, foi preciso que a equipe de trabalho estudasse formas de realizar ações educativas que envolvessem o universo da pesquisa. Para isso, foi necessário aprender mais sobre a questão da cultura material enquanto “patrimônio arqueológico”.

Com efeito, a *fonte* principal do conhecimento arqueológico, a cultura material e os sítios arqueológicos que lhe dão origem, foram também submetidos a processos de patrimonialização, principalmente a partir da criação do IPHAN no Estado-Novo. Dessa maneira, estudar arqueologia no Brasil é, sobretudo, tratar de *patrimônio arqueológico*. Ocorre que, ao longo da história de constituição do patrimônio histórico-cultural no Ocidente, a ênfase da patrimonialização recaiu mais sobre objetos, a *cultura material*, do que sobre aquilo que, diante de uma necessária inflexão antropológica sobre as políticas patrimoniais na virada do século XXI, ficou definido como *Patrimônio Imaterial*: celebrações, ritos, saberes, ou seja, manifestações culturais que, independentes de suportes físicos unitários, fundamentam identidades sócio-culturais coletivas. Assim, desenvolveram-se dispositivos legais de proteção à cultura material arqueológica, bem como formas de abordá-la como patrimônio nacional, que diz respeito à memória nacional.

Pensando as ações educativas no âmbito da pesquisa nos bairros Restinga e Ponta Grossa enquanto parte das atividades de valorização do potencial científico, cultural e educacional relacionadas ao monitoramento das obras do PISA, surgiram algumas inquietações. Como trabalhar a relação entre patrimônio e memória nacional através de objetos que pertencem muitas vezes a um passado pré-colonial e anterior à formação do Estado-Nação? E ainda, como estabelecer laços de identidade entre uma população da periferia de Porto Alegre com uma “memória nacional”, sendo que essas pessoas foram envolvidas em processos de exclusão social em que esse Estado-Nação, se não foi causador, foi ao menos omissor? Diante da falta de respostas para estas questões, senti a necessidade de mais estudos sobre o tema.

Em meio a uma diversidade de estratégias relacionadas à ação educativa na arqueologia, encontrei alguns eixos de convergência. A grande maioria dos trabalhos refere-se à ação educativa em arqueologia como Educação Patrimonial,

tendo em vista que o próprio IPHAN assim denomina as ações educativas exigidas nos projetos de salvaguarda as reflexões sobre a ação educativa também convergiam quanto a suas justificativas e objetivos, que podem ser sintetizados na expressão “conhecer a herança do passado para preservá-la às futuras gerações”, presente nas narrativas dos agentes. Nesse sentido, a tônica das propostas conduz a um tripé conceitual constituído pelas ideias de *história, memória e identidade*.

No início de 2009, enquanto encerrava-se o monitoramento arqueológico na Restinga – Ponta Grossa, ingressei no Programa de Especialização em Patrimônio Cultural do IPHAN (PEP)⁴. Com duração de dois anos, esse programa tem como principal objetivo a formação de quadros especializados para atuar na preservação do patrimônio cultural. O PEP organiza-se de forma multidisciplinar, agregando profissionais recém-formados de diversas áreas do Brasil de acordo com as necessidades de cada Superintendência Regional do IPHAN no país. No Rio Grande do Sul, foram disponibilizadas duas vagas, das quais ocupei a que foi destinada às áreas de história, geografia, ciências sociais ou arqueologia. Minha atuação enquanto bolsista do PEP-IPHAN foi junto ao Setor de Arqueologia da Superintendência Regional do IPHAN no Rio Grande do Sul (IPHAN-RS).

A minha principal atuação no Setor de Arqueologia foi, durante o tempo que estive vinculado ao PEP, auxiliar os técnicos do setor na avaliação da adequação dos Diagnósticos Arqueológicos às exigências legais e conceituais para a preservação do patrimônio arqueológico. Assim, migrei para o pólo oposto da pesquisa arqueológica no Licenciamento Ambiental, passando a vivenciar o cotidiano do agente fiscalizador. Frente a essa mudança de ares, às novas experiências como bolsista do PEP e à diversidade de leituras exigidas para a realização dos estudos dirigidos, comecei a retomar algumas das inquietações que já haviam surgido durante minha experiência no monitoramento das obras de engenharia.

A participação nos trabalhos de escavação em São Miguel das Missões e no Centro de Porto Alegre (Praça Júlio Mesquita e Brigadeiro Sampaio) foi importante para que minhas intenções de pesquisa adquirissem maturidade. Contrastando a ação institucional do IPHAN, as experiências com pesquisas arqueológicas

⁴ Em 2011, o Programa de Especialização em Patrimônio transformou-se em curso de Mestrado Profissional em Patrimônio.

acadêmicas e a arqueologia no licenciamento ambiental, acabei concluindo que a ação educativa na arqueologia, principalmente naquelas pesquisas orientadas para o licenciamento de obras de engenharia, necessita de uma atenção especial. O alcance atingido nos últimos anos por essa última modalidade de pesquisa arqueológica sugere que o espaço pedagógico da criação e valorização do patrimônio arqueológico brasileiro tem sido ocupado em grande parte pelos profissionais vinculados à arqueologia de contrato.

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação, minha proposta de pesquisa era a de construir um panorama das ações educativas que envolviam o patrimônio arqueológico no Rio Grande do Sul, buscando refletir sobre as potencialidades da ação educativa com base no patrimônio arqueológico na abordagem das relações entre identidade e alteridade no contexto da diversidade cultural. No entanto, ao longo da primeira etapa do curso, durante as reflexões suscitadas nas disciplinas realizadas, no debate com os colegas da linha de pesquisa e com a orientadora, ficou claro que essa proposta inicial tinha uma abrangência muito grande para ser desenvolvida enquanto pesquisa em nível de mestrado acadêmico.

Com efeito, procurei encontrar uma experiência de ação educativa em arqueologia que tornasse possível a proposta de investigar a ação educativa no âmbito da pesquisa arqueológica. Para isso, retornei ao Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul. Nesse retorno às fontes, identifiquei que o Projeto Arqueologia História Missioneira, desenvolvido pelo Professor Arno Kern, foi pioneiro ao incorporar a perspectiva pedagógica no seio das ações desenvolvidas durante a realização do projeto. Observei que, por um lado, houve uma preocupação em realizar atividades que objetivaram a afirmação do conhecimento arqueológico na comunidade local como meio de preservação dos remanescentes missioneiros e, por outro, uma preocupação na formação de novas gerações de pesquisadores.

Nesse percurso, fui instigado a procurar não apenas realizar uma espécie de inventário das ações executadas, levantando as experiências propostas e os limites de seu êxito, mas também compreender como a ação educativa funcionou no Projeto Arqueologia Histórica Missioneira.

Muito embora os estudos de cultura material resultem, em sua maioria, de pesquisas e análises arqueológicas, no campo da História da Educação, alguns historiadores têm investido em análises nesse sentido. Como afirma Zita Possamai, ao deslindar sobre a relação entre patrimônio e história da educação no artigo *Patrimônio e História da Educação: aproximações e possibilidades de pesquisa*, alguns historiadores da educação vêm pensando sobre o lugar social da escola nos espaços urbanos e rurais, utilizando as edificações escolares como os documentos centrais em suas análises. No entanto, além da contribuição para a História da Educação que a ampliação do repertório de documentos pode significar, existe a necessidade de se refletir sobre as práticas pedagógicas e as representações sociais que são construídas e/ou mobilizadas com base nos estudos de cultura material, segundo Possamai (2012).

Nesse sentido, procurei desenvolver a pesquisa no sentido de compreender as condições de emergência de ações educativas na arqueologia histórica missioneira. Além deste objetivo, nesta pesquisa procurei explorar o quanto possível os materiais existentes nos Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul e no Arquivo Noronha Santos, relativos à pesquisa arqueológica nas Missões, especialmente os documentos relacionados com o Projeto Arqueologia Histórica Missioneira.

No capítulo 2, busquei efetuar uma abordagem da patrimonialização dos remanescentes missioneiros em território brasileiro, uma realização iniciada com o tombamento⁵ e as primeiras obras de consolidação das ruínas de São Miguel Arcanjo. A partir da realização do tombamento pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), neste capítulo procurei refletir também sobre a construção de uma história das “Missões Orientais do Uruguai”, encomendada pelo SPHAN, como uma forma de incorporação das ruínas à memória nacional. Ainda procurei apresentar a retomada das ações de preservação das ruínas e as formas de depredação identificadas no período destacado nesta pesquisa.

No capítulo 3, procurei aproximar o surgimento da arqueologia histórica missioneira ao desenvolvimento da arqueologia histórica no Brasil, bem como uma

⁵ O termo “tombamento” é tomado com o sentido de “registro”, “inscrição”. O tombamento é o ato de registro no inventário de bens protegidos pelo, a época, SPHAN e foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, 1937 (vigente até a atualidade). Para mais detalhes acesse: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>, último acesso em 20/02/2018.

proceder a uma análise das disposições normativas criadas para regulamentar as atividades de arqueologia, colocando as imbricações entre o desenvolvimento da arqueologia histórica e das ações educativas em arqueologia com os dispositivos legais de proteção.

Por fim, no capítulo 4, apresento a configuração das ações educativas realizadas no âmbito do Projeto Arqueologia Histórica Missioneira, lançando um olhar sobre a documentação presente no Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN no Rio Grande do Sul, relacionada ao desenvolvimento das atividades de pesquisa arqueológica nas missões entre 1985 e 1995. Nesta última parte, busquei entender em que condições a ação educativa foi concebida pelos pesquisadores envolvidos no Projeto.

Em cada uma das partes da dissertação, procurei ancorar as relações tecidas a partir da leitura do corpus documental e da bibliografia consultada com os referenciais teóricos que pareceram pertinentes. Na primeira parte, foi possível identificar a atuação do SPHAN com as reflexões de Pierre Nora (1993) sobre história-memória nacional que se constitui na França, antes do movimento de ruptura com essa modalidade de relação com o passado naquele país. Além disso, a concepção de espaço de experiência, a partir de Koselleck (2006), ajudou a compreender melhor a operação realizada por Augusto Meyer na seleção dos bens inventariados nos primeiros tempos de SPHAN. Na abordagem da relação entre a arqueologia histórica no Brasil e a ação do IPHAN, as noções sobre ativação patrimonial de Prats (2004) mostraram-se bastante proveitosas. Na terceira parte, a concepção de Ginzburg (1990) sobre o *paradigma indiciário* na escrita da história, ajudou a estabelecer as conexões necessárias entre os diversos tipos de documentos, sugerindo uma análise qualitativa das informações. Muito embora esses referenciais tenham sido explicitados em partes específicas, não deixaram de ser importantes para toda a construção do trabalho.

Assim, procuro desenvolver uma narrativa que permita ao leitor uma imersão no desenvolvimento das ações preservacionistas realizadas pelo IPHAN sobre os sítios arqueológicos missioneiros. A partir de então, conduzi a dissertação à um breve panorama do surgimento da arqueologia histórica em nível nacional e na região das missões, bem como da emergência de dispositivos legais de preservação do patrimônio arqueológico. Por fim, a escrita finalmente alcança o

objeto específico desta pesquisa, buscando demonstrar as condições em que foram desenvolvidas as ações educativas na arqueologia missioneira, em especial, o Sítio-Escola Internacional das Missões (1992).

.

2

**A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO
MISSIONEIRO**

A primeira parte deste capítulo trata da relação entre a trajetória do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e as iniciativas da agência para a preservação dos vestígios das antigas reduções de índios guaranis no Rio Grande do Sul. Em seguida, procuro apresentar como se pretendeu incorporar o passado missioneiro à memória nacional, a partir da encomenda de uma história das missões feita pelo SPHAN a Aurélio Porto, no momento da realização das primeiras intervenções nas ruínas São Miguel das Missões. Na última parte do capítulo, é considerada a identificação, nos anos 1980, da depredação dos sítios devido à sua utilização para atividades agropastoris e como esse processo conduziu a uma proposta de valorização destes remanescentes por parte dos arqueólogos.

2.1 A CONFIGURAÇÃO DOS SÍTIOS: O PROCESSO DE PRESERVAÇÃO INICIADO PELO IPHAN

O tombamento de São Miguel das Missões, realizado durante a fase inaugural do SPHAN, seguiu os interesses de incentivo à identificação e à preservação de bens considerados como representativos da nação.

Ao estudar a trajetória do SPHAN, Fonseca (1997) assinala como antecedentes do órgão de proteção do patrimônio nacional os movimentos intelectuais da década de 1920, que foram envolvidos por ideias de mudança originados de uma visão crítica da República Velha, como momento da formação das primeiras noções sobre a identidade nacional e a “cultura brasileira”. Um dos expoentes desses movimentos foi Mário de Andrade, que como a autora demonstra, foi o responsável pela elaboração do anteprojeto que deu origem ao Decreto Lei nº 25 de 1937. Segundo a autora, Mário de Andrade concebia a identidade nacional brasileira como uma realização a ser alcançada futuramente, através de estudos das raízes culturais brasileiras. Assim como os seus pares, Mário de Andrade concebia que o papel dos intelectuais era o de revelar uma verdade invisível aos olhos leigos, procurando encontrar a matriz da “cultura nacional” nas manifestações culturais do “povo brasileiro”.

Com os acontecimentos de 1930 e o golpe do Estado Novo, instaurando o governo de Getúlio Vargas, o estado assume a função de organizador da sociedade e abre espaços para a absorção de intelectuais de diversos matizes

na sua estrutura. Nesse processo, abre-se a possibilidade para esses intelectuais participarem dos movimentos de “construção da nação brasileira”.

Assim, com a criação do Ministério da Educação e Saúde, tendo à frente Gustavo Capanema, cria-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mais conhecido pela sigla SPHAN. Na criação do “Serviço”, foram incorporados os intelectuais modernistas, muito embora Mário de Andrade não tenha tido uma inserção tão intensa quanto o advogado Rodrigo de Mello Franco de Andrade. As características mais marcantes nessa configuração do SPHAN, segundo Fonseca, foram a ruptura que o modernismo representou para a ideia de “nação brasileira” e a forte presença de Minas Gerais no cenário das políticas federais de preservação do patrimônio.

Apoiada no argumento de Eduardo Jardim Moraes, a autora afirma que os modernistas se propunham a missão de repensar a função social da arte. Partindo de uma temática nacionalista e introduzindo o conceito de tradição, como elementos “estruturantes de uma produção artística que se queria ao mesmo tempo universal e particular” (FONSECA, 1997, p. 96). Como objetivo social maior, os modernistas pretendiam a construção de uma tradição brasileira autêntica. Assim, necessitavam efetuar uma re-elaboração do passado e, nesse processo de homogeneização da cultura nacional, Minas Gerais é identificada como berço da civilização brasileira e o Barroco concebido como a primeira manifestação cultural do Brasil.

Conforme Fonseca, a preeminência dada a Minas Gerais dentro do SPHAN foi devido ao sentimento dos mineiros de formarem a elite intelectual brasileira e sua vocação para o espírito público. Porém, mesmo como intelectuais orgânicos, havia “em todos eles, um sentido de independência que se expressava em sua resistência a aderir incondicionalmente a líderes como Getúlio, ou à política partidária” (FONSECA, 1997, p. 100). Assim, o SPHAN acabou tornando-se o *lócus* de atuação dos arquitetos modernistas dentro do estado. A postura reticente de Gustavo Capanema em relação à Vargas abriu espaço a intelectuais que não concordavam incondicionalmente com a totalidade das políticas de governo no Estado Novo.

Ao tratar especificamente da criação do SPHAN, Fonseca aponta que na década de 1920, intelectuais ligados à temática do patrimônio já alertavam para a ameaça da perda irreparável dos monumentos de arte colonial. Neste

contexto, não foram os modernistas os únicos intelectuais interessados na proteção da arte colonial, pois as primeiras respostas em relação à proteção desses monumentos surgiram dos estados, com a criação das Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Em nível federal, Fonseca assinala ainda a criação dos Museus Nacionais. Entretanto, o anteprojeto de lei para defesa do patrimônio histórico e artístico nacional elaborado pelo conservador de Antiguidades Clássicas do Museu Nacional, o professor Alberto Childe, foi abandonado pela inviabilidade do atrelamento da proteção dos monumentos à desapropriação. Em sua dissertação de mestrado sobre a dimensão educativa no Museu Histórico Nacional, Ana Carolina Gelmini de Faria, chama a atenção para criação da Inspetoria dos Monumentos Nacionais, que funcionou entre 1934 e 1937. Como demonstra Faria, tendo Gustavo Barroso à frente desta iniciativa, a Inspetoria tinha como projeto a identificação e salvaguarda do passado brasileiro, voltando-se primeiramente para a preservação dos monumentos da cidade de Ouro Preto. Considerando as transformações políticas de 1937, Gustavo Barroso perde o apoio do governo, que passa a investir na criação do SPHAN, com uma nova política para a preservação do patrimônio cultural, segundo Faria (2013).

Com o advento do Estado Novo, o ideário do patrimônio passou a ser integrado no projeto de construção da nação. Assim, a estrutura do estado absorveu muitos intelectuais brasileiros. Conforme o argumento apresentado por Fonseca, Lauro Cavalcanti afirma que a escolha de intelectuais modernistas para compor o quadro do SPHAN se deu por uma nítida superioridade qualitativa da produção intelectual e do prestígio alcançados por esse grupo em relação às outras correntes de pensamento, mais identificadas à defesa de uma tradição neocolonial.

Na esteira destes primeiros movimentos de definição do que seria o patrimônio cultural brasileiro, ocorre o tombamento das ruínas de São Miguel das Missões. Muito embora em *O Patrimônio em Processo*, Fonseca tenha demonstrado a proeminência dos intelectuais mineiros, no Rio Grande do Sul, o principal agente nos anos iniciais do SPHAN foi o escritor Augusto Meyer, sempre elogiado na troca de correspondências com Rodrigo Melo Franco de Andrade (BAUER, 2006). Foi a partir do inventário realizado por Meyer que São

Miguel das Missões foi incluído entre os primeiros tombamentos do SPHAN. Conforme demonstra Bauer (2006), Augusto Meyer estabeleceu um critério temporal para definir os bens que deveriam ser incluídos no inventário, alicerçado em dois processos importantes à época para a história do Rio Grande do Sul. Para Bauer (2006, p. 57) “A definição, aliás, baseava-se em eventos históricos marcantes: missões, como mito fundador do Rio Grande do Sul, e a Revolução Farroupilha. Distante de estilos arquitetônicos, Augusto Meyer se orienta pelos limites de acontecimentos históricos”.

Como veremos mais adiante, com Aurélio Porto – também envolvido com o SPHAN logo após o tombamento de São Miguel – estas duas referências históricas se tornarão objeto de trabalho, mediante solicitações vindas da capital federal. No espaço de experiência⁶ adotado por Augusto Meyer, os remanescentes missionários tornam-se símbolo da gênese do Rio Grande do Sul, tendo a Revolução Farroupilha como limite final do período formativo das fronteiras meridionais. Curiosamente, o tema escolhido como origem para a formação do Rio Grande do Sul nada teve de nacional, a não ser o fato de pertencer ao território brasileiro na época de sua escolha. Sobre isso, veremos mais adiante a importância de Aurélio Porto para a escrita de uma história das “Missões Orientais do Uruguai”.

A historicidade parece ter sido um critério bastante importante na definição de Augusto Meyer sobre quais manifestações arquitetônicas deveriam ser tornadas patrimônio nacional. Como mostra Tanccini (2008) em seu Trabalho de Conclusão de Curso em História, Augusto Meyer, ao realizar o primeiro levantamento do patrimônio nacional no Rio Grande do Sul, apresenta para o SPHAN, além das ruínas das antigas reduções jesuítico-guaranis, os prédios das igrejas Nossa Senhora da Conceição, em Viamão, Nossa Senhora das Dores e a antiga Igreja do Rosário, em Porto Alegre, e Matriz de São Pedro e Capela de São Francisco, em Rio Grande. Contrários ao tombamento da antiga Igreja do Rosário, a Cúria Metropolitana de Porto

⁶ A noção de espaço de experiência foi desenvolvida pelo historiador alemão Reinhart Koselleck (2006) para servir como instrumento teórico na tentativa de estabelecer uma medida do tempo histórico da modernidade, através da associação com a noção de *horizonte de expectativa*. No processo de definição entre o que se considera como espaço de experiência e horizonte de expectativa, ou seja, aquilo que uma sociedade determina como passado em comparação ao que desse passado ela deseja como futuro constitui um tempo histórico.

Alegre buscou desfazer o tombamento, julgando que o prédio não tinha valor artístico. No entanto, o escritor havia selecionado a Igreja do Rosário pelo critério de antiguidade, por ter considerado que a edificação religiosa era mais antiga de Porto Alegre, uma vez que a antiga Igreja Matriz já havia sido demolida, Tanccini (2008).

A relação estabelecida por Meyer, ao procurar no tempo as marcas da nacionalidade, remete àquilo que Hartog (2006) chama de *regime de historicidade*. Conforme a acepção dada pelo historiador ao termo, ao procurar responder “o que significou, do ponto de vista do tempo, de sua ordem, o movimento de extensão e de universalização do patrimônio, ao qual nós temos assistido há um bom quarto de século?”, um regime de historicidade marca a forma como uma sociedade trata seu passado. Contudo, ampliando mais a noção, o autor apresenta como uma maneira de entender as “maneiras de ser no tempo” (HARTOG, 2006, p. 263). Nesse sentido, foi possível verificar que o “ser no tempo” de Augusto Meyer e de Aurélio Porto, envolvia a preocupação em demonstrar as marcas de “lusitanidade” da sociedade gaúcha, o seu pertencimento à nação brasileira.

Ainda que os critérios de Augusto Meyer para a seleção dos bens inventariados durante os primeiros tombamentos tenham sido “históricos”, São Miguel das Missões foi tratado pelo SPHAN como uma obra de arte, sendo inscrita no livro de Belas Artes.

Em fins dos anos 1960 houve interesse por parte do SPHAN em realizar os procedimentos de registro necessários à inclusão de outras três ruínas missioneiras em suas políticas de preservação: São João Batista, São Lourenço Mártir e São Nicolau. Assim como São Miguel, a iniciativa de tombamento das demais ruínas teve origem por interesse do SPHAN.

Em 1968, é iniciado o processo de tombamento desses remanescentes, registrado em solicitação enviada por Luis Saia, chefe do 4º Distrito do DPHAN⁷. Através de ofício datado de 26 de dezembro de 1968, Saia solicita

⁷ Desde sua criação, em **1937**, até a atualidade, o IPHAN recebeu diferentes nomenclaturas. De sua criação até 1946, chamava-se Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em **1946**, o SPHAN passa a denominar-se Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Em **1970** o DPHAN se transforma em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em **1979** o IPHAN se divide em SPHAN – órgão normativo - e Fundação Nacional Pró-memória (FNpM) – órgão executivo. Em 1990 ocorre a extinção do SPHAN e da FNpM e criação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Em **1994** a

“providências para o tombamento dos ‘restos’ missioneiros das primitivas unidades de São João, município de Santo Ângelo, São Lourenço, município de São Luís e São Nicolau, na cidade de São Nicolau”⁸. Ainda que gestado no interior do órgão de proteção, o tombamento dessas outras três “unidades” apresenta peculiaridades que podem ser relacionadas às mudanças no equacionamento das políticas de preservação nos anos 1960 e 1970.

O novo processo de tombamento, para inclusão das ruínas de outras três reduções, é motivado pelo interesse na preservação dos remanescentes como vestígios históricos da organização social missioneira, com uma proposta mais voltada a um tratamento dos sítios como documentos e não como monumentos.

Nesse sentido, abre-se a perspectiva de que essas ruínas sejam tratadas como artefato arqueológico, diferentemente das ruínas São Miguel, que tiveram seu destino traçado por Lucio Costa como parte integrante do Museu das Missões, a partir das definições dadas pelo arquiteto após sua viagem à região missioneira em 1937⁹.

A mudança de orientação nas práticas de preservação emanadas do SPHAN se processa no decorrer da própria transformação da instituição. Como demonstra Maria Cecília Londres Fonseca, em fins da década de 1970 ocorre a fusão entre o CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural¹⁰ e o SPHAN. Partindo da análise dos processos de tombamento ocorridos nas décadas de 1970 e 1980, Fonseca (1997, p. 242) caracteriza esse período como “um momento de coexistência e, em certos momentos, de confronto, entre orientações distintas”, configurando-se como um período de transição institucional.

Medida Provisória de nº 752 determina que o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC e o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura – IBA passem a denominar-se, respectivamente, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação de Artes – FUNARTE. Em **2009**, é criado o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), desmembrando do IPHAN todos os direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais.

⁸ Arquivo Noronha Santos, processo 813-T-69.

⁹ Relatório de Lucio Costa, 1937 (cópia). Arquivo Noronha Santos. Série Inventário: São Miguel das Missões, RS. Chafariz. CX0876.

¹⁰ O CNRC foi criado em 1975, com o objetivo de estabelecer um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira. À sua frente, contou com idealização atuação de Aloísio de Magalhães. (FONSECA, 1997).

Conforme a autora, na década de 1960, houve um distanciamento entre os movimentos culturais e políticos, principalmente a partir do golpe militar de 1964 e o consequente “fechamento” político brasileiro. Assim, nos anos 1970 ocorreu um novo equacionamento da relação entre cultura e política. De certa forma, no campo das políticas culturais do Brasil, sentia-se a necessidade de acompanhar as transformações ocorridas na área da cultura e da preservação nos países desenvolvidos do ocidente, contudo sem perder a “identidade nacional”. A partir de 1965, o SPHAN passa a recorrer à UNESCO para reformular sua atuação, buscando assim uma imagem e uma política de negociação, através de tentativas de persuasão e conciliação entre políticas de preservação e políticas desenvolvimentistas. A ideia básica propagada a partir desta nova perspectiva é de que não há desenvolvimento nacional sem preservação da “cultura brasileira”. No entanto, a noção de cultura brasileira será também transformada. As críticas dirigidas ao SPHAN a partir desse período não serão mais apenas no sentido operacional das políticas de preservação, mas também se dirigiram aos critérios de atribuição de valor dos bens selecionados como representativos da cultura nacional. Concomitante à modernização da administração dos bens tombados, iniciam-se propostas de atualização da composição do patrimônio baseadas em matrizes de pensamento novas. Essas novas leituras da “cultura brasileira” partiram primeiramente de fora do SPHAN, através do CNRC, que inicialmente não se propunha a uma crítica ao IPHAN. Para os intelectuais reunidos em torno do CNRC, “tratava-se não de eleger símbolos da nação ou de conhecer e divulgar as tradições brasileiras, e sim buscar indicadores para a elaboração de um modelo de desenvolvimento apropriado às necessidades nacionais”, deslocando o debate cultural para as áreas mais fortes do governo, conforme Fonseca (1997).

Contudo, mesmo com uma mudança de perspectiva, a presença de Lucio Costa era ainda importante no direcionamento das ações de preservação emanadas do SPHAN. Essa presença pode ser percebida na solicitação de tombamento das outras três ruínas, em 1968. O tombamento destes remanescentes previa, assim como havia sido definido em 1937, o recolhimento das peças que foram utilizadas na construção de novas casas pelos moradores do entorno. A solicitação foi encaminhada para a avaliação de

Lucio Costa, diretor da Divisão de Estudos e Tombamento, que foi favorável ao tombamento. No entanto, o arquiteto fez ressalvas em relação ao recolhimento das peças usadas para a construção de novas casas, observando que fosse verificado a sua indicação constante no relatório de 1937.

Em 1937, ao relatar a visita a São João Batista, Lucio Costa (1937) escreveu:

Constituíram, no entanto, para nós, a melhor das surpresas, pois aí encontramos grande número de peças, algumas de excepcional valor e pelas quais bem se pode ajuizar da importância desse povo. Desejo, porém, chamar a vossa atenção para um documento do maior interesse e que deve ao meu ver ser preservado. Trata-se de uma casa datando presumivelmente de fins do século XVIII e toda ela construída com material da antiga redução. Encontramos em São Nicolau outros exemplos, mas nenhum assim antigo e tão característico.

Não há menção, na documentação pesquisada, de qualquer ação no sentido de preservar a casa citada por Lucio Costa e também não há evidências de ações de preservação de residências construídas com o material das antigas reduções. Conforme Ana Lúcia Goelzer Meira houve o tombamento da “casa de material missioneiro”, como ficou conhecida, mas a casa não existe mais. Segundo a autora, não há informações sobre o desaparecimento das casas, se foi demolida ou entrou em ruína devido à falta de conservação (MEIRA, 2008, p. 227-228; 244-248). De qualquer forma, a destruição da “casa de material missioneiro” evidencia as dificuldades do órgão de proteção em conservar os bens tombados na região missioneira, conforme veremos mais adiante.

Ademais, a dinâmica das ações do SPHAN na região missioneira foi a de continuar concentrando em São Miguel qualquer material identificado como pertencente ao período missioneiro.

Nas recomendações e sugestões de medidas que deveriam ser tomadas sobre os “restos” missioneiros, Lucio Costa havia concentrado toda atenção em São Miguel, recomendando a construção do Museu e da casa do zelador, para dar condições à reunião de todo o material missioneiro a ser recolhido nos outros locais. Para Lucio, as ruínas de São Miguel seriam as únicas com o potencial de “dar a ver” ao visitante uma noção de como viviam os fundadores das reduções. Em seu relatório de 1937, apontou:

Aliás, para que os visitantes, - geralmente pouco ou mal informados, “compreendam” melhor a significação das ruínas, sintam que já houve vida dentro delas e, se possível, também “vejam” como o Sr. Augusto Meyer, “aquela porção de índios se juntando de manhãzinha na igreja”, parece-me indispensável a organização de uma série de esquemas e mapas, além da planta de São Miguel, acompanhados de legendas que expliquem de maneira resumida, porém, clara e precisa a história em verdade extraordinária das Missões, e como eram as casas, a organização dos trabalhos nas estâncias e oficinas, as escolas de ler e de música, as festas e os lazeres, - a vida social da comunidade, em suma. Com datas e nomes, mas tudo disposto de forma atraente e objetiva, tendo-se sempre em vista o alcance popular. O alpendrado anexo à casa do zelador poderia então servir, também, para esse fim.¹¹

Ao continuar a leitura do processo de tombamento das outras três ruínas, percebe-se um esforço do DPHAN no sentido de regularizar o tombamento seguindo o procedimento padrão estabelecido desde 1937, de entrega de notificação ao proprietário do bem, nestes casos as municipalidades em que os sítios estão localizados.

Além de uma forte presença das diretrizes traçadas por Lucio Costa sobre as ruínas de São Miguel Arcanjo e das iniciativas no sentido do tombamento de outros três remanescentes, o passado missioneiro receberá atenção do SPHAN também em outro sentido, o da sua *apropriação pela história nacional*, como veremos a seguir.

2.2 A INCORPORAÇÃO DO PROCESSO MISSIONEIRO NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NACIONAL

A partir da ação institucional do SPHAN na preservação dos remanescentes das reduções a partir de 1937, surgiu a necessidade de uma “história oficial das missões”. Mais precisamente, Rodrigo Melo Franco de Andrade encomenda a Aurélio Porto¹² uma história da arte missioneira. No

¹¹ Idem, pág 14.

¹² Aurelio Porto foi político, jornalista e historiador do Rio Grande do Sul. Vinculado ao PRR, fazia parte do grupo de apoiadores de Getúlio Vargas à época da “Revolução de 1930”. No Aurelio Porto foi político, jornalista e historiador do Rio Grande do Sul. Vinculado ao PRR, fazia parte do grupo de apoiadores de Getúlio Vargas à época da “Revolução de 1930”. No prefácio da segunda edição da História das Missões Orientais do Uruguai, encontra-se uma extensa nota biográfica sobre o autor (PORTO, 1954).

entanto, Aurélio Porto construiu não uma história da arte missioneira, mas uma “História das Missões Orientais do Uruguai”.

Ao justificar a dificuldade em escrever uma história da arte, logo nas primeiras páginas de sua obra, Aurélio Porto procura relacionar o tombamento e as iniciativas de restauro e conservação em São Miguel a uma disposição pessoal de Getúlio Vargas, colocando que:

[...] difícil seria compreender, em suas linhas estruturais, a arte jesuítico-colonial, cujos monumentos vetustos se reerguem, agora, na região missioneira, reconstituído pelo Serviço do Patrimônio Histórico, por determinação do Sr. Getúlio Vargas, que assim integra ao patrimônio artístico nacional uma das mais belas páginas da História do Brasil (PORTO, 1943, p VII).

Considerando mais atentamente esse esforço em ligar a transformação das ruínas em patrimônio nacional a uma atitude pessoal do chefe de estado, é possível imaginar o impacto que tal empreendimento representou para a nova instituição que acabava de ser criada. Isso permite inferir que a restauração das Ruínas de São Miguel Arcanjo e a construção do Museu das Missões deveriam constituir-se em uma realização exemplar, procurando demonstrar a eficiência e a importância do SPHAN.

Consequente ao tombamento, as ruínas de São Miguel recebem a visita do arquiteto Lúcio Costa, principal agente da área técnica do SPHAN. Na visita, Lúcio Costa elabora um relatório detalhado das ruínas e seu entorno, bem como de outros remanescentes dos famigerados Sete Povos das Missões visitados pelo arquiteto. Após a visita técnica, é elaborado um plano de consolidação das ruínas e de construção do Museu das Missões.

A preparação do arquiteto para o trabalho de avaliação dos vestígios da “civilização jesuítica” no sul do Brasil foi baseada, nas referências históricas disponibilizadas por Augusto Meyer, nesse momento atuando como representante regional do SPHAN no Rio Grande do Sul. Dessa forma, sua imersão na avaliação das possibilidades de preservação das ruínas se fez a partir das noções sobre a história das missões disponíveis naquele período. Em sua atuação como arquiteto do SPHAN, Lúcio Costa projeta um plano de conservação imbuído pela visão da ação civilizatória dos jesuítas sobre os povos indígenas na América Meridional.

O argumento de que as obras em São Miguel tenham sido tomadas como “vitrine” do SPHAN no período de sua execução ganha força ao verificarmos as referências feitas sobre a execução das obras em São Miguel.

Segundo Lígia Marins Costa, em 1937 esse assunto [Museus] foi levado a Rodrigo Melo Franco de Andrade por Lucio Costa, que, a pedido do primeiro, havia viajado para São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul, a fim de averiguar o estado em que se encontravam as ruínas das antigas missões jesuíticas. Ao retornar, o arquiteto propôs, além dos trabalhos de contenção e recuperação arquitetônicas, a constituição de um pequeno museu, para “dar ao visitante uma impressão tanto quanto possível aproximada do que foram as Missões”. Lígia Martins Costa considerava que tais recomendações haviam sido decisivas para Rodrigo Melo Franco de Andrade, vindo este museu a se tornar um “padrão-ideal para os museus regionais monográficos que [o Sphan] iria organizar. (CHUVA, 2009, p. 181-182)

As palavras de Ligia M. Costa demonstram o significado que as obras de contenção e recuperação das ruínas e construção do Museu alcançaram no âmbito das emergentes políticas de preservação emanadas do SPHAN. Na ação do SPHAN em relação aos museus, verifica-se uma orientação para o desenvolvimento de um modelo “alicerçado em um corpus científico gerado e desenvolvido no interior da instituição”, em oposição a uma visão de uma museologia centrada no período imperial, vinculada ao antiquarismo e orientada pela concepção pedagógica da história *magistra vitae* (JULIÃO, 2009).¹³

Em sua dissertação de Mestrado, Letícia Bauer trata da experiência de Lucio Costa na configuração do espaço preservado em São Miguel das Missões. Ao abordar a museografia desenvolvida pelo SPHAN no Museu das Missões, comenta sobre os agradecimentos realizados por Rodrigo Melo Franco de Andrade a Aurélio Porto e a Sérgio Buarque de Holanda “pelos resumos históricos destinados a esclarecer a origem das peças recolhidas”

¹³É preciso considerar, entretanto, que mudanças no perfil dos museus operavam-se em momentos anteriores e sem relação direta com o SPHAN. Na abordagem da configuração dada ao Museu Paulista por Affonso de Taunay, a partir dos anos 1920, percebe-se com clareza a interpretação de que no passado colonial está a origem da nação. Há, nesta perspectiva, um dever de memória vinculado aos heróis fundadores do Brasil. No caso do Museu Paulista, o trabalho de Taunay foi o de colocar no centro da construção da nação, como o seu elemento mais importante, o papel do bandeirante. Como demonstra Ana Claudia Fonseca Brefe, todos os espaços do Museu vão sendo constituídos por elementos que remetem ao esforço bandeirante - usado como um sinônimo de paulista - na formação da nação. Ver BREFE, Ana Cláudia Fonseca. O Museu Paulista: Affonso Taunay e a memória nacional. São Paulo: editora da UNESP: Museu Paulista, 2005.

(BAUER, 2006, p. 102). A pesquisadora surpreende-se com a participação de Sérgio Buarque de Holanda no trabalho de dar sentido aos vestígios das antigas reduções. Nenhuma surpresa causou a ela, porém, a colaboração do intelectual gaúcho Aurélio Porto. Para Letícia, é surpreendente que um dos “intérpretes do Brasil” tenha sido incluído nos trabalhos de construção do Museu das Missões. Tal participação de destaca, como coloca Letícia, por ser um caso *sui generis* da atuação do autor de Raízes do Brasil em um trabalho estritamente ligado ao Rio Grande do Sul e à configuração de um museu.

Por outro lado, a participação de Aurélio Porto no Museu das Missões não chega a causar surpresa, uma vez que ele estava já há muitos anos envolvido com o poder central, como comentador nas notas ao *Processo dos Farrapos* e nos *Anais do Itamaraty* que compõem a série “Farrapos”. Entretanto, uma vez que Aurélio Porto vinha desenvolvendo suas pesquisas acerca de outros acontecimentos ocorridos no sul do Brasil, por qual razão é chamado a colaborar com a construção de uma história das Missões? A resposta para essa questão pode começar com um breve exame da trajetória de Aurélio Porto no ofício de escrita da história.

De acordo com a proposta analítica de Gutfreind (1998), Aurélio Porto inicia seus escritos sobre a história do Rio Grande Sul dentro do que a autora chama de *matriz platina*, mas ao longo de sua trajetória, passa a vincular-se a outro campo, a *matriz lusitana*.¹⁴

Conforme as notas biográficas escritas pelo padre jesuíta Luís Gonzaga Jaeger na segunda edição da obra, publicada pela Livraria Selbach em 1954¹⁵, Aurélio Porto tinha, na época da publicação da primeira edição, uma extensa atuação como historiador do Rio Grande do Sul, bem como fortes vínculos políticos estabelecidos, primeiro com o Partido Republicano Riograndense (PRR)¹⁶ e após 1930 com o Governo Vargas.

¹⁴ Segundo Gutfreind, à matriz platina “filiam-se historiadores que enfatizam algum tipo de relação ou influência da região do Prata na formação histórica sul-rio-grandense e comumente defendem que a área das Missões Orientais, com aldeamentos jesuíticos do século XVII, componha a história do Rio Grande do Sul. A outra, a matriz lusitana, minimiza as aproximações do Rio Grande do Sul com a área platina e, conseqüentemente, defende a inquestionável supremacia da cultura lusitana na região.” (GUTFREIND, 1998, p. 11).

¹⁵ Pelo que foi possível constatar, na segunda edição da História das Missões Orientais do Uruguai não houve modificações substanciais nos escritos de Aurélio Porto. A segunda edição traz algumas notas explicativas do padre Jaeger e uma atualização ortográfica.

¹⁶ Segundo aponta o padre Jaeger no prólogo da segunda edição, Aurélio Porto foi diretor do PRR e Intendente municipal em Montenegro-RS e Garibaldi-RS, pelo mesmo partido.

A biografia de Aurélio Porto como um importante historiador para o Rio Grande do Sul é confirmada também pelo já citado estudo de Gutfreind (1998), que o considera como um lançador de uma nova corrente na historiografia gaúcha. Para Gutfreind (1998), o trabalho central de Aurélio Porto na construção de uma história do Rio Grande do Sul foi relacionado aos debates em torno da Revolta Farroupilha que emergiram na década de 1930, principalmente devido à aproximação do centenário da revolta. Em oposição à versão construída por Alfredo Varella, que procurou mostrar o caráter separatista do conflito e uma posição *platinista* dos líderes farroupilhas, os trabalhos de Aurélio Porto como comentador no *Processo dos Farrapos* nos Anais do Itamaraty formaram uma imagem de um conflito de cunho nacionalista no interior do império:

Os comentários, as notas históricas do funcionário do Museu e do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, em comissão no Arquivo Nacional, onde galgou alto posto ainda na década de 1930, mostraram ao Rio Grande do Sul e ao Brasil uma revolução nacional, patriótica, enquadrada no panorama da formação cívica brasileira. (GUTFREIND, 1998, p. 52).

Esse breve panorama da inserção de Aurélio Porto no cenário historiográfico rio-grandense, considerando sua trajetória de atuação política junto ao PRR, permite estabelecer umnexo entre o autor da História das Missões Orientais do Uruguai e o SPHAN. Como bem coloca Certeau (1995) ao escrever sobre seu próprio ofício, a escrita da história é condicionada pelo lugar social e institucional do historiador. Nesta perspectiva, torna-se inteligível a escolha de Aurélio Porto para escrever uma história das Missões.

Conforme declaração do próprio autor, a origem do livro está relacionada ao convite de Rodrigo Melo Franco de Andrade para escrever um modesto estudo sobre a “Arte na civilização jesuítica das Missões”. Segundo Porto, a tarefa para a qual foi convidado extrapolou os limites da solicitação, devido às “injunções do próprio assunto”. Pela perspectiva do historiador, a compreensão da arte missioneira só poderia ser alcançada com um estudo aprofundado da “civilização jesuítica que floresceu nas Missões Orientais do Uruguai e sua conexão com os lineamentos da fundação do Rio Grande do Sul” (PORTO, 1943: VII). Aurélio Porto justifica, portanto, que o entendimento dos vestígios materiais das antigas reduções de índios organizadas pelos jesuítas –

considerados pelo SPHAN como tendo um valor artístico – somente poderiam ser compreendidas em sua profundidade histórica. Destaca-se, na sua perspectiva, a relação que pretendeu estabelecer entre a fundação do Rio Grande do Sul e o passado missioneiro.

O livro sobre história das missões de Aurélio Porto carrega ainda outras características que permitem vislumbrar a atuação do historiador em relação ao seu lugar social e institucional. Em meio à análise das origens sociais das práticas de preservação estabelecidas pelo SPHAN no Brasil, Márcia Romeiro Chuva apresenta uma apreciação da série Publicações do SPHAN. A pesquisadora busca demonstrar “o papel articulador de um debate entre intelectuais e propagandistas da ação institucional implementado por meio das edições do Sphan, que somavam o caráter legitimador ao caráter divulgador de um conhecimento especializado prescrito pela agência do Estado” (CHUVA, 2009, p. 249).

De acordo com Chuva, a série de publicações do SPHAN deveria ser composta por um conjunto de monografias que oferecesse uma direção e um sentido para a história da arte no Brasil. Na primeira publicação desta série, foi apresentado o estudo sobre os *Mucambos do Nordeste*, de Gilberto Freire. Muitos dos autores dos demais números eram escolhidos entre os próprios membros do corpo de técnicos recrutado para o SPHAN.

Para Chuva, a publicação de *Mucambos* foi bastante impactante, pois o tema escolhido era pouco adequado aos recortes que vinham se estabelecendo na instituição. No entanto, por tratar da habitação popular, a publicação de Gilberto Freyre também aponta para um dos sentidos da “civilização brasileira” que se queria propagar.

Chuva (2009) diz que:

Embora os mocambos do Nordeste analisados por Freyre fossem, sem dúvida, bastante distintos das casas tombadas em conjunto nas cidades mineiras, há que se notar um esforço no sentido da ampliação do conceito de obra de arte, posto que não tinham autoria nem eram consagradas, tratando-se da arquitetura vernacular da sociedade mineira do século XVIII (CHUVA, 2009, p. 254-255).

Ainda segundo a análise da pesquisadora, a partir da percepção de Lucio Costa de que a habitação popular fosse analisada principalmente como

obra de arte e não como documento, delineou-se uma hierarquia no sistema de classificação dos bens a serem protegidos pelo SPHAN, em que a atribuição de *valor histórico* ficou em segundo plano em relação a atribuição de *valor artístico*, segundo Chuva (2009).

Considerando essa dinâmica nas iniciativas editoriais do SPHAN, percebe-se claramente qual a necessidade de um estudo monográfico sobre a arte missioneira na patrimonialização das ruínas missioneiras. A publicação de uma monografia com essa temática deveria apresentar a contribuição da experiência missioneira no Rio Grande do Sul para a história da arte brasileira.

Em busca deste objetivo ou não, Aurélio Porto acaba por mergulhar em um estudo sobre a contribuição da experiência missioneira na formação histórica do Rio Grande do Sul. Apoiado na Coleção de Angelis, formada por “milhares de documentos, em sua maior parte originais e inéditos, que constituem essa coleção da opulenta *Secção de Manuscritos* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro”, Aurélio Porto aponta que no decorrer de sua pesquisa “revelações surpreendentes” encontradas na documentação “encheram-nos de admiração e respeito por esse homens admiráveis que foram os jesuítas” (PORTO, 1943, p. VII).

Com efeito, Aurélio Porto realiza um estudo bastante extenso, que inicia com considerações sobre a fundação da Companhia de Jesus, sua inserção no Brasil, os jesuítas na Província do Paraguai, a catequese indígena e a “civilização jesuítica-colonial”. Ao todo, a pesquisa de Aurélio Porto deveria compor dois volumes, sendo primeiro dedicado ao “Ciclo da Civilização Jesuítica das Missões” e o segundo a “Arte na Civilização Jesuítica das Missões”.

Sobre a realização da obra, escreveu o padre Jaeger no prólogo da segunda edição:

Desgraçadamente, o segundo volume ficou afogado no tinteiro, com apenas algumas notas esparsas e um auspicioso Índice, que prometia uma contribuição esplêndida e inédita para a Cultura Cívico-Religiosa Sul-Americana. Entretanto, se Deus quiser, esta última parte não ficará esquecida, mas será estudada carinhosamente e dada à luz num futuro próximo, vindo constituir o volume V da série “Jesuítas no Sul do Brasil”. (PORTO, 1954, v1, p. 9).

Conforme Torres (1996) a perspectiva da “civilização jesuítica” perpassa todo o livro escrito por Aurélio Porto. Conforme a abordagem de Luiz Henrique Torres – em sua tese de doutorado sobre a produção historiográfica no Rio Grande do Sul e as interpretações sobre a participação das Missões Jesuítico-Guaranis na formação histórica do Rio Grande do Sul – na obra de Aurélio Porto verifica-se a insistência no trabalho referenciado em documentos, o que o diferencia dos trabalhos anteriores. Contudo, permeado por uma perspectiva etnográfica dominante nas décadas de 1930 e 1940, Aurélio Porto enfatiza a ação civilizatória dos jesuítas sobre índios primitivos, ferozes e humanamente inferiores.

Segundo Porto (1943):

Fundamentalmente pacífico, como povo já sedentário e agricultor na época da conquista, covarde mesmo ante a agressão de outras nações, o tape, sob o influxo jesuítico, evoluíra, tornando-se um soldado combativo e disciplinado. O fanatismo a que atingira a sua fé religiosa, a educação cristã que lhe modificara o caráter primitivo, a certeza que lhe alicerçava a consciência de que combatia pela maior glória do Senhor, para ganhar o reino de Deus, davam-lhe a coragem que se reflete nas ações de seus grandes heróis que tombam, no campo de luta, circundados de um cheiro de santidade, como esse bravo Sepé, que o povo canoniza. (PORTO, 1943, p. 287).

Sob essa ótica, Aurélio Porto desenvolve uma versão jesuítica da história missioneira, apoiada em vasta documentação e oficializada pelo SPHAN. Será esse índio cristão civilizado, trabalhado pela mão incansável dos padres da companhia, que contribuirá para a formação étnica do gaúcho. Para Aurélio Porto, é através do processo civilizatório iniciado pela Companhia de Jesus que foi possível a participação do indígena na formação do gaúcho. Cria-se assim um laço entre passado e presente, entre o índio missioneiro e o gaúcho do campo, um “tipo semibárbaro do pampa, cujos usos, costumes, indumentária e língua ficam como patrimônio da etnia rio-grandense, e difundem-se no Prata, criando este fator étnico comum” (PORTO, 1936, p. 273-301 *apud* TORRES, 1996, p. 279).

As consequências do Tratado de Madri, da Guerra Guaranítica e da expulsão dos jesuítas do território das missões orientais do Uruguai foram vistas por Aurélio Porto como o fator de decadência moral dos índios, acarretando a ruína da “civilização jesuítica.” Assim, Aurélio Porto encontra

uma explicação para o arruinamento das edificações, que o SPHAN queria naquele momento conservar.

A operação realizada pelo SPHAN, através do plano de conservação de São Miguel e da atuação como historiador de Aurélio Porto pode ser relacionada à noção de uma história-memória, no sentido conferido por Nora, ao escrever sobre o momento de ruptura dessa relação com o passado desenvolvida na França:

A história e, mais precisamente, aquela do desenvolvimento nacional, constituiu a mais forte de nossas tradições coletivas, nosso meio de memória, por excelência. Dos cronistas da Idade Média aos historiadores contemporâneos da “história total”, toda a tradição histórica desenvolveu-se como exercício regulado de memória e seu aprofundamento espontâneo, a reconstituição de um passado sem lacuna e sem falha. (NORA, 1993, p. 10).

A configuração das Ruínas de São Miguel das Missões em patrimônio nacional no final dos anos 1930 pode ser compreendida como uma operação de nacionalização, no campo simbólico, de ruínas que não necessariamente teriam relevância para a nação. Resultado de uma série de processos históricos intrincados e não raro violentos, na disputa por territórios entre impérios coloniais e, posteriormente, entre estados nacionais emergentes, restaram ruínas de uma experiência colonial por muitos considerada sem igual.

Na emergência do nacionalismo brasileiro pós 1930, em que se destaca – por iniciativa do próprio regime instaurado – a figura de Getúlio Vargas, o tombamento das ruínas de São Miguel, as obras de conservação e criação do complexo Museu das Missões – Ruínas, necessitou de uma história que lhe conferisse nacionalidade brasileira. Como coloca Nora (1993, p. 10), “a definição nacional do presente chamava imperiosamente sua justificativa pela iluminação do passado”.

Conquistas territoriais, botim de guerras, terras destinadas à colonização, o corolário material de todo o processo de conquista e anexação iniciado com colonização, em todas as suas variantes históricas. Ainda que tardiamente, a própria memória do processo de conquista da região missioneira foi capturada pelo Estado Nacional. O Rio Grande do Sul necessitou provar-se brasileiro e as Missões deveriam incorporar-se na formação do Brasil. Aurélio Porto, na História das Missões Orientais do Uruguai apresenta um indício

bastante significativo das motivações em incorporar as missões à memória nacional. Como dedicatória de sua obra, escreveu: “À Terra Missioneira, na pessoa do mais ilustre de seus filhos, Dr. Getúlio Dornelles Vargas, restaurador do patrimônio artístico e histórico do Brasil. Homenagem do autor.”, conforme Porto (1943).

Tornado um lugar de memória nacional, as ruínas de São Miguel foram incorporadas à história da arte brasileira, segundo o modelo estabelecido pelo SPHAN. A transformação realizada pelo estado nacional criou as condições para que também a sua história fosse incorporada à “civilização brasileira”. Como afirma Nora, se “a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória” Ainda que petrificados, fechados sobre si mesmo, está também, “constantemente aberto sobre a extensão de suas significações”. (NORA, 1993, p. 13).

2.3 AS FORMAS DE APROPRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL: DA DEPREDÇÃO ÀS INICIATIVAS DE PRESERVAÇÃO

Em 19 de janeiro de 1988, o diretor da SPHAN/FNpM, notifica os “proprietários ou possuidores de terras situadas no sítio arqueológico de São João Batista – Santo Ângelo – RS”, baseado nos diversos dispositivos legais de proteção do patrimônio arqueológico brasileiro, a “abster-se de atividades agrícolas e pastoris que eventualmente estejam praticando, bem como devem evitar qualquer prejuízo às ruínas, tais como pisos de cerâmica, muros e paredes, aparentes ou não”. A justificava para notificar pelo menos oito proprietários ou posseiros do entorno das ruínas de São João Batista foi de que atividades agrícolas e pastoris danificaram as ruínas e seu entorno, as quais atingem “[...] o pátio do colégio, o pátio das oficinas, a quinta dos padres, a praça e demais utilidades que serviam à antiga redução, com visível e irreparável prejuízo às prospecções arqueológicas, levando à convicção de

que, a persistirem tais agressões a este monumento dentro em pouco nada mais restará”.¹⁷

As atividades consideradas agressivas aos sítios arqueológicos missioneiros não ocorriam somente em São João Batista. Em ofício de 11 de abril de 1988, enviado pelo diretor da 10ª DR da SPHAN/FNpM, Luiz Antônio Bolcato Custódio, à Osvaldo de Campos Mello, Secretário da SPHAN, ficam explicitados os diversos problemas que a coordenadoria regional da SPHAN/FNpM enfrentava quanto à proteção dos sítios arqueológicos missioneiros. Conforme o documento, apesar de São Miguel ter sido tombado pelo SPHAN em 1938 e o sítio preliminarmente definido, não havia até aquele momento o registro de propriedade efetuado. Apesar de ter sido pactuada área *non aedificandi* com a Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, através do Plano de Diretrizes para o Desenvolvimento Físico de São Miguel em 1979, foram permitidas novas construções na área delimitada. Como meio de impedir o uso inadequado da área, explica Luiz Antônio Custódio, a 10ª DR da SPHAN/FNpM começou a aplicar, na área das ruínas de São Miguel, a legislação de proteção aos sítios arqueológicos, a partir da caracterização da área como de interesse arqueológico, baseando-se nas pesquisas arqueológicas até então realizadas.

Às sucessivas prospecções arqueológicas realizadas nas áreas missioneiras, os afloramentos e a documentação existente, nos permitiu iniciar a utilização como forma de proteção, da legislação de proteção denominação [sic] de “sítio arqueológico”, impedindo desta forma, novas construções.¹⁸

Considerando esse documento, a caracterização dos remanescentes da antiga redução de São Miguel como sítio arqueológico pareceu ser uma forma profícua no combate à depredação. Com efeito, no momento em que está ocorrendo uma intensa pressão da população do entorno das ruínas em direção a um uso indiscriminado da área dos sítios, a arqueologia é convocada, pela via da legalidade, a exercer suas competências no tocante à preservação do patrimônio nacional. Interessa neste contexto, ao órgão federal de proteção, que ocorram as mais diversas atividades envolvendo a pesquisa arqueológica,

¹⁷ Notificação aos proprietários e possuidores de terras situadas no sítio arqueológico de São João Batista – Santo Ângelo – RS. Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN no Rio Grande do Sul. Documentação Diversa: São João Batista. CX J4.3.

¹⁸ Ofício nº 102/88 – 10ª DR. Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN no Rio Grande do Sul. Documentação Diversa: São João Batista. CX J4.3.

em especial as atividades voltadas à valorização do patrimônio arqueológico. Ainda assim, algumas diferenças de entendimento sobre a dinâmica de proteção aos sítios e o desenvolvimento de atividades de consolidação dos remanescentes são perceptíveis em momentos imediatamente anteriores.

Em 25 de abril de 1985, a arqueóloga Cristina Sá envia correspondência ao Núcleo de Arqueologia da SPHAN/FNpM, sobre o “Chafariz da Missão de São Miguel”, informando a ocorrência de perturbações na área do local hoje conhecido como Fonte Missioneira. Conforme Cristina Sá, que esteve a passeio no local em 18 de fevereiro do mesmo ano, foram identificados deslocamentos de partes do chafariz, em comparação com as prospecções arqueológicas que realizou no local em 1982, a serviço da SPHAN/FNpM. Cristina Sá ainda ressalta que o sítio arqueológico é conhecido pela instituição há bastante tempo e que não há nenhuma proteção no seu entorno.

A denúncia realizada por Cristina Sá gerou um Comunicado Interno (CI) enviado pelo Arquiteto Fernando Machado Leal para o Arquiteto Cyro Lyra, ambos da Divisão de Tombamento e Conservação (DTC) da SPHAN, com explicações sobre o caso do “Chafariz de São Miguel”. Conforme o CI, o local foi visitado pelo chefe da DTC, o Arquiteto Augusto C. da Silva Telles e uma equipe que incluía o próprio Fernando Leal, tendo ficado decidido que haveriam ações para consolidação básica das ruínas do Chafariz no ano de 1985.

Devido às dificuldades orçamentárias, relata Leal, as obras não foram efetivadas. O CI segue relatando que desconhece o relatório da arqueóloga Cristina Sá, embora tenha observado referência a ele em relatório de outro arqueólogo, Ulysses Pernambucano de Melo Neto, de maio de 1982. Conforme citou Leal:

Nos arquivos da SPHAN no Rio de Janeiro consta, segundo foi verificado, o registro da atuação de uma arqueóloga na área de São Miguel. Trata-se da Técnica Cristina Sá que elaborou relatório sobre uma fonte de abastecimento d’água, recém descoberta a pouco mais de um quilômetro das Ruínas de São Miguel.¹⁹

¹⁹ Comunicado Interno de Fernando Leal a Cyro Lyra. Arquivo Noronha Santos. Série Inventário: São Miguel das Missões, RS. Chafariz. CX0876.

Em seguida, Leal questiona as informações de Cristina Sá de que os restos do “chafariz” fossem conhecidos há muito tempo e de que em 1968 algumas partes tenham sido retiradas e transferidas para o “pátio do colégio das Missões”. Após desconfiar das informações da arqueóloga, Leal segue seu comunicado relatando as informações que tinha por fidedignas sobre o “chafariz”:

- A- Segundo informações do Sr. Carlos Machado transmitidas ao Arq. Odair, o Sr. Hugo Machado, já falecido, antigo zelador do Museu e pai do Sr. Carlos, teria dito que por volta de 1940 pensou-se em escavar naquela área tendo havido, tão somente, simples desmatamento. Em 1960 o Sr. Sadi Schmidt herdou as terras onde se situa o chafariz e pensou em construir uma casa com piscina em suas imediações, o que não foi avante.
- B- Em princípios de 1982 a Prefeitura Municipal de Stº Ângelo realizou movimento de terra na área em questão para regularização do terreno afim [sic] de adequá-lo a receber acampamentos com vistas às festividades de comemoração dos 350 anos de S. Miguel, ocasião em que afloraram os restos arqueológicos do chafariz. Nesta época é que a arqueóloga Cristina Sá deve ter sido convocada para prestar sua colaboração.
- C- De agosto de 1980 a novembro de 1981, período em que foram realizados os trabalhos de campo com vistas ao estudo de consolidação das ruínas da Igreja, no qual visitei periodicamente o monumento, muitas vezes permanecendo em São Miguel por mais de 15 dias consecutivos, nem eu nem os arquitetos Luiz Antônio Custódio e Odair ouvimos referência ao chafariz. A este respeito, nas consultas ao arquivo da SPHAN, no Rio, visando conhecer as obras realizadas anteriormente, nada encontrei, inclusive e especialmente, na parte referente às obras terminadas em 1969 sob a responsabilidade do saudoso Luiz Saia. Do chafariz, só tomei conhecimento por notícia de jornal, quando de sua descoberta em 1982.
- D- As depredações ocorreram em duas épocas. No carnaval de 1984, “Caçadores de Tesouro” fizeram algumas escavações na área e mexeram na pedra anotada no croquis [sic] 2 da arqueóloga Cristina Sá. As marcas das velas deixadas nas pedras pelos “Caçadores de Tesouro” parecem indicar trabalho noturno. Este fato motivou a solicitação das providências policiais cabíveis por parte do Arq. Julio N. B. de Curtis, Diretor da 10ª DR. As pedras mexidas foram arrumadas pelo Arq. Odair e pelo mestre Augusto, ainda que de forma precária. No dia 23.12.84, alguns turistas derrubaram uma meia dúzia de pedras, com pequenos danos para algumas, o que motivou ocorrência policial por parte do Arq. Odair. Ante este último atentado, em fins de janeiro de 1985 começou-se a preparar o terreno em volta do chafariz afim [sic] de se remover, provisoriamente, a pedra trabalhada para o Museu, afim [sic] de resguardá-la de futuros atentados, praticamente impossíveis de evitar face à sua distância das ruínas da igreja e às condições de sua localização. Com a passagem da arqueóloga pelo local, resolvemos sustar a remoção, tanto mais que em abril deveríamos iniciar a estabilização do chafariz. Foi uma pena que Cristina Sá passasse por São Miguel no dia 18 de fevereiro, 2ª feira de Carnaval, não se avistando com o Arq. Odair, que estava fora. A Arqueóloga poderia ter obtido os

esclarecimentos que desejasse do Arq. Odair e transmitido a ele informações valiosas.²⁰

O arquiteto Fernando Leal encerra seu comunicado afirmando que o chafariz pode fazer parte de um conjunto de tanques semelhantes aos encontrados na Missão de São Lourenço Mártir, mas que esta hipótese e outras perguntas acerca de São Miguel somente poderia ser melhor compreendidas com mais estudos arqueológicos. Além de destacar a necessidade de pesquisas arqueológicas, Leal considera ainda que estas pesquisas deveriam ser realizadas juntamente com os trabalhos de consolidação das ruínas, proporcionando assim a cooperação entre técnicos de áreas afins.

Como é possível verificar, há uma disputa de versões sobre o devido tratamento dado ao “chafariz”. Por um lado, a arqueóloga Cristina Sá envia correspondência diretamente à administração central da SPHAN para os assuntos de arqueologia, em tom de denúncia quanto à falta de cuidado com o conjunto da Fonte Missioneira. Por outro, o arquiteto Fernando Leal apresenta a sua versão dos fatos ocorridos no sítio, a partir de um conjunto de informações obtidas na própria SPHAN.

No relatório de 1982, Cristina Sá elenca como informantes o arquiteto Júlio de Curtis, o zelador Sr. Carlos Machado e a Prefeitura de Santo Ângelo. Ainda que contestada em suas afirmações sobre o deslocamento de materiais da área da Fonte Missioneira para a área central das ruínas de São Miguel, tanto o relatório de Cristina Sá quanto o Comunicado Interno do arquiteto Fernando Leal apontam para um mesmo problema: a depredação do patrimônio arqueológico devido à falta de informação do poder público local e da população do entorno dos sítios. Além disso, Fernando Leal descreve o caráter destrutivo que a ação de “Caçadores de Tesouro” pode ter sobre os sítios arqueológicos, bem como as dificuldades de gerenciamento financeiro para a realização das ações consideradas necessárias para a preservação dos sítios.

No relatório apresentado em 1982, em suas conclusões, a arqueóloga apresenta uma série de preocupações quanto à preservação dos sítios. Para a pesquisadora Cristina Sá:

²⁰ Idem.

O problema da pesquisa arqueológica nas Missões já é urgente, pois além das Missões sobre as quais se erguem cidades, Santo Ângelo, São Borja, São Luís [sic] e em parte São Nicolau, também as outras de pouco tempo também estarão em grande parte perdidas para a pesquisa. Embora São Lourenço e São João ainda estejam protegidas pela vegetação, tanto elas quanto São Miguel têm [sic] casas e estradas construídas sobre a área central e o solo arqueológico, que tantas informações pode conter, é utilizado para plantações ou simplesmente removido para evidenciar os restos arquitetônicos existentes, sem nenhuma preocupação para com os restos de outra natureza, tal como acontece na área central de São Miguel e do chafariz próximo a ela.

Os recursos gastos na evidenciação dos restos do chafariz próximo a São Miguel poderiam, sem dúvida alguma, ter sido canalizados a tempo para um trabalho feito por uma equipe de especialistas, sendo urgente a necessidade de uma atuação do SPHAN no sentido de zelar para que trabalhos deste tipo sejam sempre executados por profissionais competentes. Nesse caso específico de S. Miguel, agora que parte dos restos foram evidenciados e danificados, é importante impedir que continuem os trabalhos na área e que a mesma seja cercada e protegida até poder ser pesquisada, sendo inadmissível a ideia de ali se fazer um camping, tal como é planejado.²¹

A abordagem feita por Cristina Sá é construída de forma a apresentar os diversos riscos de perda do potencial científico do patrimônio arqueológico missioneiro. Além dos trechos já citados, Cristina problematiza ainda as formas como os sítios arqueológicos podem ser utilizados para fins turísticos. Conforme a arqueóloga,

[...] a próxima comemoração em Santo Ângelo dos “350 anos de S. Miguel” poderá ser desastrosa para os restos das Missões, em especial para S. Miguel e S. João, se o SPHAN não atuar paralelamente à Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, pois integrando esses festejos estará a criação do camping junto aos restos do chafariz de S. Miguel, assim como existe e intenção de se proceder uma limpeza na área da Missão de S. João, retirando toda a vegetação que por enquanto ainda impede que sofra danos maiores, abrindo-a à visitação.²²

A constatação da arqueóloga é de que a SPHAN deveria ter uma maior atenção com composição dos sítios arqueológicos missioneiros. Uma vez que estes locais têm potencial para um registro arqueológico variado, podendo ser considerados artefatos arqueológicos desde as estruturas visíveis até os

²¹Relatório de prospecção arqueológica realizada em S. Miguel – RS, de 9 a 12 de março de 1982. Arquivo Noronha Santos. Série Inventário: São Miguel das Missões, RS. Chafariz. CX0876.

²²Idem.

fragmentos de objetos depositados no solo, qualquer trabalho realizado deveria ter o acompanhamento de uma pesquisa arqueológica. No entanto, o que se percebe a partir do ofício citado inicialmente, é que o investimento em um tratamento de São Miguel como sítio arqueológico se faz no contexto da depredação da área dos sítios por agentes externos, não identificando como atividade impactante as diversas ações de consolidação arquitetônica realizadas pela SPHAN.

As atividades consideradas pela SPHAN como causadoras de impacto sobre os sítios missioneiros não ocorreram somente em São Miguel. Como mostram as notificações aos proprietários e posseiros de São João, bem como o ofício enviado por Luiz Antônio Custódio ao Secretário da SPHAN, a pequena agricultura e pastoreio foram as principais atividades impactantes em São João Batista e São Lourenço. Em São Nicolau, a cidade se ergueu sobre as ruínas, encontrando-se a antiga redução “no centro da atual área urbana da cidade de mesmo nome, junto à praça principal, de construção contemporânea, protegida por cercamento executado pela SPHAN, contando com guarda diurno da Prefeitura Municipal.”²³

Além das notificações para os ocupantes das terras no entorno de São João Batista, o arquiteto Luiz Antônio Custódio procura demonstrar as variadas alternativas de resolução dos problemas enfrentados na conservação das ruínas missionieras. Em São João Batista, relata Custódio, “os remanescentes encontram-se dentro de terrenos ocupados por agricultores, que efetuam plantações até dentro da antiga igreja, fato que fez com que fosse destruída grande parte da pavimentação original.”²⁴ Para procurar cessar esse tipo de atividade, a SPHAN realizou convênio em 1986 para cercamento e construção de uma zeladoria no sítio, que não pode ser realizada até a data do ofício devido a falta de definição das dimensões do sítio arqueológico, a situação dos posseiros e a necessidade de desvio da estrada que atravessa o sítio. Sobre o cercamento, Custódio informa que é necessário antes realizar o encaminhamento jurídico da questão, “uma vez que vários ‘proprietários’, se interpõem ao processo, novamente com ameaças ao pessoal.”

²³ Ofício nº 102/88 – 10ª DR. Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN no Rio Grande do Sul. Documentação Diversa: São João Batista. CX J4.3.

²⁴ Idem.

O caso de São João é semelhante ao de São Miguel, onde a SPHAN iniciou os procedimentos de ampliação da área de proteção, mas com resistência de alguns membros da comunidade:

A pressão social, neste período, pela solução imediata do problema, assim como as tentativas reiteradas de descumprir a determinação, tem sido feitas, com parte de alguns integrantes da comunidade.

Os representantes da SPHAN, em São Miguel tem sido, desta forma alvo de críticas e de algumas ameaças, fatos que dificultam nossa atuação.²⁵

De modo diverso, os procedimentos de cercamento de definição de área mínima de proteção parecem ter sido bem aceitos pelo poder público e pela comunidade do entorno das ruínas de São Lourenço Mártir. Conforme relata Custódio,

No momento, após reunião realizada no final de 1987 com representantes da comunidade foi acordada a necessidade de cercar a área e tratar da sua proteção.

A Prefeitura Municipal [de São Luiz Gonzaga] se dispõe finalmente, a colaborar e a comunidade em princípio mostrou-se favorável, definindo inclusive uma área mínima, dispondo-se a não efetuar mais plantações nos locais solicitados.²⁶

Em São Nicolau, uma vez que as ruínas estão sob a praça central da cidade, havia ainda a necessidade de desapropriações de terrenos ocupados, bem como a definição de uma área mínima para o sítio.

As atividades agropastoris sobre São João Batista prosseguiram mesmo após a notificação da SPHAN. Em um Comunicado Interno de agosto de 1990, enviado pelo arqueólogo da 10ª DR da SPHAN/FNpM, José Otávio Catafesto de Souza, a Luiz Antônio Custódio, o arqueólogo relata a vistoria técnica realizada em São João Batista, onde identificou uma área do sítio arqueológico que sofreu aração mecanizada. Assim, o expediente da notificação e a simples adoção das medidas legais demonstraram-se morosas, senão ineficazes, para a preservação do sítio arqueológico de São João Batista.

Em um documento intitulado “Notícias prévias sobre intervenção arqueológica de salvamento na missão de São João Batista – RS”, enviado pela equipe responsável pelo “salvamento” arqueológico da área em que seria construída a zeladoria de São João Batista, ocorrido em agosto de 1989,

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

encontra-se uma seção intitulada “Dimensão Social da Pesquisa Arqueológica”. Constam entre a equipe responsável pelos trabalhos o Professor Arno Kern, Prof. José Otávio Catafesto de Souza, Prof^a Miriam Cazzetta, Professor Junior Marques Domiks, Claudio Baptista Carle, Francisco da Silva Noelli, Leo Evandro Figueiredo dos Santos. Nesta parte do relatório são incluídas reflexões acerca dos problemas de ocupação da área do sítio por posseiros e a relação estabelecida com os pesquisadores que realizavam o salvamento. A escrita dessa seção, em forma de uma avaliação circunstanciada, demonstra o receio inicial dos pesquisadores quanto à receptividade dos posseiros. Conforme a equipe, os ocupantes das ruínas de São João Batista sítio são “moradores mais modestos, na sua maioria trabalhadores assalariados ou jornaleiros nas granjas e fazendas da região, tendo para si uma pequena lavoura de subsistência sobre boa parte do sítio.”²⁷ Assim avaliaram os arqueólogos:

Como éramos teoricamente representantes de um órgão federal que já os havia notificado para que não arassem sobre os remanescentes e ainda que iniciáramos a viabilização da construção da zeladoria bem como do cercamento do entorno de suas plantações e bem feitorias [sic], tivemos um receio inicial de que provável descontentamento pudesse gerar reação por parte dos moradores, dificultando nosso trabalho. Felizmente o receio não se concretizou. Havia sim, tensão quanto ao seu futuro do cemitério local e de seus parentes aí enterrados, etc. No entanto, os moradores tinham já de a muito [sic] a consciência de que não possuíam a posse daquelas terras e de que o uso capião não os favorecia como haviam dito aqueles que lhes venderam as terras ilegalmente. A receptividade e a hospitalidade da comunidade, vencido o receio inicial, não poderia ter sido melhor, excluindo deste grupo os grandes proprietários que mantiveram-se à distância e indiferentes mesmo porque, o cercamento pouco os afetaria.

Um dos fatos mais significativos desta intervenção arqueológica foi o agenciamento de sete moradores da localidade, mediante remuneração, para trabalharem conosco. [...].

Estes sete trabalhadores locais possuem hoje um razoável conhecimento sobre arqueologia, história da redução, sobre a importância do sítio e dos vestígios bem como da necessidade de sua preservação. Tudo que conseguimos transmitir-lhes ao longo da escavação é extensivo a parentes e amigos. [...].

As visitas à área escavada tornaram-se cada vez mais frequentes por parte dos moradores. Havia ainda os que visitavam a área enquanto não estávamos lá, sendo que em momento algum houve dano nas estruturas evidenciadas ou qualquer prejuízo à escavação. Também tornaram-se frequentes as doações de peças de metal, cerâmica, etc., que haviam sido encontradas e colecionadas por moradores.

Conseguimos valiosas informações sobre a história recente do sítio: intervenções anteriores, levantamentos fotográficos, destruição dos

²⁷ Notícias prévias sobre intervenção arqueológica de salvamento na missão de São João Batista – RS. Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN no Rio Grande do Sul. Documentação Diversa: São João Batista. CX J4.3.

remanescentes, deslocamento de pedras, reutilização de elementos construtivos, etc. [...].

A nossa meta prioritária para o momento é realizar uma pequena exposição de fotos, textos e do material mais significativo exumado, após análise e preparação do mesmo. Desta forma, a inauguração da zeladoria, que possui uma pequena sala para exposições, realizar-se-á com um retorno à comunidade do que daí saiu, acrescido de mais informações históricas, processo de laboratório, etc., onde a comunidade possa usufruir daquilo que foi coadjuvante na produção.

A partir desta avaliação do processo ocorrido em São João Batista, os arqueólogos, e quiçá, os agentes mais imediatos da SPHAN/FNpM, observaram que um maior conhecimento e envolvimento dos ocupantes das áreas de abrangência dos sítios arqueológicos poderiam transformar a relação destes com os remanescentes.

Nesse sentido, a consciência de uma “dimensão social” do trabalho de arqueologia servirá como um incentivo no estabelecimento de ações de valorização do patrimônio arqueológico, principalmente através de ações educativas. Além da autoconsciência dos arqueólogos quanto à importância do envolvimento da comunidade na dinâmica de preservação dos sítios, a ação educativa na Arqueologia Histórica Missioneira também é impulsionada pelas próprias disposições normativas referentes ao licenciamento das pesquisas arqueológicas, conforme será visto no capítulo 3.

3

**A ARQUEOLOGIA HISTÓRICA E AS POLÍTICAS DE
PRESERVAÇÃO EM ARQUEOLOGIA NO BRASIL**

3.1 A ARQUEOLOGIA HISTÓRICA NO BRASIL E A ARQUEOLOGIA HISTÓRICA NAS MISSÕES

No artigo *Arqueologia Histórica no Brasil, balanço bibliográfico (1960-1991)*, Lima (1993) realiza uma extensa revisão sobre a arqueologia histórica no Brasil e identifica algumas escavações executadas em sítios missionários desde o final dos anos 1950. No entanto, pesquisas sistemáticas nesses sítios começaram a ser realizadas no âmbito do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), em meados da década de 1960, por arqueólogos com formação voltada para a arqueologia “pré-histórica”. A autora mostra que essas pesquisas se centraram principalmente no estudo de cerâmicas, procurando estabelecer comparações entre conjuntos cerâmicos espanhóis e os encontrados em escavações na região das missões, seguindo a perspectiva teórica e metodológica da arqueologia histórico-cultural²⁸ adotada no PRONAPA. De acordo com a metodologia do programa, foi criada a primeira fase cultural referente ao período histórico, a Fase Missões. Já no decorrer da década de 1970, conforme aponta Lima, os pesquisadores que trabalharam na região das Missões passaram a preocupar-se com os contatos interétnicos e os fenômenos de *aculturação*²⁹, condição que se intensifica na década de 1980.

Ainda bastante circunscritas às pesquisas realizadas no sul e nordeste brasileiros e relegada a uma posição subordinada à Arqueologia Pré-colonial, a arqueologia histórica brasileira começou a mudar de situação, segundo Lima (1993), a partir da ação institucional do IPHAN, que em 1985 promoveu, através do Núcleo de Arqueologia, o Seminário de Arqueologia Histórica, a fim de reunir

²⁸ Conforme FUNARI (2004-2005), o paradigma histórico-cultural é o mais difundido na arqueologia. Uma vez que a arqueologia como disciplina científica é herdeira do nacionalismo do século XIX, esse modelo busca basicamente relacionar uma “cultura arqueológica” a um determinado grupo humano. A cultura arqueológica seria formada por um conjunto de artefatos semelhantes de uma determinada época, representando assim o povo que a produziu. A teoria histórico-cultural em arqueologia parte do pressuposto que a cultura é homogênea e passa de geração em geração por tradição. Neste enfoque, busca-se definir, a partir da cultura material, os antepassados diferentes grupos humanos.

²⁹ Mais recentemente as pesquisas relacionadas ao contato cultural decorrente do processo de conquista do território americano tem desenvolvido o conceito etnogênese para analisar as diferentes formações sócio-culturais originadas no processo. A principal característica na formação deste conceito é o entendimento de que as sociedades indígenas são agentes no processo de mudanças culturais advindas do contatos interétnicos no contexto da conquista colonial. Ver, por exemplo, o artigo datado de 2005, de Guillaume Boccarda, intitulado “Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo”, no qual o autor trabalha o uso deste conceito (BOCCARA, 2005).

os profissionais atuantes na área em todo o país para discutir conceitos, métodos, técnicas e apresentar pesquisas em andamento. Com ampla participação da comunidade de arqueólogos do país, os resultados do encontro nunca chegaram a ser publicados, tendo apenas três comunicações transformadas em artigos científicos. No entanto, Lima coloca que o evento trouxe à tona a situação de uma expressiva quantidade de trabalhos em curso, diversas inadequações metodológicas e técnicas e a constatação de isolamento entre os pesquisadores no enfrentamento das adversidades que estas novas pesquisas apresentavam. Neste contexto, em fins dos anos 1980, a arqueologia histórica passou a receber mais atenção institucional do IPHAN, bem como da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB)³⁰.

Em outro levantamento bibliográfico sobre a arqueologia histórica brasileira, Symanski (2009), busca dar conta dos últimos 20 anos de desenvolvimento da arqueologia histórica no Brasil. Assim, o corte cronológico proposto por Symanski (2009) recua até o fim dos anos 1980, complementando a revisão apresentada por Lima.

Retomando o texto de Lima, o autor deste segundo levantamento também situa a emergência de pesquisas sistemáticas em arqueologia histórica no Brasil somente a partir dos anos 1960, quando “começou a ser realizada por pesquisadores institucionalizados”, embora existam registros de pesquisas anteriores a esse período (SYMANSKI, 2009, p. 279 et seq.). Da mesma forma que Lima, o autor situa as pesquisas iniciadas na década de 1960 no âmbito do PRONAPA, as quais faziam uso dos princípios teórico-metodológicos da arqueologia histórico-cultural. Aprofundando a análise anterior, Simansky (2009) estabelece recortes metodológicos em relação ao desenvolvimento da arqueologia histórica, definindo os anos 1970-80 como os anos de “consolidação” da subdisciplina no País. Novamente retomando a revisão realizada por Lima, o autor reafirma que nos anos 1980 surgiram novas perspectivas na arqueologia histórica, acompanhada da intensificação dos

³⁰ A **Sociedade de Arqueologia Brasileira** é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter científico e direito privado que congrega os profissionais em arqueologia no Brasil com a finalidade de promover o conhecimento arqueológico e a divulgação de assuntos referentes ao patrimônio arqueológico. Foi fundada em 1980, durante o Seminário Goiano de Arqueologia. Ver <http://www.sabnet.com.br/site/capa>.

estudos nos sítios missioneiros e ampliando o leque de pesquisas para o contato interétnico e os processos de aculturação das populações indígenas.

A partir dos anos 1990, Symanski (2009) aponta para o aumento no reconhecimento e registro de sítios, associado à uma diversidade de perspectivas teóricas na arqueologia histórica. Após a apresentação dos diversos matizes, com suas consistências e inconsistências, o autor procura demonstrar que a arqueologia histórica atualmente praticada no Brasil está impregnada por um dualismo. Symanski (2009) diz que a um extremo, há uma:

resistente tradição arqueográfica, cujos trabalhos têm poucas pretensões de apresentar informações que sejam relevantes em termos de processos socioculturais. No outro, está uma vertente crítica cada vez mais popular, focalizada, sobretudo, na dimensão política da subdisciplina, considerando seu potencial no empoderamento dos grupos oprimidos, tidos como marginalizados pela historiografia. (SYMANSKI, 2009, p. 294).

A partir destes dois trabalhos de revisão, é possível perceber que a arqueologia histórica na região missioneira começa a ser produzida em um momento de consolidação dessa área de pesquisa no País. Dessa forma, o contexto social e as relações institucionais em que foram desenvolvidas essas pesquisas são um componente importante na análise das ações educativas no Projeto Arqueologia Histórica Missioneira.

Veremos a seguir que o desenvolvimento da arqueologia histórica no Brasil tem uma relação profunda com o desenvolvimento das políticas e dos dispositivos legais de preservação. A arqueologia histórica alcançou maior importância a partir da própria ação de conservação do patrimônio de *pedra e cal*, que marcou a “fase heroica” do IPHAN. No entanto, o fortalecimento da arqueologia histórica ocorreu em outro momento da instituição, iniciando com Renato Soeiro e ampliando após as transformações propostas por Aloísio Magalhães.

Para compreender esse processo, a perspectiva do antropólogo Prats (2004) é profícua. Ao propor uma antropologia do patrimônio, o autor procura ir além do que considera questões básicas do patrimônio cultural: seu caráter de construção social (ou invenção legitimada) e sua suposta genealogia. Prats (2004) procura uma explicação de como e por que se mobilizam recursos para

sua conservação e exposição, estabelecendo como fator determinante a capacidade do patrimônio de representar simbolicamente uma identidade.

Para Prats (2004), a origem do patrimônio, em sua acepção contemporânea, consiste em um processo de legitimação de referentes simbólicos a partir de “fontes de autoridade (ou de sacralidade) extra-culturais, essenciais e, por isso, imutáveis”, ligadas ao romantismo europeu do século XIX. O ideário romântico, explica Prats (2004), representa uma reação à razão e aos cânones iluministas, elegendo como critérios de legitimação extra culturais a natureza, a história e a inspiração criativa (ou o gênio). O romantismo, enquanto ideologia da burguesia, com sua exaltação do indivíduo viu na natureza intocada a metáfora da liberdade individual, na história, os heróis e as grandes gestas lendárias e na inspiração criativa uma nova forma da ideia de autor, reivindicando a imaginação e o gênio em oposição a imitação e ao academicismo Iluminista, segundo Prats (2004).

Esta referência ao romantismo europeu do século XIX pode ser considerado – guardadas as devidas peculiaridades dos brasileiros – análogo ao crescimento do sentimento de nação e cultura nacional desenvolvido pelos modernistas. Podemos ver, por exemplo, que o Decreto Lei nº 25/37, elemento estruturante de toda a política de patrimônio no Brasil, visto anteriormente, é permeado também pelas “fontes de autoridade” extra culturais da natureza, história e inspiração criativa.

Conforme Prats (2004), os critérios expressos através das noções de natureza, história e inspiração criativa “vem a ser como os lados de um triângulo dentro do qual se integram todos os elementos potencialmente patrimonializáveis no contexto de uma dinâmica de inclusão e exclusão consideravelmente rígida.”. Para o autor “o conteúdo deste triângulo se constitui, pois, em um *pool* virtual de referentes simbólicos patrimoniais. O que não quer dizer que todos os seus elementos constituam automaticamente patrimônios, mas sim que são potencialmente patrimonializáveis, o que é muito diferente.” (PRATS, 2004, p. 27).

O antropólogo segue afirmando que a constituição dos repertórios patrimoniais depende de sua *ativação*, que para Prats (2004) significa a escolha de determinados referentes do *pool* e expô-los de uma determinada forma. Com isso, o autor quer chamar a atenção para o caráter construído do

patrimônio, que necessita ser articulado a um discurso endossado pela sacralidade dos referentes. O discurso que constitui algo enquanto patrimônio é produto de escolhas dos atributos e dos significados que estes atributos representam, sua inter-relação e seu contexto.

Para Prats (2004), a ativação de um repertório patrimonial, de forma abstrata, pode ser realizada por qualquer agente social interessado em promover uma versão da identidade social. No entanto, adverte o autor, na “realidade social, devemos dizer que, em todo caso, não ativa quem quer, mas sim quem pode.” (PRATS, 2004, p. 32). Nesse sentido, o autor coloca que o poder político constituído, os governos locais, regionais, nacionais são os principais agentes de ativação patrimonial, uma vez que estão interessados em propor versões de uma determinada identidade.

A transformação das ruínas missioneiras em patrimônio nacional, a importância das ruínas de São Miguel das Missões, primeiramente tombadas pelo SPHAN em 1937 e posteriormente transformada também em Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, em 1982, são bons exemplos de ativação patrimonial com forte presença do poder constituído, através da ação da agência estatal de patrimônio. Contudo, ainda na esteira do que é apontado por Prats (2004), a ativação patrimonial não é domínio exclusivo do poder político legalmente constituído,

[...] mas também o poder político informal, alternativo, a oposição, e, curiosamente, com mais intensidade (ainda que não somente) quando esta oposição não pode lutar abertamente na arena política do Estado, nas instituições, e se move em situações de clandestinidade.[...]

Os repertórios patrimoniais podem ser ativados também pela sociedade civil, por agentes sociais diversos – ou mediadores culturais, como alguns preferem dizer – ainda que, para frutificar, sempre necessitarão o suporte, ou pelo menos, a aprovação do poder. Sem poder, poderíamos dizer, não existe patrimônio. (PRATS, 2004, p. 35)

Apesar de não aprofundar mais as diversas situações em que o poder político se constitui no meio principal de ativação patrimonial, fica claro que para o autor o poder político constituído está longe de ser uma essência. Pelo contrário, é constituído a partir do jogo de oposições e consensos de seus agentes. O que o autor pretende ressaltar é a dependência do poder imanente à construção dos patrimônios. Como vimos na parte 2, todo o percurso de patrimonialização dos sítios arqueológicos missioneiros foi conduzido a partir

de iniciativas estatais, tendo o poder público como principal ativador dos repertórios patrimoniais referentes às Missões. Com a inserção das atividades de pesquisa arqueológica e a ampliação das atividades do IPHAN sobre as ruínas, entram no jogo da ativação outros agentes sociais, com interesses diversos sobre o destino dos sítios.

3.2 OS DISPOSITIVOS LEGAIS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Os “bens arqueológicos” compõem patrimônio nacional desde o Decreto-Lei nº 25 de 1937, mas o destino da pesquisa arqueológica no Brasil relaciona-se mais fortemente ao desenvolvimento do SPHAN a partir de 1961, com a publicação da Lei 3.924, a lei dos sambaquis, também conhecida como lei de arqueologia.

Inicialmente criada com o objetivo principal de proteger sítios arqueológicos da destruição causada pela atividade de extração mineral, a lei de arqueologia passou a servir de base legal para o licenciamento de diversos ramos de atividades que envolvem o uso do solo. Conforme aponta Regina Coeli Pinheiro da Silva, o interesse pelo desenvolvimento de dispositivos legais para a preservação do patrimônio arqueológico brasileiro remonta ao início do século XX, com uma proposta elaborada pelo professor Alberto Childe, que esbarrou na concepção de direito irrestrito à propriedade privada, anterior à Constituição de 1934. A partir de então, com a colocação do *interesse social ou coletivo da propriedade privada*, criam-se condições para a elaboração de normas mais efetivas para a proteção do patrimônio histórico, artístico e natural, resultando no Decreto-Lei nº 25 de 1937. Ainda assim, embora o Decreto Lei nº 25 tenha abrangência sobre o patrimônio arqueológico, não houve em sua formulação uma definição precisa em relação ao *excepcional valor* dos bens arqueológicos, para Silva (2007).

Com efeito, o dispositivo do *tombamento* não foi suficiente para garantir a preservação de um número sempre crescente de sítios e coleções arqueológicas oriundos das pesquisas, uma vez que, através do Decreto-Lei 25, procurava-se proteger somente o patrimônio arqueológico concebido como excepcional. Além disso, a ideia de que a pesquisa arqueológica poderia

destruir, demolir ou mutilar os sítios tombados, contrariando o que estipula o tombamento, colocou em conflito o desenvolvimento da pesquisa arqueológica e os objetivos preservacionistas. Para Silva (2007) a noção de que a pesquisa científica resultaria na destruição total ou parcial de sítios deve ser melhor avaliada, pois a carga negativa das expressões *destruição*, *mutilação* e *demolição* não harmoniza com os objetivos de uma pesquisa científica. A lei 3924/61, em atenção a essa dinâmica dos objetivos científicos e preservacionistas em arqueologia, prevê inclusive a “*reconstituição do sítio a sua feição original*”.

Muito embora a configuração de um dispositivo legal próprio para a proteção do patrimônio arqueológico brasileiro tenha representado um avanço extremamente importante ao regular as atividades de extração mineral, com o aumento das pesquisas arqueológicas no país, foram necessários alguns ajustes entre pesquisadores, empreendedores e o IPHAN.

Buscando compatibilizar as exigências da preservação de possíveis sítios arqueológicos com a dinâmica da pesquisa arqueológica, o IPHAN publica a Portaria nº 07/1988. Esta portaria merece especial atenção, uma vez que foi emitida com a finalidade de regular os pedidos de permissão e autorização para realização de pesquisas de campo e escavações arqueológicas no País. Entre os dispositivos reguladores está a exigência de encaminhamento ao SPHAN de “*proposta preliminar de utilização futura do material produzido para fins científicos, culturais e educacionais*” e que também as atividades desenvolvidas constem no relatório final da pesquisa, que deve ser entregue ao SPHAN. Assim, a publicação da portaria indica, além de um cuidado com a preservação dos sítios, uma preocupação com os fins educativos da pesquisa arqueológica.

Ainda que a Portaria 07/1988 solicite a indicação da utilização dos resultados da pesquisa para fins educacionais, não ficou estabelecido o formato destas atividades. Dessa maneira, o dispositivo normativo da portaria estabelece a necessidade de inserção da ação educativa na pesquisa, mas sem determinar especificamente a maneira como estas atividades deveriam ser realizadas.

Considerando que no início da década de 1980 passa a ser desenvolvida pelo SPHAN a prática da Educação Patrimonial, em muitos casos a exigência

de atividades educacionais criada pela Portaria 07/1988 passa a ser entendida como a necessidade de apresentação de um plano de Educação Patrimonial inserido na pesquisa arqueológica. Essa tendência a enquadrar as possibilidades de atividades educacionais na forma de Educação Patrimonial terá como consequência, pouco mais de uma década depois, a exigência que o desenvolvimento de estudos arqueológicos no licenciamento ambiental de obras de engenharia implique “trabalhos de laboratório e gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, *bem como programa de Educação Patrimonial*), os quais deverão estar previstos nos contratos entre empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos [...]”³¹

Grunberg (2000) diz que a Educação Patrimonial pode ser definida como “[...] o ensino centrado nos bens culturais, como a metodologia que toma estes bens culturais como ponto de partida para desenvolver a tarefa pedagógica; que considera os bens culturais como fonte primária de ensino”.

Segundo a autora, a Educação Patrimonial começou a ser praticada no Museu Imperial em 1983, a partir da realização do I Seminário de Uso Educacional de Museus e Monumentos. Conforme Grunberg, através da Coordenadoria Geral dos Acervos Museológicos da Pró-Memória em 1986, a metodologia da Educação Patrimonial inaugurada pelo Museu Imperial foi divulgada entre os professores da rede formal de ensino, com a finalidade de multiplicar o seu campo de atuação.

De acordo com Vera Barroso (2010), no Rio Grande do Sul, Educação Patrimonial, da maneira como foi desenvolvida no Museu Imperial, foi praticada a partir de 1989, na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, a partir de experiências efetivadas por Maria Angélica Villagrán e de José Itaqui. Abrangendo os municípios de Silveira Martins, Ivorá, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Nova Palma, Pinhal Grande, Agudo e Restinga Seca, o trabalho de Educação Patrimonial iniciado por Villagrán e Itaqui obteve reconhecimento institucional do IPHAN em 1997, recebendo o Prêmio Rodrigo Mello Franco de Andrade. De acordo com Barroso, através do Projeto

³¹ Parágrafo 7º, Artigo 6º, Portaria IPHAN 230/2002. (**Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio**, 2006)

Identidade desenvolvido na Quarta Colônia foi realizada uma “experiência real e concreta de integrar os conteúdos curriculares das escolas municipais”. (BARROSO, 2010, p. 16)

Conforme visto acima, a Educação Patrimonial é uma das formas de aproximar do ambiente educacional as problemáticas que envolvem a necessidade de valorização e preservação de bens culturais, sendo um destes caminhos a integração com o ensino.

Com efeito, a publicação da Portaria IPHAN 230/02, visou orientar e estabelecer os critérios mínimos para execução de pesquisas arqueológicas voltadas para o licenciamento ambiental. Muito embora direcionada especificamente para este formato de pesquisa, comumente conhecida como “arqueologia de contrato”, as normativas estabelecidas pela portaria 230/02 visam regular a atividade, de modo que a arqueologia no licenciamento ambiental resulte na produção de conhecimento.

Dessa maneira, através da regulação da atividade de pesquisa, ocorre uma aproximação necessária entre a pesquisa de contrato e a pesquisa acadêmica. É precisamente por este efeito esperado, o de transformar a possibilidade de impacto sobre o patrimônio arqueológico em alguma forma de conhecimento, que a pesquisa arqueológica no licenciamento ambiental é aproximada da pesquisa produzida na academia.

Com aproximação da pesquisa de contrato com o formato da pesquisa acadêmica espera-se, sobretudo, que o impacto ao patrimônio arqueológico decorrente das atividades de engenharia possa ser mitigado através da valorização do patrimônio cultural afetado. Nesse sentido, as ações educativas têm um papel importante como forma de difundir, mas também persuadir, a sociedade civil quanto ao valor do patrimônio arqueológico.

Considerando a portaria 230/02 desta forma, é possível supor que a maneira como eram realizados os relatórios das pesquisas acadêmicas em arqueologia sugeriram a concepção de um formato para os relatórios das pesquisas de contrato. Assim sendo, a exigência especificamente de *um programa de Educação Patrimonial* pode demonstrar a força que essa forma de ação educativa alcançou no âmbito dos programas de pesquisa em arqueologia.

A portaria 230/02 foi expedida com vistas a regular a crescente demanda de expedição de autorizações e permissões de pesquisa arqueológica no licenciamento ambiental de obras de engenharia. Em relação ao Rio Grande do Sul, podemos observar que a partir do ano de 1998 ocorre uma inversão entre a demanda de autorizações de pesquisa arqueológica acadêmica e de contrato, segundo Dias (2001). O gráfico 1 mostra a crescente demanda pelos pedidos de autorização de pesquisa no licenciamento ambiental no Rio Grande do Sul a partir de 1996. A partir de 1998 observa-se a inversão entre os pedidos de autorização de pesquisas acadêmicas e de pesquisas no licenciamento ambiental. (Banco de Dados dos Processos de Arqueologia, 2009).

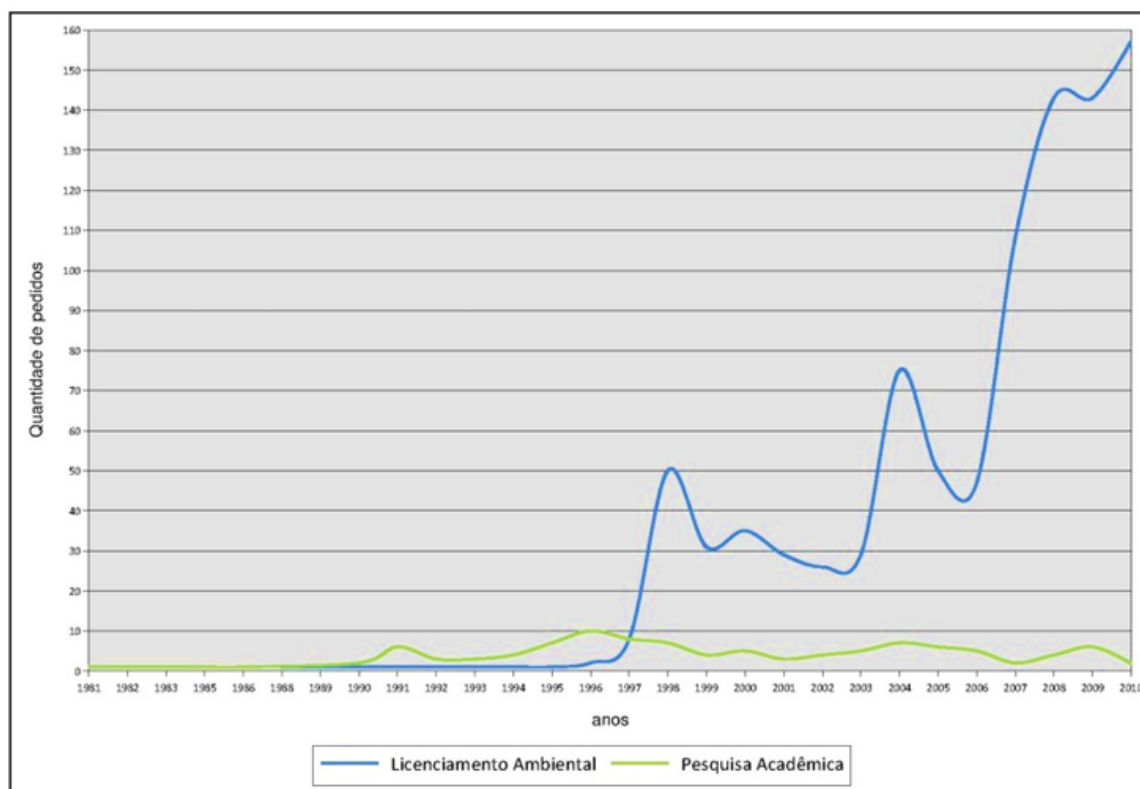


Gráfico 1 – Pedidos de autorização de pesquisa com entrada no IPHAN-RS entre 1980 e 2010

Entre 1985 e 1995, período destacado nesta pesquisa, observa-se que os pedidos de autorização de pesquisa foram predominantemente para pesquisas acadêmicas, não ultrapassando a ordem de 10 pedidos por ano, enquanto que houve no máximo 1 (um) pedido de autorização de pesquisa de contrato por ano (gráfico 2).

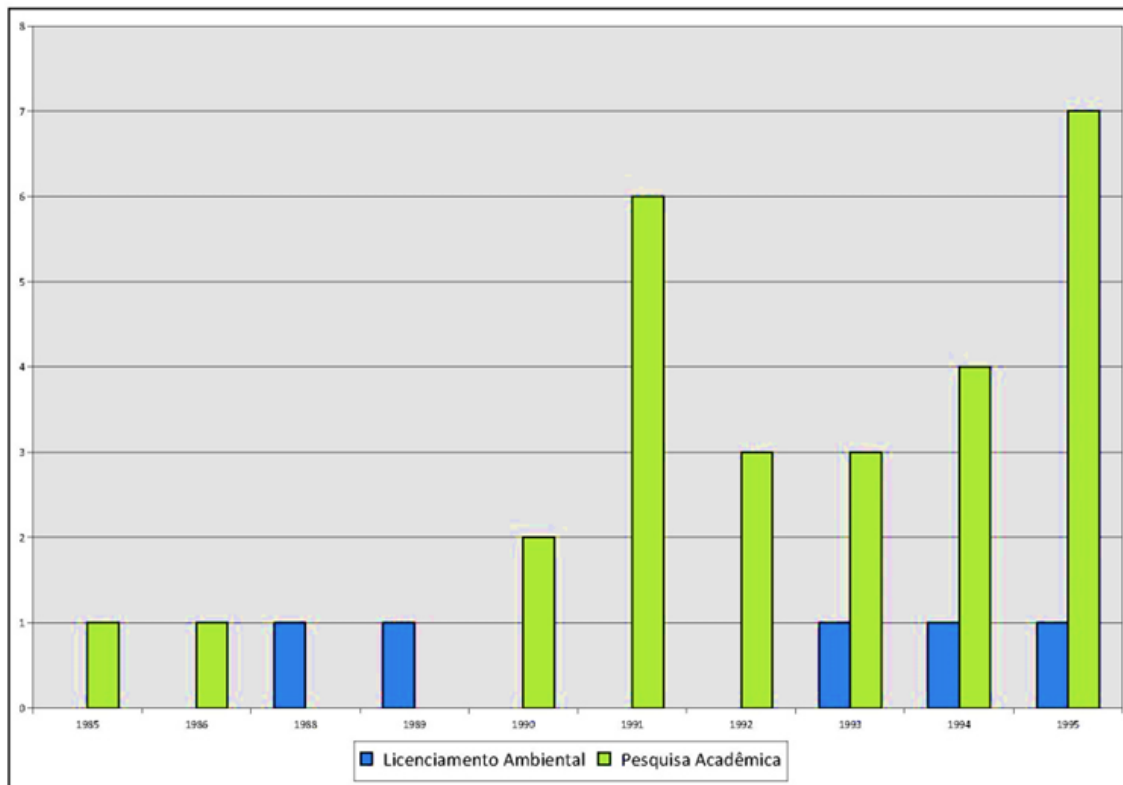


Gráfico 2 – Pedidos de autorização de pesquisa com entrada no IPHAN-RS entre 1985 e 1995

Conforme é possível observar, o primeiro pedido de autorização de pesquisa de contrato no RS na década de 1980 ocorre justamente no ano de 1988, mesmo ano em que foi publicada a portaria SPHAN 07/88. Contudo, esse pedido de autorização de pesquisa não está relacionado à exigência normativa da portaria, uma vez que a portaria 07/88 é publicada em dezembro, e o pedido foi encaminhado em junho.³²

Ainda que não exista uma relação direta entre esse pedido e a publicação da portaria, observa-se que há um vazio em relação aos pedidos de autorização de pesquisas arqueológicas no licenciamento ambiental, ressurgindo essa demanda no RS em 1988 e tornando-se a principal demanda em relação à preservação do patrimônio arqueológico no Rio Grande do Sul nos dez anos seguintes.

Essa dinâmica de surgimento e crescimento da arqueologia de contrato gerou novas necessidades no cenário das políticas de preservação do

³² PROGRAMA PARA O SALVAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO - CULTURAL DO RIO URUGUAI: ÁREA MACHADINHO. Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN no RS. Cx. G4.2/ 4.3.

patrimônio arqueológico. Ainda que os dados apresentados se refiram somente ao Rio Grande do Sul, é possível deduzir o impacto que a arqueologia de contrato acaba produzindo no âmbito da regulamentação da atividade de pesquisa arqueológica.

Conforme demonstra Lima (2001), nos anos 1980 a relação entre IPHAN e arqueólogos foi bastante conflituosa. De um lado, uma comunidade de arqueólogos descontente e de outro, uma instituição que foi historicamente omissa em relação a diversas demandas da arqueologia brasileira, mas que procurava aplicar e afirmar a sua função regulatória sobre o patrimônio arqueológico.

De acordo com a autora, as mudanças ocorridas no antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, resultando no que chamou de sistema SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória, bem como o vazio criado com a morte de Alfredo Teodoro Rusins tornaram as distensões entre o órgão federal e a comunidade de arqueólogos bastante complicadas. Rusins havia sido designado na gestão de Renato Soeiro para tratar especificamente dos assuntos relacionados à arqueologia, criando um relacionamento com os primeiros arqueólogos profissionais no Brasil nos anos 1970 baseado no contato pessoal e na destinação de verbas para vistorias e salvamentos.³³

No sistema criado por Rusins o déficit de profissionais na instituição foi suprido através da criação de:

representantes do IPHAN para assuntos de arqueologia”, pesquisadores em sua maioria pertencentes aos quadros das universidades federais, que, a título de colaboração honorífica [sic] e por delegação do Instituto, atuavam em seu nome em ações de vigilância e proteção aos sítios arqueológicos nos seus respectivos estados, com o respaldo da Lei Federal no. 3.924/61. (LIMA, 2001)

No ano de 1978, informa ainda Lima, foi criada a Divisão de Arqueologia no IPHAN, tendo Rusins como diretor. Entretanto, com sua morte no mesmo ano, a documentação referente à arqueologia foi acumulando-se e em parte

³³ Durante a realização de estágio no Programa de Especialização do Patrimônio (PEP)/IPHAN, foi possível identificar no Arquivo Noronha Santos correspondências datadas de 1977 remetidas pelo criador e diretor do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul, Arqueólogo Eurico Theófilo Miller, com prestações de contas referentes a financiamentos para pesquisas arqueológicas realizadas por Miller na bacia do Rio Uruguai. As pesquisas do arqueólogo eram consoantes à perspectiva do PRONAPA e também recebiam financiamento da FAPERGS e do Smithsonian Institute, instituição científica norte-americana.

despachada pelo próprio Renato Soeiro, ficando a Divisão de Arqueologia desativada por mais de um ano, até a reformulação do IPHAN no fim da década de 1970. Com a substituição de Renato Soeiro por Aloísio Magalhães e a consequente mudança da instituição, o IPHAN é transformado em Secretaria. Com a finalidade de tornar o órgão mais ágil, Magalhães propõe a criação de uma fundação, possibilitando também a captação de verbas extra orçamentárias, públicas ou privadas, para as atividades da então Secretaria do Patrimônio Histórico e Nacional. Dessa forma, a partir de 1979 articulou-se junto à SPHAN a Fundação Nacional pró-Memória (FNpM), sendo Secretaria um órgão normativo e a Fundação um órgão operacional, segundo Lima (2001).

Neste ínterim, Aloísio Magalhães acatou a indicação, feita pelo Museu Nacional, de Regina Coeli Pinheiro da Silva para a prestação de serviços na área de arqueologia da SPHAN/FNpM. A partir de então, durante a maior parte dos anos 1980, conforme aponta Lima, foi organizado um Núcleo de Arqueologia no interior da estrutura da SPHAN/FNpM. O núcleo de arqueologia foi composto por bacharéis em arqueologia recém formados ou por técnicos de outras áreas da SPHAN/FNpM que demonstraram interesse em participar do núcleo.

Os arqueólogos mais antigos, ainda ligados ao antigo esquema de “representantes” desenvolvido por Rusins, não aceitaram a estruturação do núcleo. No artigo já citado, Tânia Andrade Lima avalia essa situação:

Na verdade, sem serem filiados a qualquer grupo de pesquisa em atividade no país, os arqueólogos da agência escapavam aos mecanismos habituais de controle da comunidade. Independente e recusando pressões externas, o *Núcleo* constituía sem dúvida alguma um desafio e uma ameaça aos que entendiam – equivocadamente, com certeza – que as regras do jogo deveriam ser ditadas pela experiência dos pesquisadores e não por um órgão do Estado, soberano, assessorado por um corpo técnico academicamente ainda imaturo, sem dúvida, porém suficientemente adestrado em suas atribuições técnico-burocráticas e legalmente apto a exercê-las. A capacitação exigida em uma agência pública de preservação não é – nem jamais poderia ser – a mesma da academia. (LIMA, 2001)

A reação da comunidade de arqueólogos à estruturação do Núcleo de Arqueologia foi expressa através da Carta de Goiânia (1985), que segundo Lima, equivocou-se ao tentar ditar as normas para uma Secretaria de estado e por esse motivo, acabou caindo no esquecimento. O principal impacto, segundo

a autora, foi o de ter ampliado as animosidades entre a comunidade de arqueólogos e o corpo técnico do Núcleo de Arqueologia, transformado nesta época em Coordenadoria. Para Lima, o posicionamento dos arqueólogos frente à Coordenadoria de Arqueologia da SPHAN/FNpM foi uma oportunidade perdida. Ao invés de se opor de forma contundente à nova Coordenadoria de Arqueologia, a autora avalia que os arqueólogos poderiam ter tirado um maior proveito para a arqueologia brasileira somando-se a ela na conquista por um espaço mais adequado à arqueologia no interior das políticas de preservação.

Como resultado mais direto da oposição da comunidade de arqueólogos à Coordenadoria de Arqueologia, a pretensão da realização de pesquisas em arqueologia pré-histórica – um domínio praticamente exclusivo dos arqueólogos que se opunham ao órgão – foi canalizada para a arqueologia histórica. No acompanhamento das obras de restauro realizadas pela SPHAN, os arqueólogos da casa ou a seu serviço contribuíram para o desenvolvimento de uma área de pesquisa em arqueologia que ainda era pouco prestigiada no meio acadêmico brasileiro.

Além de fomentar o desenvolvimento da arqueologia histórica, a Coordenadoria de Arqueologia da SPHAN/FNpM continuou a sua atuação na regulação das atividades de pesquisa em sítios arqueológicos. Foi neste contexto que em 1988 foi publicada a portaria SPHAN 07, que como vimos anteriormente, passou a exigir que nos planos de pesquisa em arqueologia fossem descritas as atividades voltadas para a valorização do patrimônio arqueológico. De acordo com Lima, as exigências da Portaria SPHAN 07/88 coadunam-se com algumas das medidas sugeridas por Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, em artigo escrito para a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1987, intitulado *Para uma política arqueológica da SPHAN*.³⁴ Na aplicação prática das sugestões, o termo *projeto de pesquisa*, sugerido por Ulpiano Bezerra de Meneses com o intuito de promover a exigência do rigor científico e metodológico da academia foi substituído por *plano de pesquisa*,

³⁴ Em 2007, vinte anos após a publicação do artigo, Ulpiano T. Bezerra de Meneses publica novamente na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dedicada aos debates em torno dos desafios da preservação do patrimônio arqueológico, um artigo intitulado *Premissas para a formulação de políticas públicas em arqueologia*. Neste artigo, Ulpiano T. Bezerra de Meneses propõe ultrapassar a idéia de uma política do IPHAN para a arqueologia e sim trabalhar no sentido do estabelecimento de políticas públicas gerais para a área.

para manter a coerência com as disposições da lei de arqueologia de 1961, conforme Meneses (1987) e Lima (2001).

No início dos anos 1990, a Coordenadoria de Arqueologia foi desfeita durante o processo de transformação da SPHAN/FNpM no Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), resultado da reforma administrativa do governo Collor. Com o desmonte da Coordenadoria, os profissionais a ela vinculados passaram a trabalhar de forma menos centralizada e procuraram se estabelecer nas diversas diretorias regionais. Esse processo levou a um quadro de extrema autonomia dos técnicos na aplicação das normas reguladoras. Lima (2001) relata que neste período tornou-se corrente a ideia de que “*havia sete iphans dentro do Iphan, ou seja, tantos iphans quantos técnicos existissem dentro da agência (sete, àquela altura) [...]*”.

Esse movimento interno na instituição reguladora das atividades de pesquisa arqueológica e, no caso estudado, também promotora da Arqueologia Histórica Missioneira, será sentido nos diversos encaminhamentos que serão necessários para a autorização das atividades propostas. Na parte 4, veremos que não havia muita certeza na 12ª Coordenadoria Regional do IBPC sobre a necessidade de aprovação das atividades de pesquisa que eram promovidas pela própria instituição. As transformações internas, bem como as incertezas quanto a correta tramitação dos processos de autorização de pesquisa serão um tema recorrente nos documentos relativos à Arqueologia Histórica Missioneira, principalmente no período imediatamente anterior à realização do Sítio-Escola Internacional das Missões, em 1992.

Diante das dificuldades de encaminhamento, as possibilidades de ação educativa para a valorização do patrimônio arqueológico nas missões foram evocadas e colocadas de forma contundente pelo Setor de Arqueologia da 12ª Coordenadoria Regional do IBPC.

4

**A ARQUEOLOGIA HISTÓRICA MISSIONEIRA E A
AÇÃO EDUCATIVA**

A ação educativa na arqueologia histórica missioneira passou a ser considerada pelos pesquisadores envolvidos como uma forma de estabelecimento de contato com os habitantes dos sítios arqueológicos pesquisados. Considerando a pouca eficiência para os fins de preservação que os dispositivos legais vinham alcançando, as atividades de valorização do patrimônio arqueológico foram consideradas como formas mais eficazes de sensibilização quanto às restrições inerentes a preservação do patrimônio cultural. O contato proporcionado pela experiência em campo fez com que as tentativas de imposição dos expedientes legais fossem colocadas em segundo plano. Neste capítulo abordarei as modalidades de inserção da ação educativa na arqueologia missioneira.

4.1 UMA “CÉLEBRE ALIANÇA ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA”

Em 11 de maio de 1992 o jornal Zero Hora veiculou a notícia da realização do Sítio-Escola Internacional das³⁵ Missões. Na chamada da matéria articulam-se informações sobre o evento, começando pelo cabeçalho da seção *Geral* do jornal, intitulado *arqueologia*, seguida pela chamada *São Miguel vira escola internacional*. Em seguida são apresentados os objetivos da pesquisa: *a colonização missioneira e a cultura indígena*.³⁶

Cerca de um mês antes, no domingo de 05 abril de 1992, o jornal Zero Hora já havia veiculado matéria sobre a realização do Sítio-Escola, sendo perceptível a repetição de informações entre uma notícia e outra. O interessante nos textos do jornal é a forma como determinadas informações são repetidas, destacando sempre os mesmos aspectos de São Miguel das Missões. Um item inevitável é a situação de São Miguel enquanto patrimônio cultural da humanidade reconhecido pela UNESCO. Mas para além da simples repetição do título, os textos encaminham o leitor para o mundo do mistério acerca do passado missioneiro guardado pelas ruínas. Neste caso, em que o

³⁵ Com a finalidade de facilitar a exposição, optou-se pela citação unicamente das matérias veiculadas no jornal Zero Hora na data de 11 maio e 05 de abril. Considerando que esta pesquisa não tem por objetivo debater especificamente o conteúdo ou a presença do tema nos veículos de imprensa, as citações servem como ilustração ao debate proposto nesta dissertação.

³⁶ Jornal Zero Hora, Segunda-feira, 11 de maio de 1992, p. 36.

desenvolvimento de escavações arqueológicas está no centro de toda a redação do artigo, a pesquisa relatada necessita, para a edição do jornal, da apresentação de descobertas impressionantes. Assim, as matérias buscam ressaltar que o evento é uma atividade sem precedentes na história da arqueologia brasileira.

Nesta notícia do dia 05 de abril de 1992, também é apresentado o formato de realização do Sítio-Escola, “com duas frentes de escavação – pré-histórica e histórica”, em que a pesquisa em arqueologia histórica é coordenada pelo Professor Arno Kern, neste momento coordenador do Curso de Pós-Graduação em Arqueologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Conforme informa o jornal, o Professor Arno Kern “afirma que o Sítio-Escola vai fazer a ‘célebre aliança entre a teoria e a prática’”, com oito horas diárias de escavações e palestras à noite. O Professor Arno Kern, noticia ainda o jornal, coordena a escavação histórica, enquanto o professor, também da PUC-RS, Klaus Hilbert, coordena a escavação pré-histórica.

As escavações são, assim, divididas devido aos objetivos de cada uma das frentes. A escavação histórica “pretende investigar qual foi a função de uma estrutura descoberta ao lado do pátio dos artífices e que não consta na cartografia da redução”, enquanto a pré-histórica busca “descobrir uma aldeia guarani ainda não investigada”. A divisão em duas frentes de trabalho tem como objetivo “comparar as diferenças entre os dois períodos – antes e depois dos jesuítas – para compreender a evolução cultural, ou como e em que medida ocorreu o processo de aculturação dos índios”. Um terceiro elemento informado por Zero Hora é o destaque para “uma outra inovação do Sítio-Escola: a participação da comunidade local no processo de investigação e conhecimento de seu patrimônio cultural”.³⁷

Ao considerar de forma mais detalhada a organização do conteúdo do texto jornalístico, é importante perceber como foram distribuídas as citações das pessoas envolvidas no evento. A explicação mais geral do evento é realizada pelo Professor Arno Kern, também responsável pela citação sobre a "escavação histórica", enquanto que para a "escavação pré-histórica", foi utilizada a fala do Professor Klaus Hilbert. Para informar sobre a participação

³⁷ Jornal Zero Hora, Domingo, 05 de Abril de 1992, p. 34.

da comunidade local, a jornalista Eliane Brum recorre a José Otávio Catafesto de Souza, arqueólogo funcionário do IBPC.

Entre as atividades programadas para participação da comunidade local foram elencadas as visitas guiadas ao museu e às escavações, oficina de arqueologia para alunos de 1º grau, "com simulação de coleta de evidências de ocupação humana", apresentação de vídeos, palestras e treinamento de professores para aplicação de uma cartilha didática das Missões nas escolas. A jornalista Eliane Brum, que assina esta notícia, completa o trecho colocando que "a participação das populações locais no evento vem reforçar a ideia de que só o conhecimento e a compreensão do significado do patrimônio cultural garantem a preservação". Como veremos mais adiante, esse entendimento da relação entre conhecimento e preservação será uma das principais posturas do arqueólogo do IBPC, José Otávio Catafesto de Souza, a quem Eliane recorreu justamente para tratar do ponto relativo às ações educativas a serem realizadas no evento.

Seguindo as sugestões de Ginzburg a respeito de como desenvolvemos o conhecimento sobre o passado a partir de um paradigma próprio, apresentado no já célebre artigo *Sinais, raízes de um paradigma indiciário*, tomarei não apenas o conteúdo da notícia, mas também a forma como são apresentadas as informações como indícios importantes para a realização de uma interpretação (que resultará necessariamente em uma representação) acerca do Sítio-Escola Internacional das Missões. Nesse sentido, ao atribuir a cada um dos citados na matéria um conteúdo específico, a jornalista acaba por demonstrar o lugar de fala de cada um dos pesquisadores, sugerindo uma leitura nos marcos da operação historiográfica de Michel De Certeau. Contudo, para que não se corra o risco de ser leviano nas considerações tecidas com base em apenas um texto jornalístico, considero as observações até agora explicitadas apenas como sinais que indicam uma possibilidade de análise e articulação de outros elementos sobre a ação educativa na arqueologia missioneira.

O exame da inserção de cada um dos participantes do Sítio-Escola que foram citados no jornal sugere que a organização e a inserção das informações prestadas por cada membro consultado apresentam também uma distribuição de competências de acordo com os seus interesses e aptidões pessoais.

Primeiramente, uma breve noção do envolvimento do Professor Arno Kern com a arqueologia histórica nas Missões, que antecede pelo menos em uma década a realização do Sítio-Escola Internacional das Missões.

O Professor Arno Kern é certamente a pessoa com o envolvimento mais profundo na realização de pesquisas em arqueologia histórica nas ruínas missioneiras. Uma referência fundamental da relação entre o professor e a arqueologia nas Missões é o Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a SPHAN/FNpM as universidades que o Prof. Arno Kern tinha envolvimento, datado de 1985. Esse acordo é sempre lembrado em outras oportunidades, principalmente na documentação de entrada de novas etapas do Projeto Arqueologia Histórica Missioneira, ao qual deu sustentação. A constante lembrança de sua existência demonstra a necessidade de lembrar o órgão de proteção de que existe um fundamento normativo amparando as atividades do projeto.

Em um relatório de pesquisa arqueológica na Missão de São Lourenço, datado de 1986, o arqueólogo Pedro Augusto Mentz Ribeiro traça os antecedentes da pesquisa realizada em São Lourenço, e refere-se a uma reunião com o Diretor Regional do SPHAN, Julio de Curtis, o próprio Professor Pedro Ribeiro, o Professor Arno Kern e a Professora Catharina Torrano Ribeiro, para definição de projeto de pesquisa histórica, arqueológica e arquitetônica nas ruínas da Missão de São Lourenço, ficando o Professor Arno Kern como coordenador geral da parte administrativa do projeto e como coordenador da pesquisa histórica.³⁸

A maneira como a reunião é relatada pelo arqueólogo Pedro A. M. Ribeiro, colocando o Professor Arno Kern como coordenador geral administrativo e da pesquisa histórica, sugere que o trabalho de Ribeiro ocorre em paralelo às pesquisas desenvolvidas no âmbito do acordo de 1985. Contudo, em artigo publicado em 1994, na revista *Estudo Ibero Americanos*, o Professor Kern situa o início do Projeto Arqueologia Histórica Missioneira justamente com vistas à realização de escavações no povoado de São Lourenço Mártir, informando que “as pesquisas em São Lourenço, foram desenvolvidas pela atual Coordenação Científica do projeto e pelo arqueólogo Professor Dr. Pedro Augusto Mentz

³⁸ Relatório de Pesquisa Histórica, Arqueológica e Arquitetônica da Missão de São Lourenço – RS. Maio 1986. Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN no RS. Cx. P2.2.

Ribeiro, do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da FISC (Santa Cruz)”. Essas pequenas diferenças no tratamento das informações sobre o desenvolvimento das pesquisas podem, aparentemente, ser consideradas apenas como formas diferentes de abordar os trabalhos desenvolvidos em São Lourenço. No entanto, a realização de uma reunião entre os arqueólogos e o SPHAN sugere uma tentativa de mediação entre os interesses de pesquisa dos dois arqueólogos, mas que não é possível comprovar a partir dos documentos disponíveis no Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN no Rio Grande do Sul.

A tendência de que as pesquisas arqueológicas no país fossem separadas em espaços definidos para cada profissional por intermédio do SPHAN acompanhou o próprio desenvolvimento da disciplina no País, como vimos no capítulo 2. Com efeito, a década de 1980 é marcada por um novo equacionamento das relações entre SPHAN e arqueólogos, alterando-se assim as *regras da arte* na consolidação de espaços de pesquisa. O certo é que o Professor Arno Kern, já em meados da década de 1980, ocupa uma posição de centralidade junto à instituição federal de proteção do patrimônio no que se refere às pesquisas em arqueologia histórica missioneira. Essa posição também é impulsionada pela sua qualidade de pesquisador, proporcionando acesso a financiamentos de agências de fomento de pesquisa, permitindo a realização de etapas do Projeto Arqueologia Histórica Missioneira que deveriam ser supridas pela SPHAN/FNpM, em função do Acordo de Cooperação já celebrado.

Dessa maneira, o Prof. Arno Kern, à época da realização do Sítio-Escola Internacional das Missões é a maior autoridade no que se refere à arqueologia na região das Missões. Sendo assim, a reportagem de Zero Hora lhe reservou o espaço devido, inserindo informações gerais sobre o Sítio-Escola e sobre a “escavação histórica”.

O outro pesquisador citado pelo jornal, o Professor Klaus Hilbert, já participava da equipe do Projeto Arqueologia Histórica Missioneira em campanhas anteriores, como pesquisador e Professor da PUCRS. Sendo Doutor em *VorUndFrühgeschichte*, (História Antiga e anterior) pela Universidade de Marburg, Alemanha, com pesquisa sobre o material lítico da

região do Arroyo del Tigre e Mandiyu³⁹, no Uruguai, ao professor Hilbert interessa a ocupação pré-colonial da região missioneira. Com a participação do Professor Klaus Hilbert, o projeto Arqueologia Histórica Missioneira transformou-se no Projeto Arqueologia Histórica das Missões, ao ser reapresentado ao IBPC devido a exigências formais, como veremos adiante. Assim, a pesquisa ampliou o seu escopo temporal, que deixou de ter como objeto apenas o passado colonial, referido como “histórico”, mas também o passado pré-colonial da região missioneira, a pré-história missioneira.

Cabe agora recuperar um pouco da inserção de José Otávio Catafesto de Souza, hoje etno-arqueólogo e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mas que à época do Sítio-Escola atuava como arqueólogo do IBPC. José Otávio, que chamou a atenção da reportagem para a interação da comunidade local no processo de conhecimento do patrimônio cultural, demonstrou-se em outros momentos sensível e reflexivo quanto às tensões que envolvem a preservação do patrimônio arqueológico na esfera do licenciamento ambiental de obras de engenharia.

No ano de 1988, ao realizar vistoria relacionada a estudos de impacto ambiental em Campos Novos, José Otávio registrou em seu diário de campo:

O que esperar de um projeto guiado por interesses progressistas e burgueses? Eu respondo aos arqueólogos chefes e estes, por sua vez, respondem aos engenheiros entendidos em barragens. É importante lembrar que os engenheiros representam um mundo dominador e transformador, que pretende implantar na área de pesquisa um novo padrão humano de ocupação, um novo projeto social.⁴⁰

O questionamento em tom intimista de José Otávio se fez certamente devido ao potencial do impacto ambiental causado pela construção de barragens, como no caso da vistoria em Campos Novos. A ocasião que suscitou no arqueólogo esta reflexão diferencia-se da situação do pesquisador envolvido em um projeto com os contornos acadêmicos como nas Missões, mas ainda assim aponta para uma perspectiva crítica em relação ao trabalho de salvamento que provavelmente está baseada em um entendimento

³⁹Informações obtidas no Currículo Lattes do pesquisador.

⁴⁰ Souza, José Otávio Catafesto de. Diário de Campo. Projeto Campos Novos, julho 1988. Arquivo Superintendência Regional do IPHAN no Rio Grande do Sul. Caixa J4.3.

igualmente crítico sobre os usos sociais do conhecimento, neste caso o arqueológico.

A inquietação de José Otávio com a pertinência de seu trabalho como arqueólogo e a postura crítica que decorre desta sua sensibilidade, apenas faz aflorar de forma mais acentuada as potencialidades de interação dos pesquisadores presentes no Sítio-Escola Internacional com um público mais abrangente. Isto não significa que os professores Arno Kern, Klaus Hilbert e demais acadêmicos participantes do evento não compartilhem das preocupações quanto à interação do público com o patrimônio arqueológico. Por outro lado, na história das práticas de patrimonialização emanadas do IPHAN, sempre houve esforços no sentido produzir conhecimento sobre os bens patrimoniais, com vistas à divulgação e consolidação do seu valor cultural, conforme Fonseca (1997) e Chuva (2009).

Nas próximas páginas, veremos que houve a preocupação dos pesquisadores envolvidos no Projeto Arqueologia Histórica Missioneira em propor uma leitura alternativa à realizada pela SPHAN/FNpM sobre o passado missioneiro. Prats (2004) diz que Concomitante às ações de preservação realizadas pela instituição, o projeto buscou deslocar os referenciais patrimoniais em relação às ruínas missioneiras, promovendo uma ativação mais voltada para noção de história do que a de gênio criativo. Envolvidos nesse objetivo, os pesquisadores depararam-se com a dinâmica de ocupação dos sítios, impulsionando a reflexão sobre a “dimensão social da arqueologia”, como vimos no início do trabalho.

4.2 DA CONQUISTA À INTERAÇÃO: UMA NOVA MEMÓRIA SOCIAL DA EXPERIÊNCIA MISSIONEIRA

São Miguel das Missões, como vimos na parte 2, foi objeto da política de preservação federal na “fase heroica” do SPHAN, com investimentos em restauro, construção do Museu das Missões e uma série de iniciativas para oferecer uma interpretação do passado missioneiro e conferir um sentido histórico para sua preservação. Esse movimento realizado pelo poder público, análogo ao descrito por Pierre Nora ao analisar a configuração de lugares de memória na França, conferiu à São Miguel das Missões e, por extensão, aos demais vestígios das Missões Orientais do Uruguai, uma versão oficial e

nacional da experiência missioneira. A partir da historiografia, com a encomenda feita pelo SPHAN a Aurélio Porto, começa a estabelecer-se uma representação que possibilita a diferenciação entre os sete povos da margem oriental do Uruguai das demais reduções de índios guaranis do Paraguai.

A representação criada pelo SPHAN, em consonância com a política federal de preservação que se configurou durante o Estado Novo, valorizou os vestígios arquitetônicos e a imaginária missioneira dentro de uma perspectiva que os considerava como obras de arte de “excepcional valor”. Essa visão reforçou os laços históricos destes remanescentes com a obra catequizadora dos padres da Companhia de Jesus, consolidando a representação da ação civilizadora dos jesuítas.

A concepção de preservação das ruínas missioneiras apenas pelo seu valor artístico e arquitetônico começa a ser revista dentro do SPHAN em fins dos anos 1960, com as iniciativas de tombamento das ruínas de São João Batista, São Lourenço Mártir e São Nicolau como patrimônio arqueológico nacional. Ainda assim, as ruínas ainda são vistas como representantes da ação civilizadora jesuíta, em detrimento de uma concepção que considerasse o indígena também como sujeito na consecução dos objetivos missionários.

Com efeito, a proposta sob a coordenação do Professor Arno Kern, sintetizada no Projeto Arqueologia Histórica Missioneira e efetivada através do Acordo de Cooperação com o IPHAN diferencia-se, em suas premissas, da representação tradicional que foi construída sobre as missões.

Construída sobre as bases de uma leitura das realizações arquitetônicas jesuíticas e de uma historiografia que buscou incorporar as Missões em uma história nacional, as ruínas tornaram-se símbolos maiores de um projeto civilizador. Ignorando as possibilidades de permanências da cultura indígena após a “conquista espiritual”, as ações de preservação colocaram o indígena em segundo plano.⁴¹

As pesquisas realizadas nas Missões não poderiam ser desenvolvidas sem procurar dar conta da “história dos índios guaranis”. As perspectivas

⁴¹ A partir da realização do espetáculo Som e Luz, o indígena ganha, através da figura de Sepé Tiarajú, um certo protagonismo, mais como guerreiro do que como guarani. Para um exame detalhado da figura de Sepé, ver a dissertação de mestrado de Rafael Burd, intitulada *De Alferes a Corregedor: A trajetória de Sepé Tiaraju durante a demarcação de limites na América Meridional – 1752/1761*.(2012).

apresentadas nos Projetos de Pesquisa encaminhados ao IPHAN demonstram a intenção de construção de uma história das missões orientais do Uruguai com suporte na arqueologia e informada pela documentação escrita. Nesse sentido, a pesquisa histórica deveria servir de complemento ao exame da cultura material. A expectativa dos resultados destas pesquisas seria o desenvolvimento de uma nova *memória social* acerca do passado missioneiro, uma memória iluminada pela pesquisa científica.

Kern (1994) diz que:

As pesquisas arqueológicas e históricas postas em prática ao longo do desenrolar deste projeto, para a reconstituição do povoamento missioneiro jesuítico-guarani da região do Rio da Prata, nada mais foram, portanto que o processo de produção de uma memória sociocultural para a nossa atualidade. Esta memória estabelece as bases de referência para a compreensão do processo histórico de inequívocos nexos com a sociedade presente. Esta última nada mais é que o estágio atual, relativo e transitório, oriunda que foi de um processo de mudança iniciado há milênios no passado. Desta maneira, a reconstituição deste processo sociocultural se inseriu numa dinâmica relacional entre passado e o presente. A memória histórica, como ponto referencial para o presente, estabelece assim as bases para a compreensão do processo diacrônico global de mudanças, bem como fundamentos para uma identidade sociocultural. E esta última deverá ser um elemento chave na integração social e cultural de nossas sociedades platinas contemporâneas. (KERN, 1994, p. 69)

Para Kern (1994) a experiência missioneira foi algo singular na história global. Essa singularidade levou a diversas interpretações, inclusive de que o regime econômico-político missioneiro tivesse sido uma espécie de comunismo primitivo. Como bem retoma Burd (2012) em sua dissertação de mestrado, essa interpretação foi veiculada principalmente através da obra de Lugon (1968). Em desacordo a uma representação idílica da sociedade missioneira, Kern (1982, apud BURD, 2012) observa que a sociedade jesuítico-guarani possuía uma elite indígena, desmontando assim qualquer possibilidade de uma sociedade totalmente igualitária como seria o comunismo primitivo.

O principal conceito introduzido na interpretação do contato euro-ameríndio por Kern (1990; 1991b; a; 1994), através da Arqueologia Histórica Missioneira, foi o de *aculturação*. A partir desta matriz explicativa, buscou-se identificar e estabelecer relações entre a cultura material produzida por guarani antes e depois do contato europeu. Associado ao conceito de aculturação surge o conceito de *transculturação*.

O aparecimento constante destes dois conceitos pode significar, talvez, certa desconsideração quanto à leitura que os técnicos do IPHAN iriam fazer do projeto, sendo repetidos apenas por tratar-se de “questões burocráticas”. Por outro lado, sua constante presença, nos documentos encaminhados ao IPHAN e também nos artigos publicados, aponta para a concepção sobre o passado missioneiro que cinde a população indígena em dois grupos: os índios supostamente puros e os índios supostamente ocidentalizados, os *aculturados* ou *transculturados*.

Diferentemente da representação de indígenas civilizados ou em processo de civilização através da ação disciplinada dos jesuítas, como propõe Aurélio Porto, ou da visão idílica do comunismo primitivo missioneiro, a proposta da Arqueologia Histórica Missioneira foi o de compreender as mudanças na cultura indígena ocorridas a partir do contato, em especial através do contato com os missionários e o processo reducional.

Em mais de um momento é possível verificar que, além de uma postura teórica diferenciada, o Projeto Arqueologia Histórica Missioneira propõe-se também como um método inovador, ainda incipiente no Brasil, ao buscar utilizar de forma comparativa o estudo de documentos escritos e da cultura material. Para o Professor Arno Kern, essa metodologia permitiria vislumbrar de forma mais completa os processos de aculturação ocorridos nas populações *guarani* que aceitaram a vida na redução.

4.3 POR UMA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO MISSIONEIRO

Além de uma postura que se pretendeu renovadora dos estudos sobre as reduções de índios guarani em território brasileiro, na documentação referente ao Projeto Arqueologia Histórica Missioneira passa a ser cada vez mais frequente a indicação das ações educativas programadas durante as atividades de pesquisa de campo. Assim, às atividades de escavação foram sendo incorporadas ações voltadas para a sensibilização sobre o patrimônio arqueológico missioneiro.

Essas atividades ganham relevo principalmente no final da década de 1980. A partir dos ofícios e planos de pesquisas existentes no arquivo da

Superintendência Regional do IPHAN no Rio Grande do Sul, observa-se que a presença das atividades educativas durante a realização das atividades de campo parece ganhar força ao longo dos anos. Contudo, se é possível verificar uma maior presença destas atividades no planejamento da pesquisa a partir de 1988, não é possível certificar-se que essas atividades não ocorriam antes, uma vez que temos acesso, em sua maioria, aos planos e projetos e pesquisa enviados ao IPHAN, mas não aos relatórios de todas as campanhas. Contudo, a partir de outros documentos relacionados às pesquisas arqueológicas nas missões, não encontramos menções a propostas de ações educativas incorporadas a pesquisa arqueológica.

Como vimos no capítulo anterior, a arqueóloga Cristina Sá realizou uma inspeção na Fonte Missioneira, no ano de 1982. Entre a documentação referente às Missões presentes no arquivo Noronha Santos, encontra-se uma cópia de um Plano de Trabalho para pesquisa arqueológica e arquitetônica de São João Batista assinado por Cristina Sá e o Professor Arno Kern, datado em 12 de março de 1982, mesma data que Cristina Sá encerra seu relatório sobre o “Chafariz”.

O plano de trabalho elaborado pelos arqueólogos para a Missão de São João Batista antecipa os objetivos que serão perseguidos e lembrados em diversos documentos referentes ao Projeto Arqueologia Histórica Missioneira: a análise e organização do espaço através da arqueologia em “confronto como o que já se possui em fontes documentais” e a “interpretação dos processos de aculturação ocorridos na Missão entre a cultura Guarani e a cultura europeia, representada pelos jesuítas, através de vestígios arqueológicos”.⁴² Não aparecem, porém, referências a atividades de educação ou valorização do patrimônio arqueológico missioneiro.

No relatório da Fonte Missioneira apresentado por Cristina Sá em 1982, muito embora a arqueóloga tenha apontado em suas conclusões diversos fatores de impacto sobre o patrimônio arqueológico missioneiro, em nenhum momento é mencionada a necessidade de realização de atividades educativas junto à comunidade e às autoridades locais, com a finalidade de persuadi-los

⁴² Arquivo Noronha Santos. Série Inventário: São Miguel das Missões, RS. Chafariz. CX0876.

quanto a importância da preservação dos sítios para a realização de pesquisas futuras. A preocupação maior de Cristina Sá era de que as intervenções sobre os remanescentes –fossem de iniciativa do poder público local, particulares e mesmo do SPHAN –devessem ser acompanhadas de pesquisas arqueológicas.

Com efeito, observa-se que a ação educativa na arqueologia histórica missioneira foi sendo introduzida ao longo do desenvolvimento das atividades de pesquisa, e nos anos finais do período determinado para o Projeto, sabemos que havia uma preocupação bastante grande dos pesquisadores envolvidos no projeto quanto à valorização dos remanescentes. Essa percepção da ação educativa como meio de criar um sentimento de pertencimento na população local, com vistas à preservação, fica bastante clara em um ofício enviado ao IPHAN pelo Professor Arno Kern, para apresentar a proposta de continuidade dos trabalhos de campo em janeiro de 1991. Conforme expõe Kern (1990):

A atividade tem a maior importância devido aos contatos com as autoridades municipais do recém-criado Município de Entre-Ijuís. As palestras programadas, o Vídeo que será mostrado, a inauguração da exposição com dados históricos e arqueológicos conhecidos sobre a Missão de São João Batista, bem como a visita guiada ao sítio arqueológico, **são importantes passos para um entrosamento com a comunidade local e o seu esclarecimento do valor do patrimônio da qual é a herdeira e deverá ser guardiã.** [grifo meu].⁴³

No ano de 1992, o Professor Arno Kern apresenta o “Projeto Arqueologia da Região das Missões, RS, Brasil” ao IBPC. Este documento é uma versão reformulada do antigo projeto que vinha sendo desenvolvido desde 1985. Nesta versão, Arno Kern expressa a importância que a pesquisa arqueológica alcança no sentido de valorização do patrimônio missioneiro. Assim como vimos anteriormente, o discurso presente nos planos de pesquisa enviados ao IPHAN desdobra-se sobre uma idéia de restituição de uma memória perdida, a memória da ocupação indígena do território platino, buscando estabelecer uma complementaridade a outras linhas de ação desenvolvidas sobre ruínas missionárias.

⁴³ Ofício ao Diretor Regional da 10ª DR SPHAN, de 28/10/1990. Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN no RS. Cx A8.2.

A atividade da arqueologia histórica e pré-histórica é de fundamental importância, neste quadro geral, como complementaridade necessária às demais linhas de ação cultural. As atividades arqueológicas propiciarão uma série de estudos que restituirão à sociedade nacional a memória histórica do processo do povoamento indígena e de formação das fronteiras platinas, assim como os processos de aculturação, transculturação e de organização político-social das etnias locais face à expansão das sociedades ibéricas colonizadoras, nos séculos XVII e XVIII. ⁴⁴

A ideia de que o patrimônio arqueológico está sob o risco de ser perdido, necessitando uma intervenção no sentido de restituí-lo à memória nacional, pode ser relacionado com o próprio discurso oficial sobre o patrimônio cultural no Brasil. Em *A Retórica da Perda* (2002), José Reginaldo Gonçalves chama atenção para a formulação de um discurso sobre o patrimônio cultural brasileiro que incorpora a perda como algo intrínseco à própria preservação. O autor procura demonstrar que os discursos do “patrimônio cultural” brasileiro são elaborados como “narrativas nacionais”, cujo fundamento é a construção de uma “memória” e de uma “identidade” da nação brasileira.

Para o autor, os discursos produzidos pelos intelectuais envolvidos com o patrimônio cultural brasileiro têm um sentido político e devem ser pensados como atos, em termos de “ação simbólica” que atingem de forma dramática e não apenas cognitiva as práticas sociais. Assim, as definições produzidas pelos intelectuais do patrimônio também atingem seus receptores, afetando, em princípio, o modo como os diversos grupos se vêm frente à “nação”. Ainda assim, a análise de Gonçalves se restringe às construções discursivas. Apoiado na noção de objetificação cultural aponta que nas “narrativas nacionais” que resultam dos discursos sobre o patrimônio cultural brasileiro, os termos “nação”, “passado” e “cultura” são tomados como realidades objetivas. Baseado nas concepções sobre história de Hayden White e de antropologia de James Clifford, o autor observa que as narrativas nacionais se configuram como discursos que atribuem coerência, continuidade, totalidade e autenticidade. Com esses atributos, os objetos da preservação são concebidos nos termos de uma unidade original imaginária, tornando a “nação”, a “memória” e a

⁴⁴Projeto Arqueologia da Região das Missões, RS, Brasil. Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN no RS. Cx A8.2.

“identidade” nacionais objetos de desejo, frente a um presente corroído pelo processo histórico de perda dos elementos de uma unidade originária.

José Reginaldo Gonçalves se propõe a discutir o discurso sobre patrimônio cultural produzido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, que esteve à frente do IPHAN desde sua criação na década de 30 até o fim dos anos 60 e de Aloísio Magalhães que esteve na direção das políticas de patrimônio a partir de 1979, no terceiro período da história do SPHAN.

Para o autor, esses intelectuais assumem a perda como um dado, como um processo histórico objetivo. Gonçalves (2012) aponta que o discurso de Rodrigo se constrói sobre as noções de tradição e civilização. A identificação e preservação de uma tradição nacional é uma característica necessária para a manutenção de uma nação civilizada. Para Rodrigo, a causa fundamental da destruição do patrimônio cultural brasileiro está na indiferença e ignorância da população – de todas as classes – em relação às suas relíquias.

No discurso de Aloísio Magalhães, a perda está relacionada às noções de diversidade cultural e desenvolvimento autônomo da nação. Para ele, o desaparecimento do patrimônio cultural brasileiro está relacionado ao impacto da tecnologia importada de países do “primeiro mundo” e da difusão da produção cultural de massa. Diferentemente de Rodrigo, a perda é causada por políticas culturais que ignoram a complexidade e a diversidade da sociedade brasileira.

Mais adiante em sua caracterização, Gonçalves (2012) coloca que a questão mais importante não é se realmente as sociedades nacionais estão perdendo o seu patrimônio, mas sim como as consequências das estratégias de objetificação dos patrimônios culturais levadas a cabo pelos seus ideólogos tiveram efeitos sobre essa perda.

Como o principal foco do autor são os discursos sobre o patrimônio cultural produzidos no âmbito das políticas de estado, fica difícil apreender a relação entre os discursos sobre o patrimônio cultural e o resultado efetivo que as práticas de preservação produziram no Brasil, bem como os conflitos existentes em torno das aplicações dessas políticas. Em algumas passagens, o texto de Gonçalves torna-se ambíguo neste aspecto. Como foi dito anteriormente, o autor afirma que é necessário questionar os efeitos que o discurso da perda produziu sobre os patrimônios culturais. Pelo que foi exposto,

a abordagem do discurso de Aloísio em relação ao de Rodrigo sugere que o primeiro tenha percebido essa dinâmica e incorporado ao seu discurso críticas as consequências das políticas preservacionistas anteriores. Contudo, este ponto não foi explorado por Gonçalves, deixando o leitor na expectativa.

O texto de Gonçalves (2012) apresenta-se como uma discussão acerca de como a construção dos discursos sobre o patrimônio cultural utilizou-se da noção de perda para atribuir valores a determinados objetos como bens nacionais. Incide, portanto, sobre a invenção da nação e de tradições e de culturas em uma comunidade imaginada. Nesses termos, o texto é útil a uma reflexão sobre a constituição dos diversos objetos da preservação sob tutela do IPHAN.

Em relação aos sítios arqueológicos e o material deles exumado, a *retórica da perda* contribui de forma muito sutil na reflexão sobre a dinâmica de destruição dos sítios arqueológicos. Tendo em vista que a “perda” do “patrimônio arqueológico” devido a atividades de extração mineral originou a formulação da lei 3924 de 1961, é preciso considerar não apenas o alcance do discurso sobre o patrimônio cultural, mas também as práticas articuladas e definidas neste discurso.

A articulação de uma retórica da perda na Arqueologia Histórica Missioneira está ligada, assim, ao desenvolvimento de disposições normativas de proteção ao patrimônio arqueológico baseadas no modelo discursivo difundido pelo SPHAN. Ao se estabelecerem critérios normativos para restringir atividades econômicas potencialmente danosas aos sítios arqueológicos, foi limitada também a liberdade na condução de escavações arqueológicas. A realização de escavações arqueológicas após a lei de arqueologia entrar em vigor passou a necessitar de permissão do órgão federal responsável pelo patrimônio. Durante os anos 1980, como vimos no capítulo 2, houve uma distensão na relação entre o IPHAN e os arqueólogos, com uma instituição de patrimônio que procurava cada vez mais afirmar sua função regulatória. No final da década, a normatização das permissões e autorizações para a pesquisa arqueológica ganha ainda mais relevo, com a publicação da Portaria SPHAN 07/88.

A intensificação dos instrumentos normativos de proteção ao patrimônio arqueológico, em uma lógica de combate a possíveis ações danosas aos sítios,

coloca elementos novos no campo da pesquisa arqueológica. Praticar a arqueologia envolvendo escavações em território nacional passa a ser, após a lei de arqueologia, uma atividade dependente de autorização. Dessa maneira, uma consonância com o discurso institucional poderia ser um facilitador no licenciamento das atividades de pesquisa.

Na análise da documentação referente à arqueologia na região das missões, percebe-se que ao longo da década de 1980, os projetos, planos de pesquisa, ofícios e comunicados passam a apresentar cada vez mais indicações sobre as atividades voltadas para a valorização do patrimônio arqueológico missioneiro. A partir deste contexto, é possível que, ao elaborar as adequações ao projeto, o Professor Arno Kern tenha procurado destacar mais claramente as ações educativas voltadas para a valorização do patrimônio missioneiro.

Ao apresentar a atualização em 1992, sob o título de “Arqueologia da Região das Missões, RS, Brasil”, observa-se que o projeto foi construído de acordo com a exigência da Portaria 07/88, destacando-se assim a “proposta preliminar de utilização futura do material produzido para fins científicos culturais e educacionais” e os “meios de divulgação das informações científicas obtidas”. Cabe salientar que em seu parágrafo único, o Artigo 6º da portaria 07/88 reforça ainda mais essa dimensão, uma vez que “a decisão [de autorizar a pesquisa] considerará os critérios adotados para a valorização do sítio arqueológico e de todos os elementos que nele se encontrem, assim como as alternativas de aproveitamento máximo de seu potencial científico, cultural e educacional.”⁴⁵

O responsável pelo Núcleo de Arqueologia da área técnica da 12ª Coordenadoria Regional do IBPC neste momento era José Otávio Catafesto de Souza. Ao receber o projeto, José Otávio envia um Comunicado Interno ao Coordenador da 12ª CR, o arquiteto Luiz Antônio Bolcato Custódio. Em um texto bastante extenso, José Otávio procura explicitar a urgência na aprovação para a pesquisa, colocando considerações bastante esclarecedoras sobre a relação do IBPC com o projeto:

⁴⁵ Portaria 07/88.

É necessário fazer um relato prévio para que se compreenda o quadro no qual se faz esta solicitação e, assim, torne possível solucionar os itens supracitados.

Preliminarmente, é necessário informar que a pesquisa arqueológica nas Missões Jesuíticas do RS têm sido uma preocupação constante desta 12ª CR desde, ao menos, meados da década passada (através da extinta 10ª DR SPHAN/FNpM). No ano de 1985 foi celebrado um Termo de Cooperação Técnica entre a FNpM/SPHAN e Universidades Gaúchas, permitindo o desenvolvimento do “Projeto: Arqueologia Histórica Missioneira” coordenado pelo Prof. Dr. Kern. A partir de então, foram efetuadas intervenções arqueológicas em remanescentes de três antigos povoados jesuítico-guaranis do nosso Estado (São Miguel, São Lourenço e São João). Por este acordo, tornou-se possível realizar um trabalho integrado e interdisciplinar (arquitetura e arqueologia) nas obras de proteção e restauro do Patrimônio Missioneiro, aperfeiçoando nossa atuação técnica.

No entanto, a publicação da Portaria nº 07/SPHAN/1988 (que regula os itens para a aprovação de projetos de pesquisa arqueológica no país) e as transformações administrativas advindas com a criação do IBPC suscitaram novas necessidades, a serem atendidas para que ocorra o correto enquadramento do referido Projeto e do respectivo Termo de Cooperação.

Para tanto, foi solicitado ao Dr. A. Kern fazer a adaptação no seu Projeto científico, o qual recebeu então uma nova versão ampliada (com título “Arqueologia na Região das Missões, RS, Brasil”, com cópia em anexo). De igual forma, efetuou-se a elaboração de um novo texto para revalidação do Termo de Cooperação Técnica, o qual foi enviado para a presidência do IBPC em 21 de agosto de 1991 acompanhado com cópia do Projeto Arqueológico (cópia do ofício encaminhado em anexo). Não obtivemos resposta até o momento.

Até o presente, tanto o Projeto ainda não foi licenciado, quanto o Termo de Cooperação não foi revalidado.

Há que se dar uma solução conveniente, já que a cada nova saída de campo programada dentro do projeto do Dr. A. Kern temos de repetir a mesma tramitação burocrática, sempre em caráter de urgência. Como exemplo dessa urgência, refiro a situação criada no ano passado, quando os professores Giovani Scaramela e José Otávio C. de Souza solicitaram licenças para efetuar trabalhos de arqueologia de campo dentro do Projeto Geral coordenado pelo mesmo Prof. Dr. A. Kern (vejam-se cópias, em anexo, do parecer 09/91/Núcleo de Arqueologia/12ªCR e do CI 07/91/12 CR de 23.10.91).

Sendo o Projeto de Arqueologia na Região das Missões uma iniciativa de interesse desta 12ª CR, julgamos inicialmente que seu processo de avaliação não precisava seguir os mesmos passos utilizados para demais projetos de pesquisa científica avaliados por nosso Núcleo de Arqueologia/12ª CR. Por isso, não havíamos realizado a elaboração de um Parecer Técnico baseado na Portaria 07/88. Como, entretanto, a revalidação do Termo de Cooperação até agora não ocorreu, mudamos de opinião e, para agilizar o processo, estamos encaminhando em anexo cópia do PARECER 02/92 produzido por este Núcleo de Arqueologia em relação ao Projeto de Pesquisa em questão. Neste Parecer, opinamos no sentido de aprovação ao desenvolvimento das pesquisas propostas, já que o Projeto atende aos requisitos contidos no Art.5º da Portaria 07/88.

Por outro lado, o Projeto de Arqueologia na Região das Missões tem uma dimensão educacional digna de louvor, expressa no Projeto “Sítio-Escola Internacional das Missões”, também de autoria do Prof. Dr. A. Kern (cópia em anexo). A instalação deste Simpósio está programada para maio do corrente ano, com a realização de um Ciclo de Conferências (programação em anexo) ao lado de atividades de pesquisa em Arqueologia de Campo no sítio de São Miguel das Missões (descritas em cópia de Plano em anexo).

Mais uma vez com Urgência, solicitamos a rápida autorização desta nova atividade de campo programada dentro do amplo Projeto coordenado pelo Dr. A. Kern. Para agilizar o processo, elaboramos outro PARECER (nº 03/92) resultante da análise do plano de implantação do Sítio-Escola, baseado igualmente nos requisitos da mesma Portaria 07 (cópia em anexo). Neste documento, expressamos parecer favorável ao desenvolvimento do que é proposto pelo referido pesquisador responsável, o que esperamos, seja ratificado imediatamente pelo Departamento de Proteção. [grifo meu].⁴⁶

O Comunicado Interno emitido por José Otávio demonstra o esforço do Núcleo de Arqueologia da 12ª CR no sentido de regularizar a pesquisa do Professor Arno Kern frente às “novas necessidades” surgidas a partir das transformações administrativas ocorridas no seio do órgão federal de proteção do patrimônio histórico e artístico. Com efeito, observa-se que o Projeto Arqueologia Histórica Missioneira se caracterizou como uma pesquisa com caráter diferenciado de outras pesquisas arqueológicas realizadas no Rio Grande do Sul.

Como órgão regulador, o IPHAN passa a exigir dos pesquisadores que enviem os Planos de Trabalho das pesquisas a serem realizadas, sejam elas acadêmicas ou geradas pelas necessidades de licenciamento ambiental de obras de engenharia. No caso da Arqueologia Histórica Missioneira, o projeto caracterizou-se como uma pesquisa acadêmica, inclusive com suporte obtido através de financiamentos do CNPq. Contudo, a ligação da pesquisa coordenada pelo Professor Arno Kern com o desenvolvimento das atividades específicas do IPHAN junto às ruínas missioneiras conferiu ao projeto um estatuto híbrido: uma pesquisa acadêmica voltada para os objetivos de preservação e valorização do patrimônio missioneiro. Certamente foi essa característica que levou o Núcleo de Arqueologia do IBPC a supor que não fosse necessário que as atividades relacionadas com a Arqueologia Histórica Missioneira e depois com a Arqueologia na Região das Missões precisassem

⁴⁶ Processo 01512.000032/1992-71. Arquivo de Superintendência do IPHAN no RS, Cx. A8.2.

passar pela mesma dinâmica de autorização e permissão que as demais pesquisas.

Como apontou José Otávio no Comunicado Interno, junto com a nova versão do projeto, o Professor Arno Kern encaminha também a proposta de realização do Sítio-Escola. Muito embora o Sítio-Escola Internacional das Missões venha a se efetivar em maio de 1992, a ideia de uma ação como já está presente em documento enviado no ano de 1987 pelo Professor Arno Kern, ao propor a um projeto de centro de pesquisas e museu intitulado Centro de Pesquisas e Museu “Memória Missões”.

A proposta era a criação de uma instituição voltada a “funcionar como núcleo aglutinador dos diferentes tipos de documentação (material, escrita, primária e secundária) relacionada, diretamente ou indiretamente, com o processo histórico missioneiro”. De acordo Kern:

O Museu prevê, igualmente, acomodações para o objetivo, não menos importante, de divulgação e exposição pública do acervo missioneiro. Desta forma, realizar-se á a superação de um quadro precário de isolamento da pesquisa acadêmica, definindo um sentido social mais concreto à produção científica. Portanto, a Universidade surge como local ideal para a efetivação do CPM, pois é nela que se concentram praticamente todos os recursos humanos (pesquisadores e especialistas) e materiais (biblioteca, arquivo, etc.) necessários, além de sua tradição inigualável no que se refere à criação de novos conhecimentos.

O CPM-Memória Missões terá igualmente o papel de organizar e apoiar institucionalmente o Sítio-Escola a ser implantado nas Missões. **Este Sítio-Escola será uma instituição de pesquisa e ensino a nível de pós-graduação e deverá nortear as pesquisas da região platina missioneira nas áreas de arqueologia, História, Antropologia, Artes, Museologia, etc. (grifo meu)**⁴⁷

Nesta proposta, o Professor Arno Kern previa que o Sítio-Escola funcionasse de uma forma mais permanente, diferentemente do projeto de Sítio-Escola enviado em 1992, em que o evento se organiza em forma de um Simpósio. O Sítio-Escola programado para maio de 1992 foi organizado em forma de atividades intensivas, com duração de duas semanas, com ampla programação que cobria três turnos de atividades. O período da manhã e tarde foram destinados para as atividades de estágio em escavação em duas frentes: sítio histórico e sítio pré-histórico, exceto no primeiro dia, que o período da

⁴⁷ Memória Missões – Centro de Pesquisa e Museu. Prof. Dr. Arno Alvarez Kern. Arquivo Permanente. Superintendência Regional do IPHAN no Rio Grande do Sul. Caixa A8.1.

manhã foi destinado à Sessão Solene de Abertura e conferências. No período noturno, foram programadas as atividades do Ciclo de Conferências, com início às 21 horas. Além das conferências e estágios em pesquisa de campo em arqueologia, a programação era composta também por atividades paralelas, como exposições fotográficas e vídeos sobre as atividades relacionadas ao Projeto Arqueologia Histórica Missioneira ocorridas em anos anteriores.

A programação do Sítio-Escola Internacional das Missões reúne as diversas formas de ações educativas que vinham sendo desenvolvidas durante a vigência do Projeto Arqueologia Histórica Missioneira. Nesse sentido, as atividades intensas do Sítio-Escola conformam uma síntese das propostas educacionais de valorização do patrimônio arqueológico missioneiro desenvolvidas sob a coordenação do Professor Arno Kern. A partir da análise dos diversos planos de pesquisa enviados cada vez que os pesquisadores necessitavam desenvolver as atividades de campo, nota-se a crescente necessidade de demonstrar o cumprimento das medidas solicitadas pelo IPHAN.

Em ofício datado em 28 de outubro de 1990, o Professor Arno Kern envia o plano de pesquisa referente às atividades que deveriam se desenvolver na “campanha 1990/2, no sítio arqueológico de São João Batista”. No ofício, o Professor Kern destaca, entre outros itens, o potencial educacional das atividades, que como vimos antes, “são importantes passos para um entrosamento com a comunidade local”. Com efeito, Kern destaca também que a participação de estagiários, bolsistas e alunos de arqueologia da PUC-RS e UFRGS, “são importantes elementos a serem considerados se pensarmos na necessidade de formação de novos recursos humanos voltados para a pesquisa das Missões.”⁴⁸ Assim como no planejamento do Sítio-Escola Internacional das Missões, as atividades de campo com os alunos fariam parte de uma atividade de formação de novos pesquisadores.

Em anexo ao ofício, é enviado o plano de pesquisa, onde constam em detalhe as “atividades voltadas para o entrosamento com a comunidade local na campanha de 1990/2”:

⁴⁸ Ofício ao Diretor Regional da 10ª DR SPHAN, de 28/10/1990.

“Serão pronunciadas duas palestras em encontro promovido pela Secretaria de Cultura da Prefeitura de Entre-Ijuís, na noite de 3 de novembro:

a) ‘Pesquisas arqueológicas em São João Batista’ – Prof. José Otávio de Souza (PUCRS).

b) ‘Um projeto cultural e ambiental para o sítio histórico de São João Batista’ – Prof. Arno Alvarez Kern (UFRGS, PUCRS, FURI).

Será igualmente projetado um vídeo (VT), recentemente elaborado, sobre as intervenções arqueológicas desenvolvidas pelo projeto em São Lourenço: ‘Trabalhos arqueológicos na Redução Guarani em São Lourenço Martir’. Serão feitas gravações em vídeo das atividades desenvolvidas, com o objetivo de realizar um VT sobre as escavações em São João Batista.

A equipe de pesquisa e os alunos da universidade terão a oportunidade de participar de uma série de atividades que tem como objetivo a integração do projeto de pesquisa à comunidade local. Visam facilitar a sua compreensão e estimular a sua participação nas atividades de preservação deste patrimônio histórico, bem como seu apoio às iniciativas que se desenvolvem de estudos e valorização cultural deste importante sítio arqueológico. Estão programadas as seguintes atividades:

a) Inauguração de exposição sobre histórico de São João, bem como sobre as atividades arqueológicas até então ali desenvolvidas.

b) Visita guiada ao sítio histórico, feita pelas autoridades municipais e pelos integrantes da comunidade local, acompanhados por membros da equipe de pesquisa. Serão visitados igualmente os locais onde os alunos e pesquisadores estiverem realizando as suas intervenções arqueológicas. Nestes locais serão explanados os objetivos e resultados obtidos pelas pesquisas.”

Em uma perspectiva mais ampla, foi possível observar que, no âmbito do Projeto Arqueologia Histórica Missioneira, a ação educativa em arqueologia apresentou duas dimensões: (1) as ações direcionadas para um público mais amplo, objetivando conscientizar a população local quanto à preservação dos remanescentes das antigas reduções missioneiras e (2) a formação de novos pesquisadores, em ações que visavam integrar alunos de graduação e pós-graduação nas pesquisas realizadas. Essas ações deveriam contribuir para o objetivo do Projeto Arqueologia Histórica Missioneira de realizar estudos interdisciplinares que possibilitassem a produção de uma “nova memória” acerca do processo histórico missioneiro no Rio Grande do Sul.

Em uma análise retrospectiva, publicada na revista Estudos Ibero-Americanos em 1994, o Professor Arno Kern enfatiza esses fatores entre os objetivos da pesquisa:

Outra necessidade premente, percebida desde os primórdios da implantação do projeto, é a necessidade de realizar o treinamento profissional e a formação de recursos humanos de pesquisadores ainda incipientes em Arqueologia e História. Esta formação foi implantada e está sendo realizada nos quadros do próprio projeto, através da participação de bolsista de iniciação científica, de aperfeiçoamento e de mestrado. Mas tornou-se igualmente ativa, com a implantação de “Sítio-Escola

Internacional”, ocorrido na área dos sítios arqueológicos, em 1992. Nele se realizam um ciclo de conferências e o encontro de pesquisadores em Arqueologia Histórica, História e Antropologia, visando a discussão interna e a atualização teórica e metodológica. Os jovens pesquisadores estão aprendendo, através do manuseio de fontes (primárias e secundárias; orais, escritas e materiais), a elaborar e levar a termo projetos de pesquisas que atendem às suas curiosidades intelectuais e contribuam para as suas formações profissionais, enriquecendo com isto a pesquisa como um todo. As pesquisas visam, de maneira indireta, atingir outro objetivo, igualmente de grande alcance. Trata-se de incentivar a implantação de políticas locais de preservação dos vestígios arqueológicos e dos sítios históricos, segundo o princípio da UNESCO de levar às comunidades locais e [SIC] preservar seu próprio patrimônio. Este objetivo foi parcialmente atingido com a implantação do Museu Arqueológico de Santo Ângelo. Está planejado pelo IBPC, um museu em São Miguel. Deverá ser incrementada, igualmente a utilização cultural dos sítios arqueológicos, assim como a melhoria da qualidade do turismo cultural da região missioneira, através da transformação dos sítios arqueológicos em museus ao ar livre. (KERN, 1994, p. 73 et seq.)

Como foi colocado pelo Professor Arno Kern, com o Sítio-Escola Internacional tornaram-se efetivas as proposições do projeto quanto à formação de novos pesquisadores em áreas de interesse relacionadas à temática missioneira. Entre os subprojetos vinculados à Arqueologia Histórica Missioneira, Kern (1994) destaca, no já citado artigo publicado em 1994, o desenvolvimento dos “sub-projetos” de Fernanda Tochetto, Lizete Dias e Eduardo Santos Neumann. Conforme relata Kern, Fernanda Tochetto desenvolvia, através de vínculo como bolsista FAPERGS, o projeto “Possibilidades de interpretação do conteúdo simbólico da arte gráfica guarani”, Lizete Dias de Oliveira, como Doutoranda na PUC-RS, o projeto “Iconografia Missioneira. Um estudo de arqueologia das imagens sobre as Missões Jesuítico-Guaranis” e Eduardo Neumann, como mestrando na UFRGS o projeto “A participação do braço guarani nas Missões e nas cidades coloniais rio-platenses”, segundo Kern (1994, p. 99).

Assim, para o Professor Arno Kern, o Sítio-Escola Internacional foi concebido como um laboratório para a prática da pesquisa em arqueologia histórica, abrangendo desde as necessidades de prática de campo, formação de pesquisadores nas áreas de abrangência do Projeto, sensibilização da população local quanto ao valor do patrimônio arqueológico e divulgação do conhecimento científico proporcionado pelas pesquisas em andamento.

Efetivamente, as diversas experiências de ação educativa desenvolvida ao longo dos anos de vigência do Projeto Arqueologia Histórica Missioneira foram reunidas durante a realização do Sítio-Escola Internacional das Missões.

5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação das ruínas missioneiras situadas em território nacional foi realizada a partir de ações do estado nacional. A sua origem está relacionada à busca da intelectualidade modernista das raízes da cultura brasileira. Tendo colocado em prática as propostas de Mário de Andrade, a criação do SPHAN e o consequente formato que a instituição recebeu com a atuação de Rodrigo Melo Franco de Andrade, dependeu da formação de uma rede de intelectuais que permitiu a inserção dos mais variados objetos como representantes da cultura nacional nos seus primeiros registros. Nesses primeiros anos de funcionamento, a nova instituição realizou, a partir de representantes locais, os seus primeiros inventários, nos quais a arquitetura colonial recebeu atenção especial.

Na esteira desses primeiros movimentos, o Rio Grande do Sul contou com atuação de Augusto Meyer como primeiro representante do SPHAN e responsável pelo primeiro inventário dos bens que deveriam receber o tombamento. Diferentemente de outras regiões do país, os critérios utilizados por Augusto Meyer aproximaram-se muito mais de um repertório patrimonial - para usar os termos de Lorenç Prats – definido pela antiguidade e, por isso, voltado para a história, do que ancorados na ideia do gênio criativo, ensejando uma definição como patrimônio artístico. Ainda assim, nos primeiros tempos de “Serviço”, não havia definições muito claras para a realização dos tombamentos até mesmo para os agentes da casa e, menos ainda, para os membros da sociedade civil diretamente atingidos pelas políticas preservacionistas. O próprio Augusto Meyer e posteriormente o arquiteto Lucas Meyhofer, que ficou como representante do SPHAN no lugar do primeiro, tiveram a experiência de enfrentar essas indefinições.

A ação dos primeiros tempos do SPHAN no Rio Grande do Sul foi fortemente marcada pelo “regime de historicidade” estabelecido pela intelectualidade gaúcha nas décadas de 1930/40. Nesse peculiar regime de historicidade, a conquista das “Missões Orientais do Uruguai” (1754-1801) são concebidas como as origens do Rio Grande do Sul e do tipo gaúcho. Dessa forma, justifica-se o investimento na restauração e conservação das ruínas missioneiras e, nesse processo, São Miguel das Missões ganha atenção especial, principalmente após a visita do arquiteto Lúcio Costa. Com efeito, os esforços para a valorização do recém tombado patrimônio nacional

necessitaram, para além da consolidação arquitetônica das ruínas, um sentido nacional de sua história. Dessa maneira, a convite de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Aurélio Porto constrói uma “História das Missões Orientais do Uruguai” e uma visão do indígena missioneiro compatível com a nação que se queria produzir após 1930.

Passado o período inicial das ações preservacionistas, as ruínas de São Miguel das Missões permaneceram como os únicos remanescentes das antigas reduções de índios guaranis a serem objeto da ação preservacionista do estado. Em fins dos anos 1960, renova-se o interesse institucional em relação ao patrimônio missioneiro e ocorrem as primeiras iniciativas de preservação. Diferentemente dos primeiros anos, o SPHAN passa a interessar-se pelo valor de sítio arqueológico dos “restos” missioneiros.

Paralelamente às transformações institucionais do SPHAN, verifica-se o surgimento da arqueologia como disciplina científica e de regulamentações específicas para a preservação dos sítios arqueológicos. A partir da lei 3924/61, tanto a exploração econômica de áreas de interesse arqueológico, quanto as escavações arqueológicas passam a ser ainda mais reguladas pelo órgão federal de patrimônio. Essa nova configuração gerou uma necessidade maior de atenção do IPHAN para os assuntos de arqueologia, sendo desenvolvido, aos poucos, um setor específico para o tratamento destas novas demandas. Enfrentando a contrariedade da comunidade de arqueólogos quanto ao seu funcionamento, a Coordenadoria de Arqueologia, em pleno funcionamento nos anos 1980, acaba inserindo-se nas obras de restauro realizadas pelo SPHAN, impulsionando o desenvolvimento da arqueologia histórica.

Neste mesmo período, a então 10ª Coordenadoria da SPHAN/FNpM, procurando aprofundar as ações de preservação das ruínas de São João Batista, São Lourenço Mártir, São Nicolau e São Miguel das Missões, encontrou na legislação que protege os sítios arqueológicos uma forma de intensificar as medidas protetivas, uma vez que haviam diversos problemas de ocupação irregular da área dos sítios. Em meio a esse contexto, desenvolviam-se as primeiras iniciativas de pesquisas arqueológicas. Começando por São Lourenço Mártir, as pesquisas passaram a ser ampliadas para as demais ruínas, resultando no Acordo de Cooperação Técnica entre a

SPHAN/FNpN e universidades gaúchas. O Acordo, firmado em 1985, ofereceu suporte e tornou-se referência para as ações desenvolvidas no Projeto Arqueologia Histórica Missioneira, coordenado pelo professor Arno Alvarez Kern.

Desenvolvido na esteira da arqueologia histórica no Brasil, o Projeto Arqueologia Histórica Missioneira procurou mudar o foco da pesquisa arqueológica de uma percepção voltada para o desenvolvimento de fases e tradições arqueológicas, vinculadas ao PRONAPA, para uma preocupação com os contatos interétnicos, inerentes à dinâmica do período colonial em que se desenvolveram as reduções jesuítico-guaranis. Através de uma metodologia que procurava relacionar a análise de documentos associada à análise da cultura material exumada nas escavações, o projeto objetivou compreender o fenômeno do contato entre ameríndios e europeus a partir dos conceitos de aculturação e transculturação. No entanto, na pesquisa aqui desenvolvida, não foi possível observar em que medida a cultura material se demonstrou profícua no entendimento do fenômeno do contato, ou mesmo como comprovação de uma possível aculturação dos índios guarani reduzidos. O investimento deste estudo de buscar explorar o quanto possível a documentação presente nos arquivos do IPHAN, em detrimento de outras possibilidades, impôs um limite à percepção do alcance interpretativo dos conceitos de aculturação e transculturação. A identificação das diretrizes do projeto foi útil, entretanto, para compreender a maneira como os pesquisadores relacionaram-se com os vestígios das reduções, considerando que durante as atividades de campo, surgiram impasses relacionados à utilização das áreas consideradas como sítio arqueológico.

As ações educativas na arqueologia histórica missioneira apresentaram-se, neste contexto, não somente como uma formalidade a ser cumprida frente a uma série de disposições normativas que se gestavam no interior da então SPHAN/FNpM. Para além de uma forma de difusão do conhecimento produzido através dos diversos subprojetos efetivados no âmbito do Projeto Arqueologia Histórica Missioneira e das possibilidades de formação de novos pesquisadores na área, a ação educativa realizada foi um instrumento de sensibilização quanto à necessidade de preservação dos remanescentes das reduções de índios guarani na América Meridional. Para além de uma leitura

sobre o passado indígena, a ação educativa na arqueologia histórica missioneira voltou-se para uma perspectiva de futuro.

REFERÊNCIAS

BANCO de Dados dos Processos de Arqueologia. Porto Alegre: Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN no Rio Grande do Sul, 2009.

BARROSO, Vera Lucia Maciel. **Educação Patrimonial e ensino de História:** Registros, vivências e proposições. In: BARROSO, V. L. M.; CAIMI, F., et al (Ed.). Ensino de História: Desafios Contemporâneos. Porto Alegre: EST, EXCLAMAÇÃO, ANPUH/RS, 2010. p. 15-24.

BAUER, Letícia. **O arquiteto e o zelador:** patrimônio cultural, história e memória São Miguel das Missões (1937-1950). 2006. (Mestrado). Programa de Pós Graduação em História Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BOCCARA, Guillaume. **Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo.** 2005. Nuevo Mundo, Mundos Nuevos. Revista eletrônica. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/nuevomundo/426>>. Acesso em: jun. de 2018.

BURD, Rafael. **De alferes a corregedor:** a trajetória de Sepé Tiaraju durante a demarcação de limites na América Meridional - 1752/1761. 2012. (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro : Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória:** sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil: anos 1930-1940. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

COLETÂNEA de Leis sobre Preservação do Patrimônio. IPHAN. Rio de Janeiro: IPHAN 2006.

COSTA, Lucio. **Relatório.** Arquivo Noronha Santos. Série Inventário: São Miguel das Missões, 1937. Chafariz. CX0876.

DIAS, Adriana Schmidt. A atuação profissional e produção científica na arqueologia do Rio Grande do Sul na década de 1990. **Revista do CEPA**, v. 24, n. 33, p. 91-113, 2001.

FARIA, Ana Carolina Gelmini de. **O caráter educativo do Museu Histórico Nacional: o curso de museus e a construção de uma matriz intelectual para os museus brasileiros** (Rio de Janeiro, 1922-1958). 2013. (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 1997.

FUNARI, Pedro Paulo. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. **Mneme – Revista de Humanidades**. Dossiê Arqueologias Brasileiras, n. Dez/Jan, 2004-2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme/index>>. Acesso em: fev. de 2013.

GINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. In: (Ed.). Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MinC-IPHAN, 2002.

GRUNBERG, Evelina. **Educação Patrimonial: utilização dos Bens Culturais como Recursos Educacionais**. In: (Ed.). Museologia Social. Porto Alegre, 2000.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>>. Acesso em: fev. de 2013.

JULIÃO, Leticia. O Sphan e a cultura museológica no Brasil. **Estudos Históricos**, v. 22, n. 43, Jan/Jun 2009.

KERN, Arno Alvarez. **Missões: uma utopia política**. Mercado Aberto, 1982.

KERN, Arno Alvarez. **Missões: uma utopia política**. 2ª Edição. EDIPUCRS, 2015.

_____. **Missões: um processo de transculturação no passado, uma possibilidade de integração regional no presente**. *Véritas: revista trimestral de filosofia e ciências humanas da PUCRS*. Porto Alegre, 1990.

_____. **Arqueologia histórica nas missões guaranis**. 1991a.

_____. **Missões:** uma história de dominação ou um processo de transculturação? *Véritas: revista trimestral de filosofia e ciências humanas da PUCRS*. Porto Alegre, 1991b.

_____. Pesquisas arqueológicas nas Missões Jesuítico-Guaranis (1984-1994). **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. XX, n. 1, p. 63-105, julho 1994.

KOSELLECK, Reinhart; MAAS, Wilma Patricia M. D.; PEREIRA, Carlos Almeida. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. 2006.

LIMA, Tania Andrade. Arqueologia Histórica no Brasil, balanço bibliográfico (1960-1991). **Anais do Museu Paulista**, n. Nova Série - nº 1, p. 225-262, 1993.

_____. A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO BRASIL: OMISSÕES, CONFLITOS, RESISTÊNCIAS. **Revista de Arqueologia Americana**, n. 20, p. 51-79, 2001. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/27768445>>. Acesso em: fev. de 2013.

LUGON, Clovis. **A república comunista cristã dos guaranis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Sul no Século XX:** atribuição de valores e critérios de intervenção. 2008. 470 (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. Para uma política arqueológica da SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22, p. 206-209, 1987.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história. A problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, 1993.

PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. Disponível em: <<http://ufdc.ufl.edu/AA00011461/00001>>. Acesso em: fev. de 2013.

_____. **História das Missões Orientais do Uruguai**. 2ª. Porto Alegre: Selbach, 1954.

POSSAMAI, Zita Rosane. Patrimônio e História da Educação: aproximações e possibilidades de pesquisa. *Revista de História da Educação*. Porto Alegre, p. 127-139, jan/abr 2012.

PRATS, Llorenç. **Antropología y patrimonio**. 2ª. Barcelona: Editorial Ariel S.A, 2004. 171.

SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. Os desafios da proteção legal: uma arqueologia da Lei nº 3.924/61. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**: Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação, v. 33, p. 16, 2007. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_n\Trbs\RevIPHAN\RevIPHAN.docpro>. Acesso em: fev. de 2013.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. **Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira**. In: MORALES, W. F. M., FLAVIA PRADO (Ed.). **Cenários Regionais de uma Arqueologia Plural**. São Paulo: Annablume, 2009. p.279-310.

TANCCINI, Thaís. **Igreja Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre: entre a destruição e a preservação patrimonial**. 2008. (Graduação). História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

TORRES, Luiz Henrique. **Historiografia sul-rio-grandense o lugar das missões jesuítico-guaranis na formação histórica do Rio Grande do Sul: 1819-1975**. 1996. (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ANEXOS

Anexo 1 – Registro fotográfico das atividades de campo - Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN no Rio Grande do Sul.

. 125 .

PROJETO DE PESQUISA HISTÓRICA, ARQUEOLÓGICA E ARQUITETÔNICA
DA MISSÃO DE SÃO LOURENÇO - RS

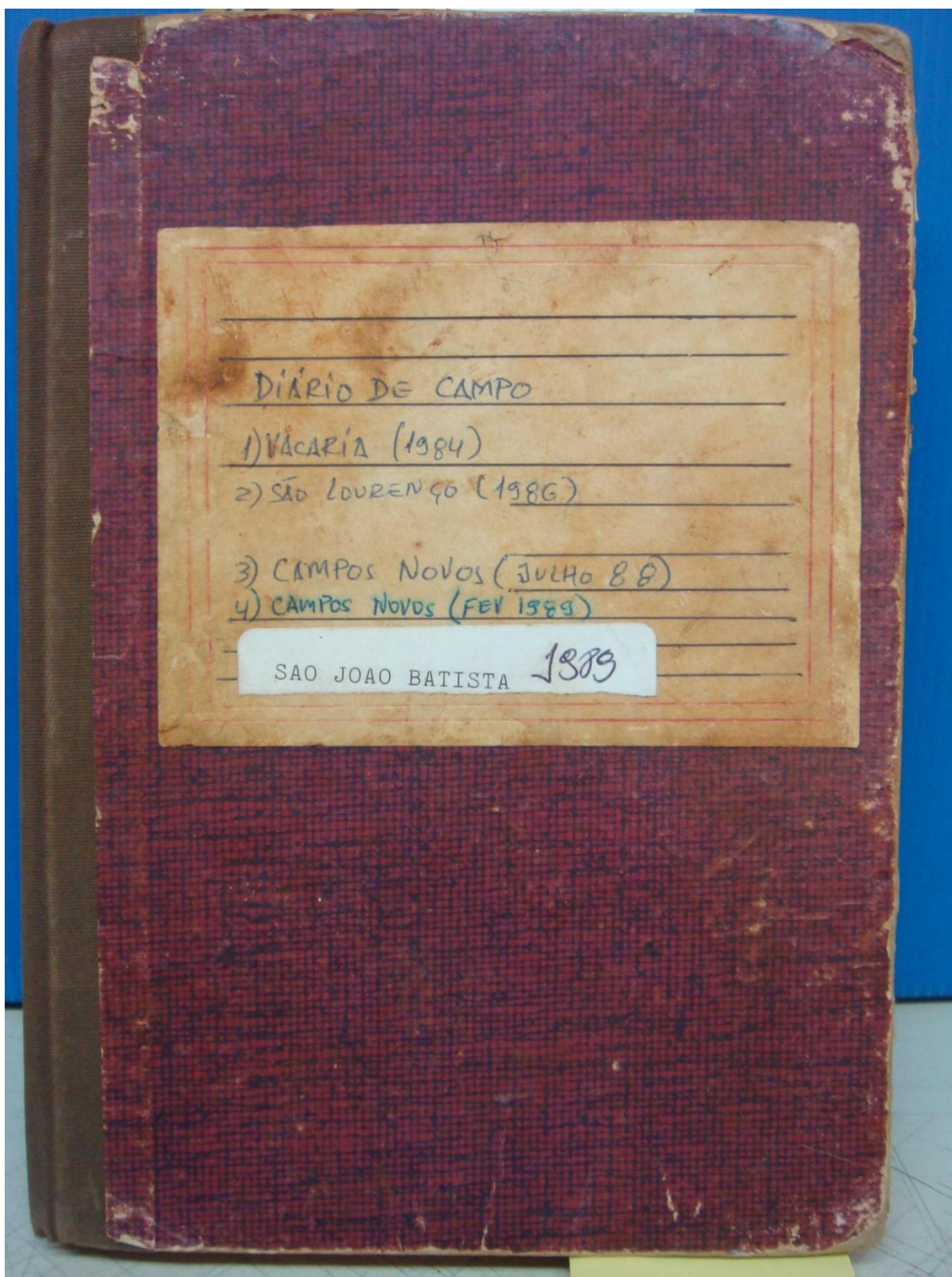
RELATÓRIO DE CAMPO
GRUPO DE SONDAGEM 2 (S2)



DESCRIÇÃO: Retorno a S. Miguel, "via" caminhão.

FOTO Nº 24

Anexo 2 – Diário de Campo de José Otávio Catafesto de Souza - Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN no Rio Grande do Sul.



DIÁRIO DE CAMPO

1) VACARIA (1984)

2) SÃO LOURENÇO (1986)

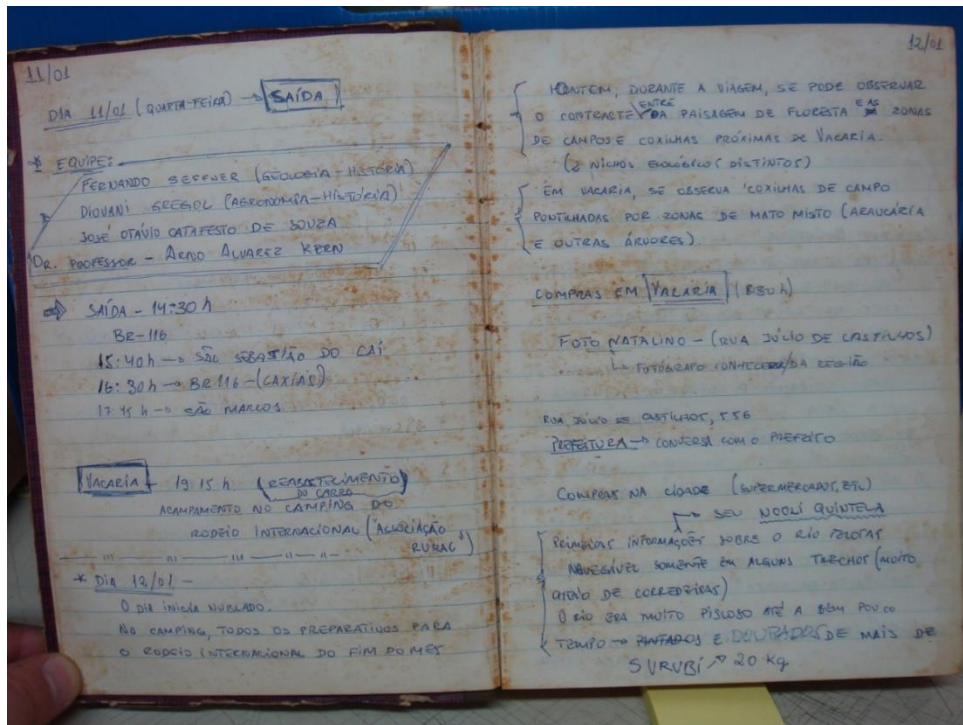
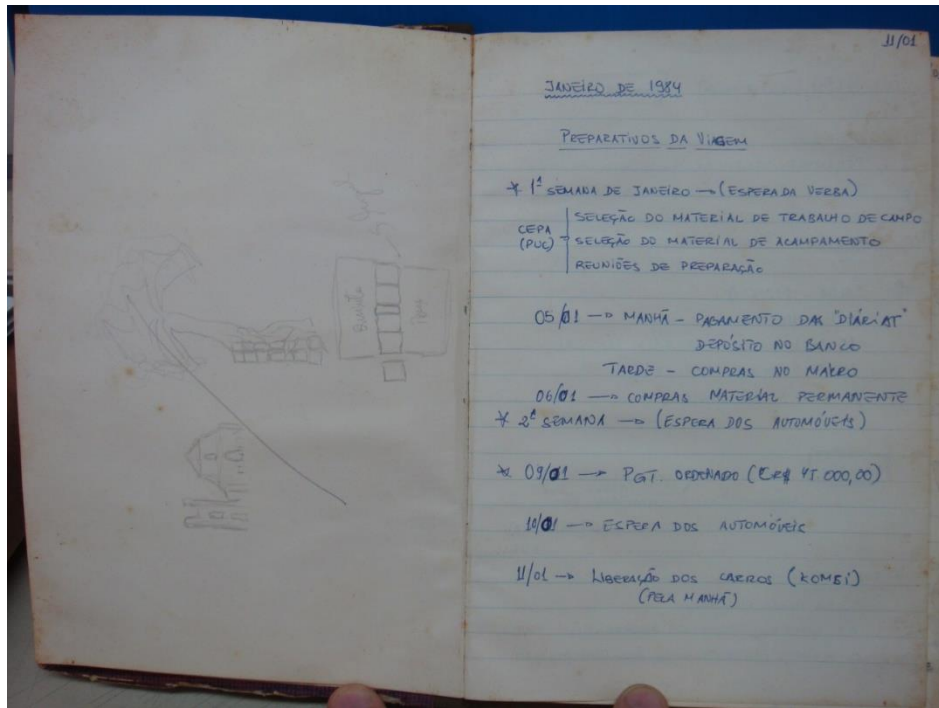
3) CAMPOS NOVOS (JULHO 88)

4) CAMPOS NOVOS (FEV 1989)

SAO JOAO BATISTA

1989

Anexo 3 – Diário de Campo de José Otávio Catafesto de Souza - Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN no Rio Grande do Sul.



Anexo 5 – Registro fotográfico das atividades de campo - - Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN no Rio Grande do Sul.

